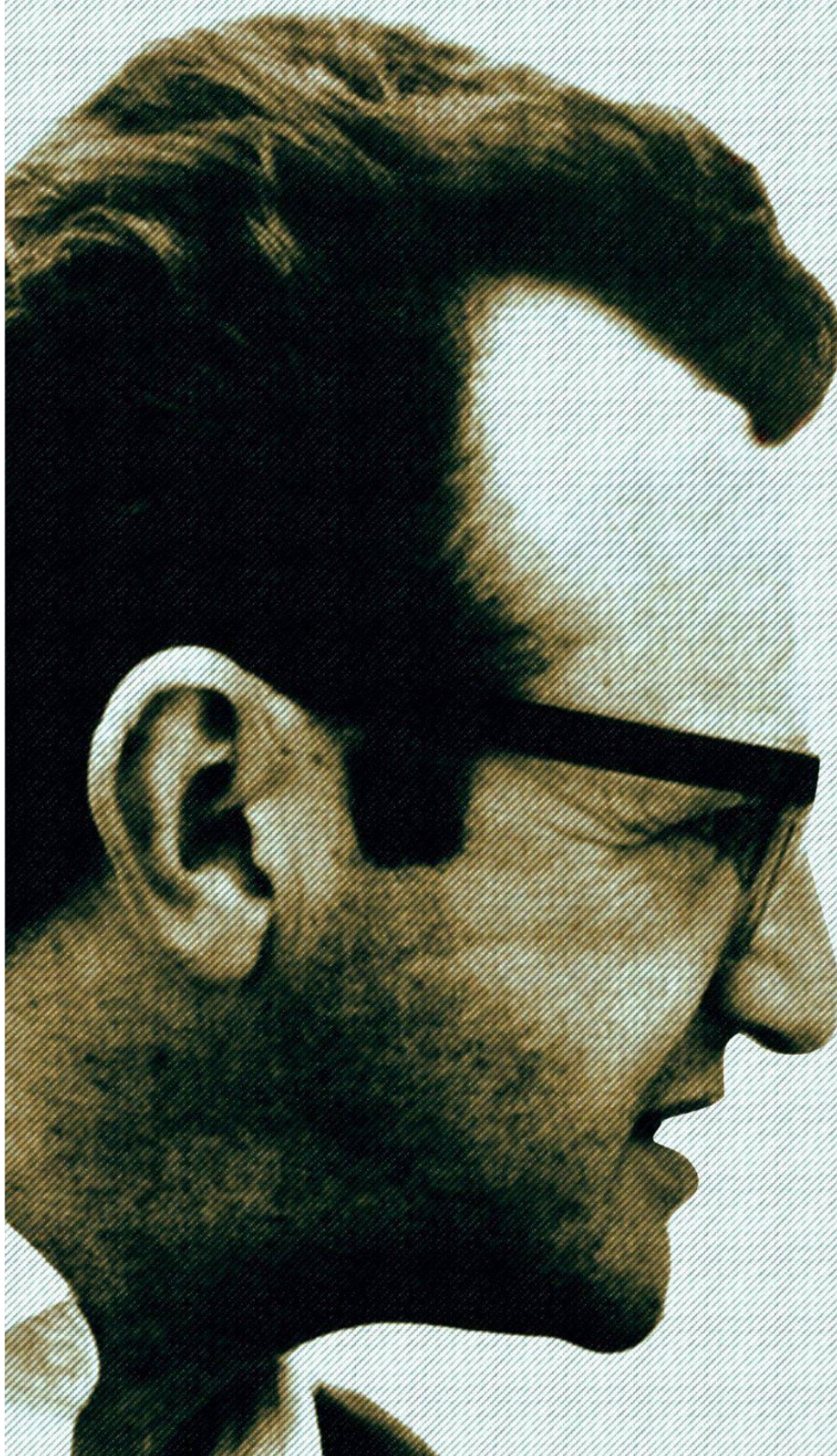


# REVISTA ESPAÇO LIVRE

V. 12, n. 24, jul. dez./2017

ISSN 2316-3011

Nº 24



“A universidade  
não é algo  
tão essencial  
como a  
linguagem.  
Ela é simplesmente  
uma instituição  
dominante  
ligada à dominação.  
Não é uma  
instituição neutra.  
É uma instituição  
de classe, onde  
as contradições  
de classe aparecem.”

**TRAGTENBERG**  
Maurício



## REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 12, num. 24, jul. dez./2017.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

### Capa

Diney Vasco & Edmilson Marques

### Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG

André Melo/UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Felipe Mateus/UFG

Weder Freitas/IFG

### Conselho Consultivo

Adriano José/GDF

André de Melo Santos/UFG

Cássia Baldini Soares/USP

Celestino J. L. Catalán/Valência-Esp.

Célia Maria Sivalli Campos/USP

Cleiginaldo Pereira dos Santos/SME

Cleito Pereira dos Santos/UFG

Diego Marques dos Anjos/UNB

Edmilson Borges/UFG

Edmilson Marques/UEG

Edinei Oliveira Vasco/UFG

Erisvaldo Souza/UEG-IFG

Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA

Felipe Mateus de Almeida/UFG

Fernando Lima Neves/USP

Flávio Pereira Diniz/UFG

Gabriel Teles Viana/UFG

Jean Isídio dos Santos/UFG

Jaciara Reis Veiga/UFG

José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG

José Santana da Silva/UEG

Juversino de Jesus Júnior/UEG

Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Lucas Maia/IFG

Marcos Augusto Marques Ataidés/UEG

Maria Angélica Peixoto/IFG

Mateus Ório/UFG

Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ

Nildo Viana/UFG

Ovil Bueno Fernandes/UEG

Renato Dias de Souza/UEG

Rubens Vinícius da Silva/FURB

Thiago Lemos da Silva/UFU

Uelinton Barbosa Rodrigues /UEG

Veralúcia Pinheiro/UEG

Weder David de Freitas/IFG

Wellington Rodrigues/UFG

## EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

## SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação .....	05
Marx e a Crítica do Idealismo .....	09
<i>Marcus Gomes</i>	
A Postura Intelectual de Maurício Tragtenberg .....	19
<i>Erisvaldo de Sousa</i>	
O Ensino Superior na Concepção de Maurício Tragtenberg .....	31
<i>Dayane de Carvalho Silva Antunes</i>	
A Universidade no Capitalismo Tardio: notas sobre o novo regime de acumulação, a burocracia e o pós-modernismo .....	43
<i>Amom Rodrigues Morais</i>	
Vantagens Competitivas, Microrreformismo e Imaginário Conveniente: a integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo .....	53
<i>Nildo Viana</i>	
Inimigo Imaginário e Forças Formadoras de Opinião: o caso dos terroristas islâmicos .....	70
<i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	
O Enigma de Kaspar Hauser: o cinema como expressão dos valores e da linguagem .....	76
<i>Verônica Martins Moreira</i> <i>Veralúcia Pinheiro</i>	
A Noção de Sexualidade em Freud e Lacan: dessemelhanças .....	87
<i>Alvinan Magno Lopes Catão</i>	
Sociedade Brasileira e Conflitos Sociais .....	103
<i>Edmilson Borges</i>	

## Apresentação

A Revista Espaço Livre vem a público apresentar sua vigésima quarta edição, demonstrando mais do que nunca seu engajamento radical na luta cultural por uma sociedade verdadeiramente livre, na qual as relações sociais de exploração do trabalho alheio e todas as formas de opressão e controle social derivadas daí, não passariam de tristes lembranças da pré-história humana. Os textos que compõe este número representam claramente uma contribuição nesse sentido, isto é, garantem um espaço para a produção de uma crítica radical sistematizada à sociedade capitalista em seu conjunto, com vistas a contribuir com o avanço da consciência crítica revolucionária. Que essa se apodere das massas e se converta em poder material contra seus verdadeiros inimigos! Eis aqui nossa velha, porém viva, esperança.

O conjunto de textos que compõe essa edição, com raras exceções, apresentam em suas discussões um elemento comum: a luta de classes. Alguns textos revelam os interesses e perspectivas de classe, assim como suas diversas formas de garanti-los e manifesta-los, a questão da formação da consciência e as lutas que a envolve, as instituições (as classes sociais que lhe dão vida) e seu papel regularizador do capitalismo, os movimentos sociais e a dinâmica da luta de classes na contemporaneidade, a necessidade do bloco dominante em construir inimigos imaginários (o terrorista islâmico), o cinema e seus valores burgueses e a história do Brasil como a história da luta de classes no Brasil.

Cumprindo seu propósito, o número 24 da Revista Espaço Livre começa com o texto de Marcus Gomes sobre *Marx e a crítica do idealismo*, no qual o autor destaca a importância da compreensão da crítica de Marx ao idealismo para a compreensão de sua concepção de materialismo. Nesse percurso o autor aponta a práxis como um dos elementos fundamentais do pensamento de Marx e da ideia de transformação social, concluindo que as ideias são reais, materiais, ativas, mobilizadoras etc., porém não brotam de si mesmas, mas sim a partir de determinado modo de vida. Mas, existindo, as ideias mobilizam os seres humanos e determinam a realidade, assim como diversas outras determinações, tais como os valores, os sentimentos etc. Sendo assim, as ideias revolucionárias, associadas aos valores e sentimentos também revolucionários, são mobilizadoras, pois a revolução social representa também uma revolução cultural. Portanto, e por último, as ideias revolucionárias podem surgir marginalmente na sociedade capitalista, assim como devem ir se desenvolvendo e se ampliando, mas desde que os militantes revolucionários (bloco revolucionário) dediquem-se a essa luta cultural revolucionária, através de diversas maneiras, tais como a produção e propaganda dessa cultura, ações de auto-formação etc., e assim forneçam, dentro de todos

os limites impostos pelo capital, um solo fértil para a recepção das ideias revolucionárias que tendem, em períodos de radicalização das lutas de classes, a converterem-se em práticas revolucionárias.

No segundo texto, intitulado *A postura intelectual de Maurício Tragtenberg*, Erisvaldo Pereira de Souza analisa o vínculo desse intelectual com a classe trabalhadora e sua perspectiva política radical. Um dos pontos de destaque dessa análise é o avanço da percepção de Tragtenberg sobre o papel das instituições (estado, partido, sindicatos, universidades) e das classes sociais que as mesmas buscam expressar, seus interesses de classes etc. que apontam sempre para a reprodução, no máximo negociada, da exploração do trabalhador. Daí a importância, percebida por Tragtenberg, do proletariado criar suas próprias organizações, fundadas na auto-organização da classe operária em luta contra a burguesia e suas classes auxiliares (burocracia, intelectualidade etc.).

O pensamento de Maurício Tragtenberg também é tema do terceiro texto desse número. Em seu texto Dayane de Carvalho Silva Antunes discute *O ensino superior na concepção de Maurício Tragtenberg*, buscando perceber como esse autor compreendia o ensino superior, isto é, no interior de uma totalidade: a sociedade capitalista. Para isso, a autora se preocupa em, primeiramente, compreender o intelectual Tragtenberg, sua trajetória, suas posturas políticas ao longo dessa trajetória e a evidência para duas temáticas de grande importância no seu pensamento: a autogestão e a burocracia. Posteriormente, ganha destaque a análise desse intelectual sobre a universidade e o ensino que ela fornece, buscando demonstrar, como afirmara o próprio Tragtenberg, que a crise da universidade é expressão da crise da sociedade capitalista.

Em seguida, o quarto texto que compõe esse número é *A universidade no capitalismo tardio: notas sobre o novo regime de acumulação, a burocracia e o pós-modernismo* de Amon Moraes. Esse traz uma contribuição, marcada por avanços e limites teóricos, que consideramos essencial: busca pensar o capitalismo contemporâneo como uma totalidade. Procedendo dessa forma, o autor analisa a universidade no interior da sociabilidade própria do período denominado por Mandel (1982) de capitalismo tardio. Moraes se apoia em importantes teóricos que realizam estudos sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo, tais como David Harvey (1992) e Nildo Viana (2009), e analisa a universidade como instituição burguesa, administrada de forma burocrática (Tragtenberg, 1992) a serviço da reprodução capitalista, no interior de um novo regime de acumulação,

percebendo que tal regularização é também acompanhada de uma ofensiva ideológica: o pós-modernismo.

Nildo Viana contribui com o quinto texto desse número com uma importante e atual discussão sobre os movimentos sociais e a dinâmica da luta de classes que os envolvem na contemporaneidade. Seu texto *Vantagens competitivas, microrreformismo e imaginário conveniente – a integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo* tem o grande mérito de analisar as formas de integração dos movimentos sociais, com destaque para a dinâmica integrativa dos movimentos sociais na contemporaneidade. Em sua análise ganham importância os conceitos de vantagens competitivas, microrreformismo e imaginário conveniente. Dentre as diversas mutações que os movimentos sociais sofrem na contemporaneidade, o autor destaca algumas que mais diretamente atingiram os movimentos sociais: a intensificação da sociabilidade capitalista (competição), o neoliberalismo e o novo paradigma hegemônico, o subjetivismo.

O sexto texto que compõe essa edição é de Diego Marques Pereira dos Anjos e se intitula *Inimigos imaginários e forças formadoras de opinião: o caso dos terroristas islâmicos*. Esse texto realiza uma discussão interessantíssima sobre a construção de inimigos imaginários (os terroristas islâmicos) e sua relação com os interesses imperialistas estadunidenses. O fim da guerra fria traz para os EUA o fim da necessidade de manter os pesados investimentos bélicos, contudo esse representaria um duro golpe à acumulação capitalista desse país, visto que um dos seus pilares é a produção armamentista. Por isso, a invenção de outro inimigo imaginário tornou-se essencial para a manutenção dos investimentos na indústria bélica e para os interesses imperialistas. A contribuição do texto está em contestar que interesses se encontram por detrás da invenção de certos inimigos imaginários.

Verônica Martins Moreira e Veralúcia Pinheiro oferecem uma interessante discussão sobre o cinema como expressão dos valores dominantes ao analisar, em seu texto *O enigma de Kaspar Hauser: o cinema como expressão dos valores e da linguagem*, a obra fílmica *O enigma de Kaspar Hauser*.

O oitavo texto dessa edição é de autoria de Alvinan Magno Lopes Catão e se intitula *A noção de sexualidade em Freud e Lacan: dessemelhanças*. Nesse texto o autor procura discutir a noção de sexualidade nesses dois autores, tendo o conceito de pulsão como referência.

Por fim, o vigésimo quarto número da Revista Espaço Livre fecha essa edição com o texto *Sociedade brasileira e conflitos sociais* de Edmilson Borges, no qual realiza uma recuperação histórica da sociedade brasileira, demonstrando que essa história é a história da luta de classes no Brasil e que o estado, por ser instituição à serviço da classe dominante, sempre cumpriu o papel de reprimir os diversos movimentos de contestação social em toda a história brasileira, da colônia ao neoliberalismo, visando garantir a reprodução da dominação da classe dominante sobre as classes exploradas, sob diversas formas.

É com a satisfação de poder oferecer um conjunto de reflexões críticas e radicais sobre a sociedade capitalista contemporânea que o conselho editorial apresenta aqui mais uma edição da Revista Espaço Livre.

*Conselho Editorial  
Revista Espaço Livre*



## Marx e a Crítica do Idealismo

Marcus Gomes\*

A questão da relação entre materialismo e idealismo no marxismo é vista geralmente de forma confusa. Essa confusão ocorre através da compreensão limitada do que significaria “materialismo” para o pensamento de Marx e sua interpretação através de sua substituição pelo materialismo mecanicista do pensamento burguês. Isso gera uma concepção segundo a qual as ideias seriam meros “epifenômenos”, ou seja, um fenômeno secundário ou acidental sem importância explicativa ou que não tem capacidade de gerar efeitos próprios<sup>1</sup>, e isso tem forte implicação política. Assim, torna-se necessário entender a crítica que Marx fez ao idealismo para compreender o real sentido do seu materialismo.

A crítica fundamental de Marx ao idealismo é muito mais complexa do que as interpretações deformadoras apresentam. No fundo, Marx refuta duas manifestações distintas de idealismo. A primeira é a concepção idealista segundo a qual as ideias constituem a realidade. É nesse contexto que Marx realiza a crítica do idealismo hegeliano:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 1988, p. 140).

Aqui temos a afirmação de Marx a respeito do antagonismo (“antítese direta”) entre seu método e o de Hegel. Essa antítese se fundamenta no processo de compreensão da relação entre “ideia” (consciência, em termos marxistas) e realidade. Para Hegel, a ideia é um “sujeito autônomo” e, por conseguinte, “demiurgo (criador) do real”, sendo este mera manifestação externa. A concepção aqui é a de que as ideias constituem a realidade. Napoleão, para Hegel, por exemplo, só teve importância histórica por ter encarnado uma ideia. Para Marx, ao contrário, o “ideal”, ou seja, a consciência, não é nada mais que uma tradução e transposição do material para a mente humana. Sem dúvida, alguns pseudomarxistas pensam que “cabeça” significa “cérebro”, no sentido físico do termo, e “transposição do material” é visto mecanicamente, o que significa transformar Marx num materialista vulgar. Dizer que o material

---

\* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

<sup>1</sup> Na concepção de alguns behavioristas e outros materialistas vulgares, as ideias seriam determinadas por processos biológicos, tal como nas ideologias do determinismo cerebral (VIANA, 2010) e, por isso, não poderiam determinar as ações individuais ou sociais.

é transposto para a mente é o mesmo que afirmar que o real (que, nesse contexto, significa o mesmo que material) é transposto para a mente no sentido de que ela “reconstitui” ele idealmente, realizando sua “tradução”, o que significa que não é uma transposição mecânica.

Assim, a mente traduz o material (real) em ideias. A filosofia hegeliana, por exemplo, trata do real, traduz ele numa determinada linguagem e o faz a partir de determinada interpretação, o que significa sua transposição e tradução. Essa transposição e tradução podem ser ideológicas, como no caso hegeliano. Isso significa que é uma inversão da realidade, em termos marxistas (MARX e ENGELS, 1982). O real é traduzido e transposto na filosofia hegeliana, mas como é “tradução”, ela pode inverter a realidade ao invés de expressá-la. É por isso que a ideologia é possível e também é por isso que se trata de uma tradução, que pode ser mais ou menos fiel, mais ou menos deformante. Uma pessoa não traduz um idioma que desconhece, pode apenas “imaginar” o que ouviu ou leu e pode até dizer que compreendeu, sem ter de fato compreendido. Outra pessoa, com domínio rudimentar de outro idioma, pode fazer más traduções. E quanto mais complexo o que é traduzido, mais fácil é a deformação, ou a traição, para lembrar o ditado popular.

Marx também realiza a crítica à outra forma de idealismo. Trata-se da concepção idealista segundo a qual as ideias ou a consciência determinam a realidade. No caso anterior, a ideia constitui a realidade. Nesse caso, as ideias determinam a realidade, gerando uma concepção monocausal que atribui à consciência a determinação dos acontecimentos sociais e da vida em geral. Essa concepção é refutada por Marx numa de suas frases mais famosas: “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 1983, p. 25). Aqui Marx defende a ideia de que é o ser social que determina a consciência e não vice-versa.

A consciência de um indivíduo só pode ser emanção de seu processo histórico de vida. A consciência não é nada mais que o “ser consciente” (MARX e ENGELS, 1982) e só se existisse um “espírito à parte” para não ser isso. O ser consciente é um indivíduo real, que tem uma história de vida, que travou determinadas relações sociais, que foi socializado numa determinada época, sociedade, classe social, que foi constituindo valores gerados socialmente, sentimentos incentivados por determinados setores da sociedade em um contexto social mais amplo, bem como ideias de que teve acesso de determinada forma, lugar, etc.

Essa crítica de Marx pode ser confundida com o materialismo vulgar e, efetivamente, muitos pseudomarxistas caíram nessa armadilha. Porém, há uma má compreensão do que foi afirmado (ou seja, a tese de Marx é transposta e traduzida de forma equivocada pelos pseudomarxistas e supostos “críticos” deste autor). A crítica de Marx é clara: a consciência é um produto social e histórico e não é a determinação da realidade. Aqui se tem uma análise da relação concreta, real, entre ser social e consciência, entre indivíduos reais e suas formas de consciência. A consciência não é algo anistórico, fora das relações sociais, etc. É o mesmo que dizer que o Estado é um produto social e histórico, mas, uma vez existindo, atua sobre o modo de produção, sua base real, e todo o resto, regularizando as relações sociais.

Logo, as ideias, as formas de consciência, são produtos sociais e históricos. Isso não quer dizer que elas não sejam “irreais”. Alguns intelectuais com pouca capacidade interpretativa de textos, deduzem, de afirmações de Marx sobre “representações reais” e “ilusórias” ou sobre ideologia como inversão da realidade, que as ideias ilusórias seriam inexistentes, o que é uma interpretação absurda. A questão é a de que as representações “reais” (o mais adequado seria dizer “verdadeiras”) e as representações “ilusórias” existem, e o “real” e o “ilusório” é o seu conteúdo (VIANA, 2015a). Se eu acredito em Papai Noel, eu tenho essa representação que existe de fato, mas o seu conteúdo é ilusório. Da mesma forma, se eu acredito que o sol gira em torno da terra. Isso vale para representações verdadeiras. Se eu penso que a terra gira em torno do sol, tal representação existe, e seu conteúdo é verdadeiro.

As formas de consciência são constituídas social e historicamente, mas, uma vez existindo, atuam sobre a realidade e são uma de suas determinações. Essa é a concepção marxista, e só numa concepção mística seria diferente. Basta uma breve olhada na história da humanidade para ver que milhares de seres humanos mataram e morreram por causa de ideias, bem como outros que mudaram de ideias sempre que foi de seu interesse, o que não anula a afirmação anterior.

Porém, aqui reside outra crítica de Marx a algo que é reproduzido pelos culturalistas contemporâneos. As formas de consciência (ou a cultura, representações, ideias, etc.) não determinam a realidade, pois esta afirmação tem um caráter monocausal, como se o motor da história fossem as ideias. Isso é facilmente refutado se lembrarmos de que as formas de consciência são constituídas social e historicamente e que a cultura é muito mais produto do que produtor da história. Existem bases reais para determinadas ideias surgirem, se reproduzirem, ganharem força. E isso está ligado a interesses (individuais e outros, mas



especialmente de classe) e outros processos (sentimentos, valores, etc.). As ideias religiosas que foram hegemônicas na sociedade feudal, emergiram a partir das relações sociais reais e interesses de classe que surgem a partir delas. Elas, uma vez existindo, tinham a função de reproduzir e regularizar tais relações, o que significa que se tornam ideias dominantes e que serviram para manter a dominação.

Assim, temos a crítica de Marx ao idealismo absoluto hegeliano, bem como ao idealismo de historiadores e outros culturalistas, que pensam a história como sendo a história das ideias (a concepção materialista da história se opõe à concepção idealista e o tratamento de Max Weber sobre o significado do protestantismo na transição para o capitalismo é um exemplo desse tipo de procedimento). A crítica do idealismo absoluto apresenta uma recusa da concepção segundo a qual as ideias constituem a realidade e a crítica ao idealismo mais brando aponta para a recusa de que as ideias determinam a realidade, numa concepção monocausal.

A concepção oposta apresentada por Marx é o materialismo histórico. O materialismo aqui é muito mais um realismo do que uma concepção de “matéria”, seja a matéria física ou qualquer outra. O real é o elemento fundamental, inclusive para explicar a consciência. Uma sociedade produz milhares de ideias ilusórias sobre si mesma e só é possível escapar de sua autoilusão através da análise da realidade ao invés de se limitar às ideias constituídas por elas. O “material” do materialismo histórico, é o real, e esse é o social (realidade social) e o natural (realidade natural).

As ideias, contudo, não são todas equivalentes. Elas podem ser diferenciadas por seu conteúdo (verdadeiro ou falso) ou podem ser diferenciadas por sua força, ou seja, sua eficácia social<sup>2</sup>. As ideias dominantes são as ideias da classe dominante (MARX e ENGELS, 1988) e isso é explicado socialmente: a classe que possui o “poder material” (meios de produção nas sociedades de classes e, mais especificamente, capital, na sociedade capitalista) também possui os “meios de produção intelectual”, logo, o “poder espiritual”.

A recusa da constituição da realidade pela consciência é apresentada por Marx em diversas passagens e é por isso que ele afirma que uma coisa é gênese do concreto (categoria que explicita o que conceitualmente é apresentado como o real) na realidade e outra coisa é sua gênese no pensamento. Na realidade, o concreto é determinado e é a “síntese de múltiplas

---

<sup>2</sup> As ideias podem ser diferenciadas também por sua complexidade (representações cotidianas e saber complexo, por exemplo), mas nosso foco aqui não é apenas a crítica marxista do idealismo e por isso essas outras diferenciações não serão abordadas.

determinações”. Ele existe independente da consciência (e isso mostra a recusa do idealismo absoluto) e pode ser reconstituído (idealmente) na consciência.

O outro momento é a explicação do real. Marx rompe com os determinismos, produtos das ciências particulares, e mostra que o concreto é o resultado de diversas determinações e as ideias fazem parte desta determinação<sup>3</sup>. O que não se pode pensar é que elas são a única determinação da realidade. Quando Marx analisa as lutas de classes na França (MARX, 1986; MARX, 1989) ele aponta para o significado das ideias nesse processo, mostrando como as ilusões são obstáculos e a consciência verdadeira é importante para o proletariado.

A ideia de práxis é outro elemento fundamental do pensamento de Marx e da ideia de transformação social, bem como para compreender que o materialismo histórico, ao contrário de outras formas de materialismo, não é contemplativo. Marx refuta a posição contemplativa e afirma que o idealismo desenvolveu o lado ativo, mas abstratamente. Assim, o materialismo contemplativo deixa de lado a práxis, a atividade humana sensível, e o idealismo reconhece a atividade, mas sob forma abstrata, não compreendendo a atividade real, concreta. Em Feuerbach, a atividade humana não aparece como atividade concreta, real. Por isso não entende a atividade revolucionária (MARX, 1982).

A atividade revolucionária é a transformadora, não meramente reprodutora. Podemos compreender melhor quando Marx aborda a questão do trabalho em *O Capital*, como atividade humanizadora, que humaniza o mundo, transformando a realidade social e natural através de uma finalidade, colocando-a antes de sua realização. A práxis é, portanto, teleológica, o que pressupõe a consciência. Não é possível colocar uma finalidade em uma atividade sem ser consciente e fazer isso conscientemente. O ser humano planeja uma atividade antes de realizá-la, ao contrário de uma aranha ou uma abelha, que fazem isso por sua programação orgânica.

A ideia de comunismo, em Marx, remete justamente para isso. O comunismo é a “livre associação dos produtores”, a autogestão, e nessa sociedade, termina a pré-história humana, e começa sua história. A história humana significa a história feita conscientemente pelos seres humanos, que se tornam senhores do seu destino ao invés de manifestações de uma engrenagem (capital, servidão, etc.) que os dominam e de acordo com os interesses da classe dominante. A ideia de comunismo em Marx é justamente quando a práxis individual se torna coletiva, generalizada, o que pode ser denominado comunismo ou autogestão, ou seja, quando não

---

<sup>3</sup> Korsch (1977) enfatizou isso ao colocar que as ideias fazem parte da realidade e, portanto, também agem sobre ela.

apenas determinados indivíduos exercem atividades teleológicas conscientes, mas quando o conjunto da humanidade faz isso<sup>4</sup>.

Ora, se a humanidade decide conscientemente sua finalidade, então temos o “reino da liberdade” e isso poderia parecer contradizer o materialismo histórico. Essa curiosa contradição parece nascer da contradição da crítica ao idealismo de Marx em contraposição ao reino da liberdade, na qual a humanidade decidiria conscientemente seu destino, o que significaria o predomínio das ideias. E isso até significaria que o materialismo histórico é equivocado para analisar a sociedade comunista ou autogerida.

Esse, no entanto, é um falso problema, derivado de uma concepção fundada no materialismo vulgar. Quando se trata, no materialismo histórico, da relação entre ideias e realidade, ela ocorre nesse contexto. O real antecede e determina as ideias, no sentido histórico. Os seres humanos, a partir de um determinado modo de produção, determinadas relações sociais, determinadas formas sociais (Estado, direito, formas organizacionais, formas de socialização, etc.), determinada cultura anteriormente existente, constituem interesses e produzem as suas ideias. Elas são parte da realidade e também são reais, no sentido de que existem e são ativas, mobilizadoras. As ideias são uma das determinações da realidade social. Os valores, os sentimentos, etc., também são constituídos socialmente e também são mobilizadores. E se não fossem os sentimentos simpáticos, os valores autênticos, não existiriam revolucionários<sup>5</sup>. Da mesma forma, as ideias revolucionárias se unificam com tais sentimentos e valores e são mobilizadores importantes para o processo revolucionário. As ideias contrárias também, só que agem no sentido contrário.

As ideias não podem surgir delas mesmas<sup>6</sup>, mas uma vez existindo, são ativas. As ideias, ou seja, as formas de consciência, numa sociedade autogerida, também são produtos sociais e

---

<sup>4</sup> Para ocorrer isso, obviamente, é necessário a abolição das classes sociais e da divisão social do trabalho, bem como dos seus derivados, como o aparato estatal.

<sup>5</sup> Nem mesmo classe revolucionária, pois sem tais sentimentos e valores, bem como formas de consciência correspondentes, não haveria solidariedade e união, algo que impossibilita a transformação do proletariado de classe determinada pelo capital em classe autodeterminada.

<sup>6</sup> No sentido de “somente delas mesmas”, pois as ideias, as formas de consciência, surgem a partir de ideias anteriores, reinterpretadas, adaptadas, ao mundo presente, de acordo com os interesses de classe de quem realiza tal processo. Nesse sentido, é preciso ser coerente com o materialismo histórico: as formas de consciência (ou as “ideias”) são algo real, logo, concreto, síntese de múltiplas determinações. Uma de suas determinações são as ideias anteriores ao lado dos interesses (pessoais e de classe, que se misturam, mas nem sempre são coerentes nos indivíduos concretos) derivados da divisão social do trabalho, bem como sentimentos, valores, relações sociais, etc. Da perspectiva do indivíduo, a explicação de quais ideias terá maior impacto em sua vida remete justamente ao seu processo histórico de vida, especialmente sua classe social. Da perspectiva das ideias socialmente mais importantes, remete às ideias dominantes, produto dos interesses da classe dominante e seus representantes



históricos. Elas brotam de uma sociedade na qual houve a libertação humana, a escassez material foi superada, as classes sociais e seus interesses antagônicos também, uma nova sociabilidade, fundada na liberdade, solidariedade, etc., é instituída. Essa é a nova base real das ideias. As ideias passam a determinar a realidade, mas tão-somente por corresponder a ela, expressar relações sociais concretas, tal como a autogestão do processo de produção e do conjunto das relações sociais.

Nesse contexto, ocorrerá um avanço extraordinário da consciência e isso é explicado pelo fato de que os obstáculos (interesses da burguesia, força do dinheiro, bases valorativas, competição social, burocratização, etc.) foram superados. As ideias passam a se adequar à realidade. E a história humana sempre foi produzida pelos seres humanos, mas através de uma luta de classes, nas quais os interesses da classe dominante eram determinantes do processo de reprodução, de acordo com as condições e necessidades de um determinado modo de produção. Uma vez destruída a sociedade de classes, os interesses individuais deixam de se contrapor ao interesse universal da humanidade e assim se constituem novas relações de produção e relações sociais e, no interior delas, as ideias passam a ser fundamentais, mas já não são as formas de consciência antigas e sim novas, correspondentes às novas relações sociais. As novas necessidades, os novos interesses, as novas formas de consciência, as novas ideias, estão em coerência com o conjunto das relações sociais, pois estas exigem a atividade teleológica consciente de toda a população.

O fundamental é compreender que numa futura sociedade autogerida, o que Marx denominou “comunismo” (termo que foi deformado pelos pseudomarxistas, passando a denominar partidos, países, etc. que nada tem a ver com o significado original deste termo e por isso preferimos “autogestão”, termo que não está livre das deformações, mas explicita em seu conteúdo algo mais próximo da sociedade futura) é o reino da liberdade. A liberdade, que nesse caso será a síntese da liberdade individual e coletiva (VIANA, 2015b), pressupõe consciência e só é livre quem é consciente e decide conscientemente. O reino da liberdade é, portanto, o reino da consciência de seres humanos livres e estes assim o são pelo motivo de que as relações sociais que eles instituíram apontam para isso.

Na nossa sociedade, quando em um pequeno grupo há a decisão coletiva, ela foi realizada com base na consciência dos indivíduos que fazem parte dele. Eles podem decidir se

---

ideológicos, e às ideias revolucionárias, produto dos interesses do proletariado e seus representantes intelectuais, bem como as demais ideias vinculadas às dominantes, tal como as concepções ecléticas das demais classes sociais.

unir e organizar para a libertação ou para a reprodução (VIANA, 2016). Esse processo é possível pelas bases sociais da atual sociedade, marcada pelo predomínio das ideias dominantes (sob as mais variadas formas, desde as conservadoras até as progressistas, incluindo as falsamente revolucionárias ou emancipadoras). Nesse contexto, é possível defender ideias tais como a da auto-organização, da liberdade, etc., mas de forma mistificada, como sendo finalidades em si mesmas. A mistificação é por se realizar em um pequeno grupo (determinado pelo conjunto das relações sociais e com pequena margem de decisão além de suas questões internas) e não no conjunto da sociedade. A liberdade só pode existir efetivamente se for coletiva, generalizada em toda a sociedade. Senão será apenas uma farsa, uma ilusão. Isso contribui com a manutenção da não-liberdade. A consciência da não-liberdade é condição para a luta e para a conquista da liberdade.

O processo revolucionário significa, portanto, uma revolução cultural, que pode emergir marginalmente na sociedade capitalista, mas que deve ir se desenvolvendo e ampliando, realizando sua fusão com o proletariado, a classe revolucionária. Desde as formas mais simples até as mais complexas, a consciência revolucionária deve emergir e se generalizar. No plano das ideias, elas podem avançar e se desenvolver, mas sob limites que são os impostos pelas relações sociais da sociedade capitalista, expresso no aparato estatal, empresas capitalistas (incluindo as de comunicação, educação, etc.), instituições, hegemonia burguesa, etc. Esses limites, no entanto, não devem servir de pretexto para cair, seja no pessimismo, seja no imobilismo, ou, ainda, no espontaneísmo, esperando que um dia caia do céu a consciência revolucionária do proletariado. Essa consciência revolucionária existe embrionariamente e os militantes revolucionários (intelectuais, jovens, pequenos grupos, ou seja, o conjunto do bloco revolucionário) devem desenvolver e aprofundar a propaganda, a produção cultural (teórica, artística, etc.), a contribuição para a formação intelectual (pedagogia autogestionária), etc. Esse trabalho, que pode parecer insignificante no atual contexto, pode ser importante quando explodir as crises, a ascensão das lutas operárias que emerge a partir do constrangimento do aumento da exploração ou da penúria, a insatisfação da maioria da população, a violência e truculência do aparato estatal, etc. Uma vez emergindo esse processo, há uma base que permite uma expansão mais rápida e eficaz. A recepção das ideias revolucionárias ganha outra dimensão.

Por isso, recordar a crítica do idealismo em Marx é fundamental, para romper com o pseudomarxismo e com o materialismo vulgar, que beneficiam os interesses da classe burguesa,

especialmente quando caem no pragmatismo, praticismo, determinismo, etc. O fetichismo das organizações autárquicas (auto-organização) é outro problema, pois essas nascem e morrem, mas é através da consciência que elas podem ser recordadas, podem ensinar, podem significar algo revolucionário. As ideias não morrem. Podem ser censuradas, esquecidas, marginalizadas, assim como podem ser divulgadas, recordadas, fortalecidas. Mas qual tipo de organização, o que deve a organização fazer, isso é algo que é definido pela consciência.

Por isso, aqueles que se desanimam diante da resistência em relação às ideias revolucionárias, apenas mostram não entender o marxismo. A partir da base de organizações autárquicas não emerge, imediata e automaticamente, ideias revolucionárias. Acreditar nisso seria inventar um determinismo organizacional, abstraindo que os seres humanos reais que estão organizados estão envolvidos por esta sociedade por todos os lados e é preciso não só apresentar “ideias organizacionais” (pois é isso que se faz, mesmo aqueles que falam da “impotência das ideias”), mas ideias revolucionárias. É preciso compreender que se trata de uma totalidade e que portanto não se pode jogar uma parte dela fora, as ideias, mesmo porque elas são fundamentais para a transformação social e radical das relações sociais. Para compreender isso, é fundamental entender a crítica ao idealismo realizada por Marx e não cair no materialismo vulgar.

### Referências bibliográficas

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo, Global, 1986.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, Vol. 01, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.



VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015.

VIANA, Nildo. *Cérebro e Ideologia*. Uma Crítica do Determinismo Cerebral. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

VIANA, Nildo. Espontaneidade e Liberdade. *Revista Posição*. Ano 02, vol. 02, num. 06, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rpo/article/view/2viana6/222> Acessado em: 06/06/2015.

VIANA, Nildo. Organizações: Reprodução ou Transformação Social. *Revista Espaço Livre*. Vol. 11, num. 21, 2016. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/440/391> acessado em: 31/12/2016.

## A postura intelectual de Maurício Tragtenberg

Erisvaldo Pereira de Souza\*

### Introdução

Neste artigo, temos como proposta principal, realizar uma análise sobre a postura intelectual de Maurício Tragtenberg e perceber como este intelectual passou a defender posições em favor dos trabalhadores, pois será possível perceber em suas obras e práticas intelectuais esse posicionamento crítico e radical no que diz respeito a luta dos trabalhadores.

Desde a juventude, Maurício Tragtenberg desenvolveu uma postura de crítica em relação à sociedade, sua forma de organização, mas principalmente ao modo de produção capitalista. Por outro lado, no que se refere às instituições como é o caso do Estado, sua posição é crítica, bem como das organizações políticas, neste caso partidos e sindicatos, mas não era uma crítica radical, pois faltava aprofundamento em algumas questões na qual foi realizando ao longo de sua trajetória intelectual e política.

Estas posições obviamente foram sendo desenvolvidas ao longo de sua trajetória, na juventude esteve vinculado a partidos políticos e outras organizações de cunho político conservador, mas vai historicamente romper com estas, pois suas leituras apontavam para outra perspectiva de análise. Este rompimento, vai ocorrer principalmente porque Maurício Tragtenberg passou a buscar um conjunto de leituras de autores alemães e russos, com posicionamentos críticos, que de alguma forma foram importantes para que ele pudesse perceber o conservadorismo dos partidos políticos, dos sindicatos e principalmente do Estado como forma de organização da sociedade.

Na relação entre sociedade e Estado, nos seus escritos é possível perceber como analisou essas questões. Segundo Tragtenberg (2011) o governo, seja estadual ou federal, através do discurso de vários de seus componentes, não se cansa em admitir a situação de crise em que vive o país, a situação de miséria e fome em que vegeta o trabalhador, que tudo produz e nada tem<sup>1</sup>.

Portanto, a partir dessas questões apontadas é que iremos discutir a postura intelectual de Maurício Tragtenberg, sua aproximação com a classe trabalhadora, a crítica em relação

---

\* Graduado em História, Especialista em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás, mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

<sup>1</sup> O trabalhador produz mercadorias no interior das fábricas, mas nem sempre pode compra-las, pois normalmente o fruto do seu trabalho, não lhe pertence.

ao Estado, aos partidos políticos, sindicatos e demais organizações burocráticas defensoras dos interesses da classe dominante.

### **Crítica radical e postura intelectual**

Maurício Tragtenberg (1929-1998) foi um intelectual autodidata que estabeleceu vínculos com algumas organizações de trabalhadores na juventude (partidos e sindicatos) e posteriormente entrou na universidade. Nesta instituição obteve uma formação acadêmica e suas titulações regulares, assim podemos dizer que sua carreira se deu em dois momentos, uma autodidata e a forma em termos formais na universidade. Sua postura intelectual diz respeito inicialmente na participação de organizações conservadoras, mas que ao longo de sua trajetória, vai romper de forma gradual, chegando a defender posturas críticas e revolucionárias.

Em suas obras podemos perceber uma crítica ao Estado representado pelos governos e como tratam os trabalhadores que a cada dia produzem e não conseguem ter acesso ao que foi produzido por ele. Os trabalhadores para saírem dessas condições necessitam se organizarem e lutarem por melhores condições de trabalho e de vida.

Na sua análise política, Tragtenberg (2011) que não se julgam as intenções, as pessoas são julgadas pela sua prática, o homem é os atos que pratica. De fato, como intelectual esteve preocupado com suas ações práticas no sentido de contribuir não com esse modelo de sociedade na qual estamos inseridos, mas o de pensar uma outra possibilidade de sociedade.

Neste sentido, lutou do lado dos trabalhadores, auxiliando com a produção de textos em revistas, jornais e obras. Realizou estudos a partir de uma concepção que buscava criticar partidos e sindicatos, pois esses querem usar os trabalhadores como “*massa de manobra*” e negociam sozinhos com os patrões. Desta forma, podemos perceber que estes não representam os trabalhadores, acabam negociando com os patrões em favor destes.

O que ocorre na sociedade brasileira é que a maioria dos intelectuais acabam somente reproduzindo os interesses do Estado, dos partidos políticos e sindicatos, pois estes acabam sendo financiados com recursos destes. Ao serem privilegiados realizam a defesa e conseqüentemente a manutenção dos interesses dessas organizações. No caso de Maurício Tragtenberg, este partiu de um ponto de vista distinto, pois não aceitou ao longo de sua

trajetória cargos ou funções de partidos ou sindicatos, na verdade ele fez a crítica radical a estas organizações.

De fato, este autor tinha consciência da sua perspectiva de análise da sociedade, do Estado, dos partidos políticos e dos sindicatos, inclusive realizou estudos interessantes sobre esses fenômenos, apontando seus limites em termos de organização e ação para resolver problemas dos indivíduos envolvidos. No que se refere aos partidos políticos, além de crítico, sua postura é radical quanto a participação nesta organização, principalmente quando o assunto era ser candidato, pois o mesmo foi indicado para disputar as eleições em São Paulo e sua postura foi negar essa candidatura.

Mas, existem algumas contradições para alguns que indicaram o nome de Tragtenberg para disputar eleições em São Paulo em 1985. Segundo Tragtenberg (2011) na primeira fase de indicação de nomes de futuros candidatos a deputados no PT, “alguém, penso, eu por boa fé, indicou meu nome”. Mas, o mesmo não foi candidato, pois não havia nenhuma possibilidade para isso.

Assim, ele esclarece sua posição diante desse fato, que de alguma forma é “*estranho*”. Na perspectiva de Tragtenberg (2011) “*não sou nem serei candidato a coisa alguma em nome dos trabalhadores*”. Deputados, senadores, vereadores, mesmo sendo ex-trabalhadores, com o tempo costumam esquecer suas origens sociais, fazendo papel de amortecedores ou administradores das lutas sociais. Estes indivíduos inseridos nessas relações passam a defender outros interesses e sua posição de classe é alterada. Antes até falam na luta das classes sociais, mas depois fazem o discurso da classe política vinculada a classe dominante. Neste caso, não reforçando os antagonismos de classes e nem a perspectiva do proletariado.

No modelo de sociedade e Estado na qual estamos inseridos, muitos desses indivíduos, dizem representar a sociedade nos seus mais variados segmentos, sejam eles, de trabalhadores, camponeses, donas de casas etc., mas na prática representam mesmo é a classe dominante, pois esses têm interesses que estão diretamente ligados a esta classe social.

Tragtenberg (2011) afirma pretender continuar na profissão de professor-pesquisador, “*dando força*” no que puder à organização dos trabalhadores a partir do seu local de trabalho. Assim, está claro sua posição diante da sociedade, das instituições e organizações como são o caso dos partidos e sindicatos. Isto quer dizer, que o mesmo não



tem interesses em atuar dentro destas instituições como um parlamentar e exercer funções no campo da burocracia estatal ou privada.

Na universidade desenvolveu pesquisas importantes sobre o pensamento social brasileiro, utilizando um referencial teórico bastante interessante, desde Karl Marx, passando por Max Weber e o anarquista russo Mikhail Bakunin. Eram estudos voltados para não somente a compreensão da realidade brasileira, mas buscava contribuir de forma sistemática com a classe trabalhadora, para tanto, era possível perceber sua forma humanista na relação com os outros indivíduos, sejam eles, trabalhadores, alunos e colegas de trabalho que eram pesquisadores e professores em geral.

A universidade era um dos espaços para desenvolver atividades diversas como professor e pesquisador, mas principalmente desenvolver suas leituras na qual tinha interesses, pois após sua entrada na universidade, passou a ampliar suas leituras no sentido de conhecer “*novos*” autores.

Historicamente suas leituras estavam voltadas para autores que geralmente não eram estudados no interior dessa instituição, pois se tratavam de autores chamados “*marginais*”, neste caso, os conselhistas que ele tinha afinidade teórica, como é o caso de Anton Pannekoek, Karl Korsch, Oton Rühle dentre outros. Esses autores são referências sobre o marxismo no século XX, principalmente porque retomam a obra de Marx na sua originalidade e na perspectiva da luta de classes e da autonomia da classe operária, onde demonstram o protagonismo da classe operária e não sua subordinação.

Neste sentido, buscava realizar uma prática distinta dentro da universidade, pois estavam voltadas para o desenvolvimento da pesquisa e um raro contato com a sociedade em geral. Maurício Tragtenberg realizava esse contato antes mesmo de sua entrada nesta instituição, pois sua entrada vai ser mais uma possibilidade de contato com outros indivíduos e ampliar sua atuação como intelectual.

Desta maneira, segundo Valverde (2011) era solidariedade em estado bruto, sobretudo com os mais humildes e os mais próximos – sem farisaísmo. Passava pelos modismos acadêmicos em voga, retirava-lhes o sumo e aplicava-os com extrema propriedade nas desmontagens das ideologias contemporâneas. Em síntese, buscava mostrar para os outros indivíduos como era possível, mesmo trabalhando em espaços com uma forte burocracia como forma de organização e de controle dos indivíduos, demonstrar assim, uma solidariedade e humanismo com os outros, independentemente de sua origem e formação

acadêmica. Neste caso, está evidente a crítica que ele realizou em relação as diversas produções intelectuais de cunho ideológico, pois encontrava mesmo em autores conservadores, algo que possibilitasse a compreensão de determinados fenômenos no âmbito das Ciências Sociais.

Por outro lado, ainda segundo Valverde (2011) intelectual de seu tempo, Maurício Tragtenberg continha a inquietude do espírito em tudo que falou, escreveu, polemizou. Como pensador, exerceu a dignidade ética de dizer a verdade em ambientes públicos, nos momentos conturbados. De fato, desenvolveu estudos importantes no sentido de buscar a partir da perspectiva do proletariado, desvelar verdades para mostrar como a classe trabalhadora historicamente se desenvolveu mesmo com as contradições e que na realidade está inserida e necessita continuar avançando para realizar a transformação social.

Na análise de Resende (2011) Maurício Tragtenberg não foi um intelectual de escola, preso a paradigmas. Em seus escritos dialogou com acadêmicos e operários. Teve a rara competência narrativa de ser compreendido por ambos em sua percepção de mundo, marcada por irônico humor, de mordacidade sem destempero.

Na verdade Maurício Tragtenberg em sua trajetória, teve contato com grupos sociais variados, desde militantes de partidos políticos, sindicatos e demais organizações de trabalhadores, isso ocorreu até os anos de 1950 e após sua entrada na universidade, passou a se relacionar com intelectuais e acadêmicos dos mais variados campos do saber, inclusive fora dos espaços institucionais, fato importante para sua formação.

Segundo Löwy (2001) Maurício se destacou pela coerência política e intelectual. Fiel até seu último dia aos ideais do socialismo e a uma reinterpretação antiburocrática do marxismo. Em termos gerais, ao longo de sua carreira buscou ser coerente com suas ações políticas desde a juventude, mesmo cometendo alguns equívocos ao se associar em organizações de trabalhadores burocratizadas, bem como em partidos políticos. Por outro lado, vai conseguir romper e estabelecer novas concepções sobre essas questões, ao mesmo tempo em que adota uma postura crítica-revolucionária.

Em relação ao seu engajamento, podemos perceber essa prática no período compreendido entre (1978-1985), quando das publicações dos textos na coluna do jornal *Notícias Populares*, onde ele desenvolveu textos sobre o cotidiano dos trabalhadores em São Paulo, inclusive nesse período é possível perceber uma ligação com os trabalhadores do ABC Paulista.

Na sua concepção sobre a *Coluna no Batente*, ele expressa de forma incisiva ao afirmar que: “a coluna está fechada hermeticamente aos “pelegos” do sindicalismo do velho ou do “novo tipo”, àqueles que vivem do sindicato e não para o sindicato” (TRAGTENBERG, 2011, p. 05). Isto demonstra que a coluna quer contribuir com a luta e a organização dos trabalhadores, mas sem a intervenção de um sindicalismo pautado no oportunismo e na direção da luta social dos trabalhadores. Ainda assim, para ele a coluna tem que exercer um papel importante no que diz respeito às informações, por isso, ele aponta que: “não pretende a coluna ditar normas a quem quer que seja, mas ser caixa de ressonância do que ocorre na linha de produção nas fábricas, bancos e escritórios” (TRAGTENBERG, 2011, p. 05).

Neste trecho, está presente os objetivos da *Coluna No Batente* que foi proposta por Tragtenberg no sentido de contribuir com a luta dos trabalhadores. Esta coluna busca ser uma das formas de comunicação com aqueles que vivem no cotidiano das fábricas, indústrias e escritórios em geral, mas principalmente desvinculada de formas de organização burocráticas que visam o controle burocrático dos trabalhadores, que de fato necessitam se organizar de forma autônoma<sup>2</sup>.

A crítica as instituições e organizações burocráticas, estão presentes nos artigos escritos e publicados na coluna *No Batente*. Assim, segundo Tragtenberg (2011), a coluna está equidistante de qualquer partido político<sup>3</sup>, mesmo daqueles partidos que pretendam falar “em nome” do trabalhador, quer se intitulem vanguardas conscientes ou não do mesmo trabalhador. As reflexões de Tragtenberg dizem respeito a relação entre os sindicatos e partidos políticos, onde os sindicatos reproduzem os partidos políticos, basta observarmos a quantidade de sindicalistas que a partir do seu sindicato se lançam na carreira política e se tornam políticos profissionais, assim o sindicato passa a ser o meio deste realizar a sua campanha e articulação política.

Por isso, os trabalhadores têm que estar sempre atentos em relação as boas ações de sindicatos e partidos políticos, principalmente em períodos de eleições, pois a representação

---

<sup>2</sup> Outro texto interessante sobre a questão da organização, é o texto de Braga e Viana (2011), onde podemos encontrar textos que realizam uma investigação a partir da concepção de Anton Pannekoek sobre a organização revolucionária. Pannekoek (2007), nos possibilita uma compreensão interessante sobre a organização dos trabalhadores, inclusive rompendo com todo o formalismo e ao mesmo tempo, realiza uma contestação radical em relação as organizações burocráticas.

<sup>3</sup> Os textos publicados na coluna “*No Batente*”, são do período compreendido entre (1978-1985), período no qual o autor já tinha outra concepção de partido, inclusive realizava a crítica a esta organização burocrática.

política é meramente uma forma de “*representação simbólica*”, na prática esses têm outros interesses, que são a defesa dos interesses da classe dominante.

Normalmente, esta coluna reunia textos do próprio Tragtenberg e de trabalhadores que geralmente denunciavam determinadas condições de trabalho no interior das fábricas do ABC paulista. Por outro lado, estava aberta também para outros grupos de trabalhadores, como os bancários, escritórios em geral, donas de casa e os estudantes.

Toda essa rede de contatos facilitou a abertura em algumas revistas e jornais, como é o caso do jornal *Notícias Populares*, onde passou a divulgar suas concepções sobre várias realidades na qual estavam inseridos os trabalhadores. Este espaço foi para ele um espaço de intervenção e de engajamento, pois além dos textos, participava de ações juntamente com os trabalhadores. Neste caso, o jornal foi a forma encontrada para realizar uma aproximação com a classe trabalhadora e atuar em conjunto com esta<sup>4</sup>.

Por outro lado, afirma Tragtenberg que a coluna não é para os “*pelegos*”<sup>5</sup>, tanto do velho como do novo sindicalismo e os representantes de instituições patronais, que aproveitam dos trabalhadores, principalmente em períodos de eleições. Desta maneira, em termos gerais, podemos afirmar que:

Da mesma forma a coluna reserva-se o direito de não ser canal de transmissão de “palavras de ordem” de partidos políticos, por melhores que se apresentem e pretendam “representar” o trabalhador – quando, na realidade, surgem como “novos patrões”, procurando submeter o peão à política parlamentar, exercida pelos senhores da classe média ou da classe alta, tudo em nome do peão (TRAGTENBERG, 2011, p. 05).

A coluna e as informações produzidas dizem respeito a uma crítica aos partidos e sindicatos, que são contra os interesses dos trabalhadores, pois estas buscam impor formas de dominação aos trabalhadores, que já são dominados no interior de fábricas e indústrias, e ainda tem os sindicatos e sua burocracia que exercem função parecida. Seria os sindicatos os representantes legítimos dos trabalhadores? Obviamente que não, pois estes além de serem organizações burocráticas, acabam representando os interesses dos patrões

---

<sup>4</sup> Neste contexto Maurício Tragtenberg era convidado por trabalhadores a participar de reuniões, comissões de greves no sentido de apoiá-los em suas lutas no cotidiano da fábrica.

<sup>5</sup> Neste caso, Tragtenberg (2011) tem uma explicação interessante para esse termo, segundo ele pelego é uma pele de carneiro curtida. Pode ser também de cabra ou de outros animais que possuam pelos macios. É usado sobre a cela do cavalo para amaciá-la e, assim, impedir que o trotar do animal maltrate as nádegas do cavaleiro. Em nosso país, atribui-se ainda à palavra outro significado, devido à semelhança de utilidade: pelego é o dirigente sindical que, comprometido com determinações oficiais [e patronais], coloca-se entre o governo [e os patrões] e os integrantes de sua categoria, servindo de amortecedor dos conflitos de classes ou sociais. Nisto, percebe-se, seu papel tem muito a ver com o pelego de montaria.



ao invés dos interesses dos trabalhadores, principalmente pela forma que estão organizados atualmente, isto quer dizer, existem aqueles que são os dirigentes e aqueles que são dirigidos.

Um dos pontos importantes que pode ser destacado na coluna “*No Batente*”, é a forma didática dos textos de Tragtenberg. Em alguns casos, o termo trabalhador é substituído por “*peão*”, pois trata-se de uma linguagem que buscava facilitar a compreensão dos trabalhadores. Esta não é intermediada ou dirigida por um partido político ou sindicato, nem mesmo por um político ou um intelectual profissional, não tem um líder. Essa expressa os desejos e interesses dos trabalhadores que querem lutar por uma nova forma de organização da sociedade como um todo, pois o autor, tinha autonomia para poder produzir seus textos. Tragtenberg (2005) diz que contra a ideologia do conformismo, os trabalhadores esboçam uma ideologia contestatória e reivindicadora. Essa é uma ação coerente com a realidade dos trabalhadores, pois que não podem aceitar passivamente as formas de imposição do poder por parte dos seus chefes e patrões.

Isto demonstra, que além do controle que é exercido pelo chefe no local de trabalho, o trabalhador é controlado também pelas formas de organização não operárias que dizem o representar. Na lógica dessas organizações, o trabalhador deve seguir as suas imposições, até mesmo na sua vida política, pois o objetivo destas é “*adestrar*” os trabalhadores em termos de participação política e econômica, tendo de reproduzir seus interesses. No entanto, nem todos são obedientes e acabam percebendo suas contradições e a partir daí formam associações, conselhos com autonomia, pois não se trata de uma forma de organização que tem por objetivo controlar e sim libertar.

Cada vez mais o capital comunicacional<sup>6</sup>, tal como o autor analisa o rádio e a televisão, exercem certa influência sobre os trabalhadores em geral, ampliando assim, a inserção na vida dos operários, produtos voltados para o consumo em geral, que nem sempre eles conseguem comprar. O seu tempo livre é controlado, o seu lazer é alienado, e hoje eles pagam para ter lazer, diversão, entretenimento etc. Ou seja, o capital comunicacional produz mercadorias culturais e auxilia na sua mercantilização.

O trabalhador tem de lutar contra o processo de “*infantilização social*” a que está submetido, que impede sua capacidade criadora, responsável pela ideologia da nulidade operária, que permite a muitos exploradores de seu trabalho apresentarem-se como seus defensores. São os autointitulados “*dirigentes*”

---

<sup>6</sup> Adorno e Horkheimer (1985), definem o que é a indústria cultural na obra *Dialética do Esclarecimento*. Viana (2007) trabalha em outra perspectiva, este desenvolve uma crítica a concepção dos autores da Escola de Frankfurt e amplia a discussão a partir do conceito de capital comunicacional.

políticos, sindicais, da política cultural, que pretendem representá-los (TRAGTENBERG, 2011, p. 22).

Esta luta, não é somente contra seus patrões, mas também contra os chefes que estão no local de trabalho. Estes são indivíduos que estarão mais próximos dos trabalhadores no local de trabalho. Os operários devem se organizar no sentido da busca de sua autonomia. Seus defensores não são indivíduos externos, tais como intelectuais, dirigentes sindicais ou políticos profissionais, que na maioria das vezes representam diretamente os interesses dos patrões.

Desta maneira, “o desenvolvimento real do trabalhador só ocorre quando, por meio de uma *“comunidade de luta”*, que é uma comissão de fábrica ou inter fábrica, ele dirige o processo de sua luta, bem como a finalidade” (TRAGTENBERG, 2011, p. 22). Está claro, pois é o próprio conjunto dos operários que deve se organizar coletivamente e dirigir na sua totalidade o processo de luta e, conseqüentemente o processo de produção e autogestão das fábricas. Neste caso, descarta-se a inserção do dirigente vinculado aos sindicatos e aos partidos políticos, mas também suas práticas institucionais e burocráticas que visam o controle dos trabalhadores.

Segundo Tragtenberg (2011) o peão é pobre, não é burro; sabe que para se defender só pode contar com seus companheiros, não pode contar com presidentes que a quinze anos estão na direção do sindicato. Esses indivíduos diretores, gestores de sindicatos, jamais irão resolver os problemas dos trabalhadores alocados no chão de fábrica. Neste caso, a associação dos trabalhadores é fundamental para que estes possam lutar por seus interesses coletivos.

Ainda assim, fala-se em relação aos trabalhadores e da falta de formação. Neste caso, podemos apontar:

A pretexto de “falta de formação”, falta de “consciência política” no sentido mais amplo do termo, muitas organizações autointituladas vanguardas pretendem substituir o trabalhador quanto às suas formas de organização, à maneira de dirigir a luta e os objetivos que o trabalhador como classe pretende atingir (TRAGTENBERG, 2011, p. 24).

Esse é o discurso das organizações burocráticas, pois querem sempre dirigir os trabalhadores. Não é necessário um intelectual com formação acadêmica, um doutor para ir até o *“chão da fábrica”* e dizer o que esses devem fazer, muitas das vezes, esses indivíduos

estão distantes da realidade na qual os trabalhadores estão inseridos e não conhecem ou não querem conhecer esta realidade<sup>7</sup>.

Em vários momentos do seu cotidiano de trabalho, o operário sabe que é explorado e dominado, bem como tem consciência desse fato. O grande problema são os limites dessa consciência, o tempo de trabalho e mais ainda, como se organizar a partir do local de trabalho, pois as dificuldades são várias para que estes possam se organizar e lutar contra todas essas formas de imposição e dominação. Quando os operários conseguem romper com todas essas formas de exploração e dominação, passam a contestar de forma mais ampla suas relações de trabalho, em busca de novas perspectivas.

### **Considerações finais**

Na trajetória intelectual e política de Maurício Tragtenberg, a partir dos referenciais teóricos e metodológicos analisados, podemos afirmar que este tinha uma postura crítica-revolucionária, pois suas posições e concepções ao longo de sua trajetória apontam para esse fim. Por outro lado, partindo do método de Marx e a análise da realidade concreta Maurício Tragtenberg em vários momentos de sua trajetória, expressou de forma correta esse método de análise da sociedade.

Como Marx, Maurício Tragtenberg esteve do lado dos trabalhadores, defendeu de forma autônoma a luta dos mesmos, pois não buscou ser um dirigente político e sim, partia sempre do seu engajamento, não como um dirigente que se vinculava a uma vanguarda de intelectuais e políticos profissionais para poder defender seus interesses particulares.

Portanto, a coluna do jornal cumpriu um papel importante na trajetória de Maurício Tragtenberg. Esse período foi marcado por uma forte aproximação com o movimento operário, mas também na difusão de ideias distintas da maioria dos jornais oficiais, que são uma das formas de legitimar as práticas de dominação em relação a classe trabalhadora.

Desta maneira, é possível perceber as contradições existentes no interior da sociedade capitalista, neste caso Maurício Tragtenberg, foi um crítico não somente da sociedade capitalista, mas buscou a partir da sua postura intelectual e engajamento contribuir para a sua destruição.

---

<sup>7</sup> Marx (2007), desenvolve uma crítica aos intelectuais representado na figura do doutor. Desta forma ele diz que os eruditos por profissão, por ofício, por privilégio, os doutores e outros “ores”, os autores universitários sem princípios dos séculos XVII e XVIII, com suas golas duras e sua amável pedanteria e suas triviais dissertações micrológicas – aqueles que se colocaram entre a nação e o intelecto, entre a vida e a ciência, entre a liberdade e o povo. Foram os autores “não-autorizados” os que fizeram nossa literatura.

Para De Paula (2011) entre os estudiosos do pensamento de Tragtenberg, não há um consenso sobre o caráter de suas posições anarquistas, mas o próprio Maurício se autodenominava um marxista anarquizante. Mesmo se afirmando como um marxista/anarquizante realiza algumas críticas em relação ao anarquismo, principalmente pela sua falta de aprofundamento teórico e estudos sistemáticos sobre determinados fenômenos, onde o autor reconhece no marxismo de Karl Marx, um maior aprofundamento dos fenômenos estudados. Em Marx temos estudos sistemáticos do modo de produção capitalista e das formas pré-capitalistas de produção, onde o autor desenvolveu de forma ampla uma análise sistemática sobre o capitalismo como modo de produção.

Foi possível perceber também uma postura de defesa do proletariado organizado em luta em favor de uma nova forma de organização da sociedade. Estes travam em seu cotidiano de trabalho, uma luta constante contra a burocracia e a dominação dos patrões e a forma de organização do trabalho alienado.

Por fim, ao analisar a postura intelectual de Maurício Tragtenberg, podemos perceber sua luta cotidiana e a defesa dos explorados. Por outro lado, buscou ser coerente com sua postura ao defender de forma crítica-revolucionária em artigos e livros, mas principalmente no contato com os trabalhadores no “*chão de fábrica*”, na sua participação em greves, comitês e demais organizações na qual os trabalhadores realizaram no sentido de contestar radicalmente as relações de trabalho na sociedade capitalista.

### Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1985.

BRAGA, Lisandro, VIANA, Nildo. *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro. Achiamé,

DE PAULA, Ana Paula Paes. A magia de Maurício Tragtenberg. In: VALVERDE, Antônio José Romera. (org) *Maurício Tragtenberg: 10 Anos de Encantamento*. São Paulo, Educ/Fapesp, 2011.

MARX, Karl. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre. L&PM Pocket, 2007.

LÖWY, Michael. Maurício Tragtenberg, espírito libertário. In: SILVA, Doris Accioly e MARRACH, Sônia Alem (orgs). *Maurício Tragtenberg: Uma vida para as ciências humanas*. São Paulo, Unesp, 2001.



PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Florianópolis, Editora Barba Ruiva, 2007.

RESENDE, Paulo-Edgar Almeida. Maurício Tragtenberg: ousou saber, ousou dizer. In: VALVERDE, Antônio José Romera. (org) *Maurício Tragtenberg: 10 Anos de Encantamento*. São Paulo, Educ/Fapesp, 2011.

TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo, Unesp, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. *Autonomia Operária*. São Paulo, Unesp, 2011.

VALVERDE, Antônio. *Maurício Tragtenberg: 10 Anos de Encantamento*. São Paulo, Educ/Fapesp, 2011.

VIANA, Nildo. *Para Além da Crítica dos Meios de Comunicação*. In: VIANA, Nildo (org). *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2007.

# O Ensino Superior na Concepção de Maurício Tragtenberg

Dayane de Carvalho Silva Antunes\*

## Introdução

Aproprio-me das palavras de Marques (2016) em seu trabalho intitulado “*A questão da Educação em Maurício Tragtenberg*” para afirmar que esse não é um assunto fácil, mas o instigante é que as várias leituras realizadas para iniciar este artigo foi o suficiente para aceitar o desafio de produzir este trabalho sobre o “*Ensino superior na concepção de Maurício Tragtenberg*”.

O assunto é instigante porque revela uma visão não falseada sobre o ensino superior e dentro de uma proposta que segundo Tragtenberg a “Educação não é algo fechado em si mesmo, ou seja, que pode ser explicada por si só e está desassociada da sociedade” (MARQUES, 2016, p. 105).

Em outras palavras, para entender a educação superior, é preciso entender também a sociedade e o processo educativo como um todo e ao mesmo tempo, sobre suas especificidades. A partir destas concepções iniciais, este artigo foi desenvolvido partindo da seguinte problemática: como Maurício Tragtenberg concebe o ensino superior? Apesar de parecer simplório num primeiro momento, a importância de se conhecer a concepção deste autor em relação ao ensino superior demonstra muitas outras facetas sobre como a sociedade capitalista se desenvolve e como o Estado contribui para a perpetuação de uma ideologia dominante e autoritária.

A pesquisa bibliográfica tornou-se o meio pelo qual tivemos acesso ao pensamento de Tragtenberg. Além disso, busquei por outras informações em contribuições de pesquisadores que já pesquisaram o assunto e que pode contribuir sobremaneira para novas pesquisas. Após a coleta de dados, o próximo passo para a investigação foi o tratamento destes dados a partir da interpretação e análise

A investigação sobre o assunto se justifica pelo fato de que os estudos de Maurício Tragtenberg constituem-se de orientação para um entendimento não somente sobre a universidade e o papel que desempenha na sociedade, mas também um conhecimento de como a sociedade se desenvolve em si mesma.

---

\* Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia e Pós - Graduada em Docência no Ensino Superior pela UEG.

### **Maurício Tragtenberg: de autodidata a um renomado professor**

Maurício Tragtenberg (1999) relata que foi um importante sociólogo brasileiro, nasceu na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul, no dia 04 de novembro de 1929. Sua infância não foi diferente de inúmeras crianças que vivem no campo e são desprovidas de uma boa qualidade de vida. Filho de família de origem pobre e judaica, que se dedicava às atividades rurais, morava com os avós em um lugarejo pequeno e não conhecera seu pai, pois este faleceu assim que se casou com sua mãe.

Em razão das dificuldades econômicas, de saúde e de escolaridade, a família transferiu-se para Porto Alegre, em busca de melhorias, principalmente na educação das crianças. Foi nesta cidade que o pequeno Maurício teve contato com sua primeira experiência política. Embora fosse tão pequeno e não entendesse nada de política ele conta no livro “Memórias de um Autodidata”, que frequentou um grupo escolar chamado Luciano de Abreu, onde realizava manifestação para recepcionar em Porto Alegre o político Plínio Salgado (homem que ele nem conhecia) e o enchera de folhetos desse político sem ele saber de fato o que acontecia naquele lugar e quem era aquele homem, pelo qual todos gritavam bravamente por ele. Depreende-se aqui, que Tragtenberg ao ser politizado precocemente, crescera com vontade de entender o porquê da disparidade econômica que vivia o povo judeu, principalmente as péssimas condições de vida que levava sua família, fator que a impossibilitava fixar-se em um lugar.

Ainda criança, no seio familiar, Tragtenberg tomou gosto pela leitura, pois tinha contato com os livros deixados pelo pai. Sua experiência escolar foi apenas o primário e ainda foi reprovado no primeiro ano em aula de canto, o que demonstra seu desinteresse pela escola. Para ele, a escola era apenas mais um lugar onde oportunizava o encontro com os amigos para uma boa partida de futebol

Maurício Tragtenberg frequentou uma escola judaica em São Paulo por tempo integral, onde finalmente conseguiu se formar no primário, embora não gostasse muito dela, pois achava seu regime “idiota” e o professor “chato”. Fazia muita leitura em bibliotecas, lendo obras sobre socialistas. Aproveitava as oportunidades em que seu irmão comprava séries de livros para lê-los.

O contato com a leitura de trotskistas e marxistas trouxe muita influência à sua formação. As leituras eram dirigidas por ele mesmo e costumava praticá-las na biblioteca municipal de São Paulo. Realizava também leituras influenciadas por amigos que

percebiam nele a característica de autodidata, contribuindo dessa forma, para o ápice da sua trajetória autodidata, acarretando sua entrada à universidade. Após terminar a faculdade, começou a ministrar aulas em um colégio na cidade de Iguapé, dando início à sua carreira professoral. No itinerário de docência sofreu bastante perseguição e repressão por se mostrar livre, revolucionário e por não concordar com as relações de dominação.

### **A política em Tragtenberg**

A concepção de política de Tragtenberg formou-se mesmo sendo um adolescente. Visto que seu anseio pela política era o de compreender a realidade de seu país e de seu quadro familiar, desenvolveu interesse pelo partido Comunista devido ao modo da organização de seu bairro e por possibilitar que participasse de debates que colocavam em pauta as questões práticas da sociedade, o rumo do país, o interesse do povo nesse processo, a luta da classe operária. Isso só era possível no partido, pois seus familiares não tinham interesses voltados à política.

Maurício Tragtenberg enfatiza nessa concepção a questão da autogestão da burocracia. O termo autogestão por ele utilizado, está ligado à luta pela emancipação de classe trabalhadora e ao segmento educacional. Para ele, os trabalhadores sempre sofreram repressão por caracterizar-se como a classe desfavorecida, mesmo que a chegada do capitalismo tenha trazido benefícios para a sociedade, de certa forma, trouxe também sofrimentos à classe operária. Nessa situação, precisava se organizar de modo cooperativo para reivindicação de seus direitos, enquanto indivíduos que necessitam de liberdade para garantir seu papel político em contraposição àqueles que os dominam. Na mesma perspectiva, o autor pontua sobre um manifesto que deu início à auto-organização da classe trabalhadora:

Mas sem dúvida, será a proclamação da Comuna de Paris, em março de 1871, que influenciará Malatesta em suas propostas mais amplas: auto-organização dos trabalhadores, autogestão econômico-social e política, como sinônimo de um processo de socialização. Isso porque a Comuna de Paris-nunca suficientemente estudada – é a primeira grande revolução moderna, em que o proletariado tentou a extinção do poder político. Ela representou a prática da organização da esfera social e econômica pelas massas, a eleição pela população dos intermediários políticos (representantes) e econômicos (administradores, a ausência de privilégios e a revogabilidade universal dos eleitos. (TRAGTNBERG, 2009, p. 16).

Esse movimento foi resultante da união entre inúmeros operários sintonizados pela mesma vontade de contestar, lutar e agir contra a classe burguesa que os exploravam e contra

o estado que os oprimiam.

A respeito do processo que pode levar à autogestão, Tragtenberg (2009) nos leva a pensar sobre o cuidado que deve ter o trabalhador no interior da fábrica. No processo de sua luta quando cria comissões para representa-lo, deve se atentar quanto a divisão entre dirigentes e dirigidos, relação defendida pela organização sindical, que agirá sempre em prol de seus interesses próprios.

No que tange à burocracia, Tragtenberg (2004) enfatiza que ela é o corpo que regula o modo de produção nas empresas, tanto públicas, quanto privadas, constitui parte do estado e também é um sistema utilizado pela classe dominante para garantir a organização social. Em contrapartida, o que é notório nesse elemento que “organiza tudo” é que mantém uma gestão pautada por relações de dominação para a manutenção da sociedade capitalista. A partir dessa óptica, o próximo tópico analisará como é visto o ensino superior por Maurício Tragtenberg e como seus ensinamentos contribuem para o pensamento moderno sobre o modelo de ensino que deve ser ministrado pela universidade.

### **O Ensino Superior na Concepção de Tragtenberg**

A educação em meados do século XV tinha característica humanística e os que tinham acesso a ela em grande parte, provinham de famílias dominantes tanto política, quanto econômica. Em relação ao ingresso ao ensino superior o cenário não mudou muito, o sistema de acesso feito por meio de exames é garantido àqueles das classes privilegiadas.

O ensino profissional desde o século XIX caminhou para uma formação destinada à mão-de-obra, garantindo às fábricas o poder do capital e desde então, se adequou ao sistema capitalista. Conforme Bourdieu (1983 p.122) não houve grandes mudanças a respeito dos objetivos do ensino superior, para ele, “O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo, de uma luta concorrencial”. Destarte, ele quis dizer que no ensejo de provocar mudanças no ensino superior, sobrepõe-se formas ocultas da desigualdade educacional que leva à não democratização e que por outro lado, manifesta as hierarquias sociais.

A passagem do ensino que centrava-se nos ideais puramente humanos para uma educação mercantilizada, na análise de Tragtenberg, está intimamente ligada aos problemas que o ensino superior atualmente apresenta no processo de ensino-aprendizagem, em direção a uma educação que contribua para a autonomia e emancipação. Dessa forma, Chauí afirma



que: “[...] a educação é encarada como adestramento de mão-de-obra para o mercado”. (CHAUI, 1980, p.38). Em conformidade com a autora, Tragtenberg (2004 p.14), declara que: “[...] A apropriação universitária (atual) do conhecimento é a concepção capitalista do saber, na qual ele se constitui em capital e toma forma nos hábitos universitários”. Por conseguinte, temos aqui o conhecimento como mercadoria, pois é sinônimo de força produtiva, contribuindo para uma sociedade cada vez mais competitiva e capitalista.

Maurício Tragtenberg fez uma análise criteriosa do ensino superior, na qual aponta críticas às universidades de hoje. Segundo ele, a universidade está em “crise” e tem a ver com “a crise da sociedade”. Afirmar ainda que nessa crise a população jovem detecta os problemas sociais refletidos na universidade. De acordo com ele:

[...] A universidade não é algo tão essencial como linguagem, ela é simplesmente uma instituição ligada à dominação. Não é uma instituição neutra, é uma instituição de classe, na qual as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo”, acima das contradições sociais. (TRAGTENBERG, 2004, p. 12)

Nessa afirmativa, o autor refere-se a uma instituição que manifesta interesses contrários da classe menos favorecida, por exemplo, no âmbito administrativo muitas vezes há uma camuflagem de suas ações como é o caso do processo seletivo de alunos que ingressarão à universidade, seja na graduação ou em especialização no qual é pregado a igualdade de oportunidades, enquanto na maioria das vezes, principalmente em cursos mais concorridos, quem tem mais oportunidades são aqueles que foram privilegiados com um ensino de qualidade. Diante disso, é perceptível que a universidade é uma instituição que alimenta a ilusão de oferecer um ensino igualitário pautado na necessidade social e de certa forma, contribui com a sociedade que vive a mercê da hierarquia do conhecimento, reforçando a divisão de classes.

De certa maneira é possível entender que para Tragtenberg, as instituições superiores se integram ao modo de produção capitalista e reproduzem as relações pautadas pelas classes sociais, pois: “A universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas também *pelos servos que ela forma*” (TRAGTENBERG, 2004, p. 14). Para ele, essa ideologia que ela transmite está vinculada à hierarquia do saber, ou seja, o mestre sempre possuirá um saber maior do que o educando. No entanto, o autor deixa claro: “*A relação de saber não institui a diferença entre aluno e*

*professor*”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 14). Pelo contrário, para Tragtenberg, essa divisão professor/aluno acontece por meio dos sistemas de exames.

Nesta perspectiva Tragtenberg faz uma analogia entre a empresa e as instituições de ensino em relação à função dos exames:

[...] O exame é a parte visível da seleção; a invisível é a entrevista, que cumpre as mesmas funções de “exclusão” que possui a empresa em relação ao futuro empregado. Informalmente, docilmente, ela “exclui” o candidato. Para o professor, há o currículo visível, publicações, conferências, traduções e atividade didática, e há o currículo - esse de posse da chamada “informação” que possui espaço na universidade, onde o destino está aberto e tudo é possível acontecer. É através da nomeação, da cooptação dos mais conformistas (nem sempre os mais produtivos) que a burocracia universitária reproduz o canil de professores. Os valores de submissão e conformismo, a cada instante exibido pelos professores, já constituem um sistema ideológico.

Analisando essa afirmativa, podemos perceber que este sociólogo menciona a burocracia como um sistema que regulamenta o modo de produção não só das empresas, como também no interior das instituições de ensino, utilizando-se dos exames como instrumentos de controle não em relação à produção do conhecimento, mas, quanto à reprodução das informações transmitidas, qual promove a competitividade entre as classes separando-as em melhores e piores. Desse modo, os indivíduos considerados melhores e diplomados, virão a exercer atividades que trazem prestígio e status na lógica dos valores produzidos pela sociedade capitalista.

Em relação à burocracia no interior da universidade, na qual os envolvidos no processo educacional estão submersos, utilizando-a como instrumento de dominação que monitora o modo de trabalho e o pensamento dos indivíduos, Marx e Engels destacam o elemento principal, que sistematiza as relações de subordinação: “A burocracia é um círculo, de que ninguém pode sair. A sua hierarquia é *a do saber*. A cabeça confia as esferas inferiores cedem à cúpula a inteligência do geral – e ambos fazem assim mutuamente a troca [...]” (MARX e ENGELS, s/d, p. 08)

Seguindo esse raciocínio, podemos fazer referência tanto às universidades públicas, quanto às particulares como aparelho ideológico (burocrático) de dominação, qual o estado tem posse e que na visão do autor sustenta um ensino pautado na mercantilização do saber (perpetuando até os dias de hoje), destinando-o a formar mão-de-obra, que nem sempre é qualificada, mas que atenderão ao sistema de produção capitalista. De acordo com ele:

[...] O Estado organiza a educação em função do crescimento econômico, abre vagas, porém mantém o elitismo do ensino, a classe operária não tem acesso à universidade. Só chega lá, quem pode pagar. O Estado pós-64

reabsorve as pressões de professores e estudantes para a reestruturação do ensino superior, especialmente das camadas médias urbanas, deflagrando o processo de *expansão pela privatização*” (TRAGTENBERG, 2004, p.115-116 *itálico do autor*).

Tragtenberg (2004) acredita que as universidades vistas como prestadoras de serviços ao capital, correm grandes riscos, pois não conseguirão resolver o problema da maioria da população, que por sinal sairão técnicos, concomitantemente, indivíduos despolitizados que ao mesmo tempo que dominam (a classe oprimida) se tornam massa de manobra de um estado autoritário. Ainda em concordância com ele, as universidades públicas mediante uma política educacional repressiva, é vista como lugar de “*excelência*”, onde se produz conhecimento, enquanto as particulares reproduzem esse conhecimento pois é destinada aos “*consumidores de cultura*”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 116)

Para Maurício Tragtenberg as universidades, podem ser caracterizadas como “*delinquência acadêmica*”. Para chegar a tal conclusão, Tragtenberg partiu do conhecimento adquirido em sua própria relação com a universidade. Ministrou aulas na Universidade Pontifícia católica de São Paulo, na Universidade Estadual de Campinas e na Fundação Getúlio Vargas. Sua posição como educador o permitiu realizar abordagem crítica das instituições e organizações burocráticas. Mas como é vista a delinquência que tanto aponta os estudos desse sociólogo? Em sua interpretação é algo amplo e tem “*relação entre a dominação e o saber*”. A relação de produção está ligada à burocracia que é um mecanismo ativo e ao mesmo tempo oculto nessa via de mão dupla, que segundo Tragtenberg:

[...] “organiza” os professores e estudantes por escalões (mestres, doutores, livres-docentes ou alunos de graduação, pós-graduação ou especialização). É uma das muitas manhas burocráticas para dividir o subproletariado intelectual, o qual enfrenta uma burocracia unida por seus interesses e prebendas, que procura preservar e aumentar o seu poder. (TRAGTENBERG, 2004, p. 214-215)

Nesse sentido, a intelectualidade torna-se uma prestadora de serviço à classe burguesa e contribui para o processo de dominação do saber institucionalizado, “*burocratizado*”, vista como única e verdadeira pelo intelectualismo acadêmico.

Maurício Tragtenberg (2004), destaca que o ensino busca uma formação voltada para a política burguesa. Nesse sentido, a própria universidade forma professores e os isolam uns dos outros. Estabelece assim uma hierarquia e valora a questão dos títulos. Em conformidade com essa ideia, Chauí (1980, p. 42) descreve que: “A fragmentação da universidade ocorre em todos os níveis, tanto nos graus do ensino quanto nos da carreira, tanto nos cargos

administrativos e docentes quanto nos de direção”. Ou seja, para ela, essa fragmentação caracteriza-se pelo princípio da empresa capitalista de separar para obter controle. Para Tragtenberg, a educação a nível geral se opera em divisões. Neste caso, as universidades utilizam um ensino autoritário pautado em estratégias burocráticas garantindo a formação de indivíduos acríticos e impregnando nesses, a cultura da mão-de-obra e do poder econômico.

Contudo, esse ensino autoritário é regido sob a tutela estatal que impõe à população envolvida, um ensino excludente. Como aponta Tragtenberg (2004, p. 79) “O sistema educacional nacional, operando por exclusão que atinge grande parte da população, é um dos aparelhos de hegemonia dos setores dominantes operando em relação ao povo não pelo “fazer falar”, mas pelo “fazer calar”. Na percepção do autor, as instituições de ensino superior é o portal de acesso para o mercado de trabalho, para a integração das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo.

Chauí (1980) corrobora com Tragtenberg (2004) ao afirmar que:

Quando se alega que a universidade não treina mão-de-obra, pois quem o faz realmente é a empresa, imagina-se implicitamente que, para possuir verdadeira função econômica, a universidade deveria formar até o fim a força-de-trabalho intelectual, coisa que ela não é capaz de fazer. Com isto, perde-se o nervo da questão, ou seja, o modo peculiar de articulação entre o econômico e o político: *a universidade, exatamente como a empresa, está encarregada de produzir incompetentes sociais, presas fáceis da dominação e da rede de autoridades. A universidade adentra sim, como a empresa também o faz, e o fato de que a empresa possa “qualificar” em algumas horas e em alguns dias prova simplesmente que quanto mais cresce o acervo cultural e tecnológico, assim como o próprio saber, tanto menos se deve ensinar e tanto menos se deve aprender*, pois do contrário, a universidade, em particular, e a educação, em geral, ofereceriam aos sujeitos sociais algumas condições de controle de seu trabalho, algum poder de decisão e de veto, e alguma concreticidade à reivindicação de participação (seja no processo educativo, seja no processo de trabalho). Ignorar que adestramento e treinamento, só porque nem sempre equilibram oferta e procura no mercado de empregos, são procedimentos econômicos e políticos destinados à exploração e à dominação, é ignorar o novo papel que foi destinado ao trabalho universitário. (CHAUÍ, 1980, p. 41-42)

Assim, a universidade desempenha um papel na sociedade que segundo Tragtenberg (2004) contribui para o domínio da ideologia burguesa. Dentre tantas outras questões Tragtenberg (2004), enfatiza que a delinquência acadêmica é a expressão dos problemas sociais e manifesta a atitude de docentes pesquisadores, a não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido, por exemplo. Maurício destaca a mais grave: *A síndrome de conformismo*, que permite a utilização do saber para a decadência intelectual do indivíduo. De acordo com ele, essa manipulação executada pelo saber universitário não é de agora. No entanto, podemos perceber que este “conformismo” permanece até os dias de

hoje e não alcança apenas a classe dirigida, mas, também chega aos dirigentes que reproduzem o poder na medida em que planejam e ensinam de forma alienada. Diante dessa afirmação Tragtenberg relata o papel da classe reprodutora da ideologia do poder:

Os professores servem para reproduzirem o poder na medida em que determinam as questões que devem estudar e essa reprodução não se dá pagamento imediato ao mestre para planejar isso ou aquilo, ministrar esse ou aquele curso, mas ele recebe subsídios porque sua linha de orientação é essa ou aquela. [...] (TRAGTENBERG, 2004, p. 30)

A questão em pauta é que o professor também integra relações no modo de produção capitalista, pois já obteve uma carga de educação burguesa, que o faz ser reprodutor da ordem estabelecida. Por conseguinte, grande parte dos docentes universitários apresentam uma concepção conservadora, acrítica e atuam no sentido de efetivar as relações de poder no interior da universidade reproduzindo nada mais que a burocracia em suas práticas de aulas.

Diante desse complô medido pelo *doutorismo* dentre outros títulos que permitem status, no qual o instrumento ideológico que caracteriza a cultura dominante no capitalismo moderno é o saber, como a classe dirigida poderá refletir e desenvolver um pensamento crítico da realidade que a cerca e burlar a realidade existente no interior da delinquência acadêmica? Tragtenberg apresenta uma proposta: “[...] “Ouse conhecer”. Se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época, é fora da universidade que irão encontrá-los”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 14-15).

Como aponta este educador, a audácia dificilmente fará parte da profissão acadêmica, uma vez que na maioria das vezes é composta por indivíduos alienados pelo sistema que controla tudo e todos. Por isso, apresenta a proposta de que o cidadão busque o conhecimento fundamentado numa pedagogia libertária, que não se restringe aos conhecimentos que o campo universitário produz e reproduz.

A bem da verdade, o que o autor sugere é uma espécie de “democracia” no ensino, na qual segundo ele: “A alternativa é a criação de canais de participação *real* de professores, estudantes e funcionários no meio universitário, que se oponham à esclerose burocrática da instituição” (TRAGTENBERG, 2004, p. 18). Propõe aqui a autogestão de forma que o aprendizado possa se fundamentar numa *motivação*. Para o autor a participação dos alunos não será a cura de todos os males, mas o início de uma luta a favor de uma educação não repressiva e emancipatória.



Lobrot (1980) reforça essa ideia de Tragtenberg, ao relatar que a humanidade tem grande potencial de se conscientizar quanto a necessidade de mudar o rumo deste ensino e tomar partido para que essa mudança se efetive. Para tanto confirma:

Para que a humanidade tome enfim consciência das virtualidades prodigiosas que possui, é necessário que reveja o seu sistema de educação e de instrução e que o reconstitua sobre novas bases. É necessário que substitua a desconfiança pela confiança, a coerção pela liberdade, a burocracia por um autêntico espírito democrático, a separação do indivíduo pelas relações humanas [...] (LOBROT, 1980, p. 60).

A questão do pensamento crítico na universidade, como pontua Tragtenberg, não se constrói rapidamente e somente num plano interno, mas depende de como se organiza a dinâmica social dos envolvidos no processo educacional:

[...] A questão da universidade em si, a questão do pensamento crítico na universidade, não se resolve internamente e sim no plano político maior, no plano das relações de poder. Se no todo social há espaço para as contradições aparecerem, se o operário tem direito de fazer greve, se ele tem o direito de organizar o seu sindicato independentemente da democracia do Estado e da polícia, então na universidade há espaço para a luta. Embora a opção seja pessoal, ela não se resolve no nível pessoal. Se não se juntar a grupos, a associações, a partidos a ação será ineficiente [...] (TRAGTENBERG, 2012, p. 206).

Assim como sugeriu que a classe trabalhadora se emancipasse na indústria de maneira que se organizasse em prol de sua participação política, Tragtenberg faz este mesmo apelo à comunidade acadêmica. Para ele é necessário buscar sua autonomia cultural, política e intelectual, negando todo e qualquer ensino burocrático e autoritário pautado em prêmios ou punições, de modo que não reproduzam um saber que sirva a repressão das classes subalternas ou à reprodução da dominação. É necessário um ensino que consiste em desenvolver maturidade e potencialidade intelectual em cada indivíduo. Nessa perspectiva Maurício Tragtenberg (2012) propõe que a autogestão do ensino envolva alunos, professores, pais, por fim, toda a comunidade envolvida no processo de ensino-aprendizagem.

Em linhas gerais, o termo autogestão utilizado por muitos autores em especial por Maurício Tragtenberg, baseia-se numa auto-organização daqueles que se interessam em todas as problemáticas relacionadas à mudança social, bem como em sua participação livre.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa constatou como é concebido o ensino superior por Maurício Tragtenberg. O ponto de partida para essa análise, foi perceber as críticas atribuídas por ele,

quanto à forma de organização das universidades e das relações de poder estabelecidas nesse espaço, que segundo o próprio Tragtenberg está em crise.

Outro elemento relevante destacado nessa pesquisa que nos auxiliou a revelar sua concepção sobre o ensino superior é que segundo Tragtenberg o problema desse ensino é conferido a alguém. Vejamos em suas palavras:

O problema do ensino é um problema dos adultos, é por meio dele que procuram perpetuar determinada ordem social; é um sistema fechado, produtivista, que só procura sua reprodução. Também se situa nesse contexto o problema dos “professores”, que durante anos aprenderam a ensinar e entendem por ensino aquilo que necessitam ensinar, isto é, ensinam a si próprios para assegurar pessoalmente suas posições e perpetuar-se como grupo. (TRAGTENBERG, 2012, p. 177)

Vimos que Tragtenberg pontua a existência de um ensino autoritário, imerso na virulência burocrática, na qual os meios de controles se tornam fins, e os fins são esquecidos. constitui-se numa indústria cultural e a mercadoria principal é o saber que uma vez inculcado, torna-se matéria de consumo destinado a mão-de-obra e submete o aluno (trabalhador intelectual) à reprodução do capital, ao consumo compulsivo, nesse caso, as titulações, reforçando a burocracia do sistema.

Por fim, Tragtenberg nos ensina três aspectos importantes em sua concepção sobre o ensino superior: o primeiro aspecto se refere à crítica da burocracia como fenômenos de dominação; o segundo aspecto refere-se ao estudo das relações de poder e dominação, que dentro de um determinado contexto histórico, mantém a divisão entre dominados e dominadores, perpetuando o pensamento acrítico e controlado dentro da universidade; e por último, a defesa da autogestão como saída tanto para a emancipação dos indivíduos quanto da sociedade como um todo.

### Referências Bibliográficas

BORDIEU, Pierre. *O campo científico-sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ventos do progresso: A universidade administrada. In: *Descaminhos da educação pós-68*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980, p. 31-56

LOBROT, Michel. *Os efeitos da educação*. Lisboa: Edições 70, 1980.

MARQUES, Edmilson. *A questão da educação em Maurício Tragtenberg*. **Revista Despierta**, v.3, nº 3, 2016. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/496/457>>. Acesso em 19 out. 2017, às 18h13min.

TRAGTENBERG, Maurício. *A falência da política*. São Paulo: Unesp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Educação e Burocracia*. São Paulo: Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um autodidata no Brasil*. Organizado por Sonia Alem Marrach. São Paulo: Escuta, 1999.

## **A Universidade no Capitalismo Tardio: notas sobre o novo regime de acumulação, a burocracia e o pós-modernismo**

Amom Rodrigues Morais\*

Este trabalho visa abordar uma contradição no interior da universidade, em particular na esfera das ciências humanas. Contradição que a universidade, enquanto instituição, reproduz na relação da sua forma com seu conteúdo. Na sua forma, ela combina estrutura e funcionamento baseados em tipos de burocracia tanto tradicional quanto moderna. Ao passo que no seu conteúdo de reprodução do saber filosófico e científico, a universidade tem produzido teorias e perspectivas pretensamente libertárias opostas à sua própria forma de manutenção. Essa conjugação pode ser caracterizada como uma espécie de impasse ou crise nas ciências humanas, reflexo, talvez, do abalo que vem sofrendo no contexto das mudanças na sociabilidade do capitalismo tardio<sup>1</sup>. Mudanças nas formas sociais que acabam por determinar a substância própria do ambiente acadêmico, estruturalmente reacionário na forma e presumivelmente progressista nos conteúdos ideopolíticos que propaga.

Nesse sentido, dizer de uma crise na universidade, em particular, nas humanidades, é apontar seus limites e insuficiências no que diz respeito à sua relevância social, inclusive diante de demandas populares e anseios comunitários reais. Tais limites revelam a incapacidade crescente da universidade enfrentar o desafio das questões sociais mais prementes e decisivas de seu contexto. Esta crescente limitação, além de já estar ligada à sua própria natureza de classe, parece estar, ademais, relacionada com suas reconfigurações institucionais, administrativas, científicas e culturais inseridas e determinadas no quadro geral das transformações na economia política contemporânea.

Para demonstrar essa relação, que para alguns parece absurda, entre a natureza da universidade e mudanças no capitalismo, é necessário apresentar os nexos causais entre estrutura econômica e suas mediações ideais e culturais pelas quais a reprodução social se

---

\* Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa: Bases Históricas e Epistemológicas da Psicologia. Teve como tema de pesquisa: A Subjetividade na Ontologia do ser social de György Lukács.

<sup>1</sup> O capitalismo tardio é o período em que a industrialização se generalizou para todos os aspectos da vida social (pós 1945). Nesse momento histórico, a produção de bens e serviços se amplia, se diversifica e se expande substancialmente, de tal maneira a abarcar toda a reprodução social, indo da agricultura até a esfera da circulação do consumo, do lazer e, sobretudo, da cultura. Com essa enorme diferenciação da produção e consumo de bens e serviços de toda natureza, obteve-se uma aceleração das trocas sociais, e conseqüentemente a descartabilidade e a obsolescência planejada, num contexto de fragmentação e dispersão do trabalho e de outros complexos da vida cotidiana (MANDEL, 1982).

dá. Daí que o texto inicialmente traz uma descrição sumária da reorganização do capitalismo na última metade do século XX, de tal modo a indicar os aspectos do impacto que essas transformações trouxeram para o aparato burocrático de instituições estatais e públicas. Em seguida, aborda-se a dimensão ideal e cultural dessas mudanças socioeconômicas, associadas às novas teorias e práticas reproduzidas no ambiente universitário, problematizando o quão elas podem representar um engodo e um retrocesso para a própria instituição, assim como para o plano político e social como um todo.

Certamente, a universidade não mantém a mesma função social da época de seu surgimento no século XIII<sup>2</sup>. Com o advento do modo de produção capitalista, a estrutura e função da universidade, assim como de outras instituições sociais, são profundamente modificadas, tendo seu papel ressignificado a partir das exigências e demandas da nova sociedade que surge. Porém, se a universidade se redefine com o capitalismo enquanto instituição decisiva na e para a reprodução social, não significa dizer que ela é monolítica e estática. Assim como o modo de produção do capital do século XVII não é o mesmo que aparece hoje. Obviamente, tanto o capitalismo quanto a universidade sofreram mutações na história, de modo mais importante, para nós, as que sucederam no último século são as mais determinantes delas. De maneira mais específica, as transformações na economia política e na universidade no final do século XX são as que aqui nos interessam.

A partir de 1914 foram introduzidas algumas inovações nos processos de organização do trabalho nos países de capitalismo central. Nos Estados Unidos, por exemplo, Henry Ford implementou um conjunto de racionalizações de velhas tecnologias seguida de uma detalhada divisão do trabalho. A grande novidade de Ford, o fordismo, foi em reconhecer, de maneira clara e sistemática, a tendência de que a produção em massa correspondia ao consumo de massa. Isto também significou a emergência de um renovado sistema de reprodução da força de trabalho, além de outra política de controle da gerência de trabalho, acompanhada de uma nova estética e também de uma nova psicologia. Com tudo isso,

---

<sup>2</sup> De acordo com Janotti (1992), “no fim do século XII e começo do XIII *universitas* é aplicada para designar as corporações tanto de professores quanto de estudantes (mas continua, e por muito tempo, a ser aplicada a outras corporações, como, por exemplo, de comerciantes, de artífices etc.), e nesse sentido escolástico era simplesmente uma espécie particular de corporação – uma associação de pessoas exercendo uma ocupação comum para a regulamentação do seu ofício e proteção de seus direitos contra o mundo exterior” (p. 23-24). Assim, de acordo com esse autor, o termo, a princípio, não era usado absolutamente: a expressão era sempre ‘universidade de estudantes’, ‘universidade de mestres e estudantes’, ‘universidade de estudo’.

forjava-se outra sociedade, democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992).

A sociedade que se constituía na produção e consumo em massa, se deu num esforço de racionalização da sociabilidade que visava, com seus novos métodos, a criação de um novo tipo de trabalhador e, em última análise, um novo homem. A reorganização do trabalho, seu ritmo, tempo, dinâmica etc., também refletia em outros aspectos da vida cotidiana o que implicava outra maneira de viver, pensar e sentir as novas experiências no interior de novas relações sociais. Essas transformações na sociabilidade reverberaram nos hábitos, costumes das pessoas de maneira significativa e, sobretudo, nas várias outras instituições sociais vigentes, como o Estado, de forma geral, em suas repartições diretas e indiretas.

O papel do Estado não foi de modo algum passivo, ao contrário, teve uma função altamente ativa no processo de racionalização do fordismo e na nova fase da economia política. Com a crise de 1929, por exemplo, o *New Deal* de Roosevelt teve como objetivo intervir, com a mão do Estado, na economia de mercado para salvar os bancos e o capitalismo. Com isso, a partir dos anos 1930, o fordismo obteve o apoio decisivo das políticas keynesianas e depois de 1945 esse modelo de capitalismo se expandiu internacionalmente. Na Europa do pós-guerra, a intervenção do Estado no planejamento estratégico de desenvolvimento foi o modelo adotado de reconstrução em alguns países.

Dessa forma, houve um reequilíbrio combinado entre trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado-nação. É importante destacar, nesse sentido, a centralização do capital na coordenação dos rumos da sociedade nesse período com o paradigma da racionalidade da organização corporativa que se estende para outros complexos sociais (HARVEY, 1992).

A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos de produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática. As decisões das corporações se tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento do consumo de massa (HARVEY, 1992, p. 129).

A produção e consumo de massa, oriundas do fordismo, também representaram amplamente um modo e estilo de vida, engendrando uma nova estética do modernismo. A funcionalidade e a eficiência se tornaram signos da nova racionalidade burocrático-técnica. Para que todo esse conjunto de dispositivos organizacionais funcionasse era necessário uma administração burocrática centralizada, em que a dominação do poder se exercia diretamente



enquanto controle e regulação, pelas normas, das atividades produtivas materiais e reprodutivas das relações sociais. Ou seja, da família à empresa e sindicato, da escola à universidade, a reprodução social era perpassada por um gerencialismo estatal, fundido com as velhas tradições de cultura hierárquica que perfaziam uma imagem austera da rigidez.

Inserida nesse quadro estrutural genérico, a universidade acaba por reproduzir no seu interior uma racionalidade técnica que afeta não só a esfera administrativa, mas também, sua função social, seu papel e sentido. Inclusive, no que se refere à docência e pesquisa, o peso da estrutura administrativa e burocrática interfere na sua efetivação plena e autêntica da formação que está para além da quantificação e seus formalismos (CHAUÍ, 2001).

Antes do período denominado de *Welfare State*<sup>3</sup>, predominou a hegemonia do liberalismo clássico<sup>4</sup>, e a universidade respondendo a este contexto procurava formar um tipo de homem pelo ideal de autonomia de acordo com a sua prática social. Esta universidade era caracterizada como liberal humanista e mandarinesca<sup>5</sup>. Com o advento da racionalidade técnica a universidade se redefine enquanto instituição, adquirindo uma nova função ligada à tecnocracia, e à capacitação profissional para os postos da grande corporação, escritórios, dependências ministeriais e dos altos cargos no interior da burocracia estatal (TRAGTENBERG, 1992).

A partir disso, destaca-se o problema geral entre dominação e saber dentro da universidade, uma vez que a mesma é uma instituição dominante que está ligada ao Estado e à dominação de classe, sendo assim, agente na produção e reprodução da ideologia<sup>6</sup>. Essa

---

<sup>3</sup> Welfare State, Estado de Bem-Estar Social, Estado Providência ou simplesmente Estado Social é uma forma de organização política e econômica capitalista, que concebe ideologicamente o Estado como agente de promoção da saúde, cujo papel é organizar a sociedade. Souza (1999), define, genericamente, o Welfare State como a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista com a finalidade de executar medidas orientadas diretamente para o “bem-estar” de sua população.

<sup>4</sup> Liberalismo clássico refere-se às primeiras formulações filosóficas, políticas e econômicas de ideólogos liberais como John Locke, Adam Smith, Jean-Baptiste Say, dentre outros. Seus princípios mais destacados e apregoados, de modo abstrato e puramente formal, eram: liberdade do indivíduo, individualismo, direito de propriedade, autonomia da pessoa, tolerância. Liberalismo clássico, nesse sentido, está ligado ao ideal da formação humanista em detrimento da vulgarização do homem diante da racionalidade técnica que depois se instaura na universidade.

<sup>5</sup> Mandarinesca remonta ao mandarinato chinês que era a burocracia letrada, sobre a qual Weber (1978) fez importantes estudos no intuito de compreender a burocracia moderna. O mandarinato era a classe de burocratas que manteve durante vários séculos prestígio social por suas qualificações educacionais e culturais, e não meramente por seus poderes aquisitivos.

<sup>6</sup> Ideologia, nesse texto, pode ser compreendida em dois sentidos complementares. O primeiro é o sentido mais usual proposto por Marx e Engels (1998): trata-se de um conjunto de ideias que funcionam como uma falsa consciência sistematizada para legitimar práticas de exploração e dominação. O segundo é o sentido reelaborado por Lukács (2013): a ideologia como uma imagem e/ou concepção de mundo que proporciona uma tomada de consciência dos conflitos e impasses sociais e, ao mesmo tempo, orienta o sujeito na sua práxis

ideologia que se objetiva na burocracia universitária, composta, também, por tecnocratas orientados, em muitos casos, por critérios lucrativos da empresa privada. Para além das relações visíveis, públicas e transparentes que se estabelecem na universidade, há aquelas invisíveis de posse da chamada “informação” nas soluções de gabinete, nas relações “amistosas” que tem espaço na universidade. Soma-se a isso a existência de estruturas de ensino e administrativas onde os meios (técnicas) se tornam fins, onde a criação do conhecimento e a prioridade da função social cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude (TRAGTENBERG, 1992).

A importância do controle burocrático e de todo o aparato regulatório das atividades produtivas e reprodutivas sofre um forte impacto com o enfraquecimento do modelo fordista-keynesiano e da crise fiscal do *Welfare State*. As contradições desse período, inerentes ao capitalismo foram expressão, em grande parte, da rigidez dos processos de investimento em capital fixo de larga escala e de longo prazo. Também havia a alegada rigidez nas relações trabalhistas e nos mercados, de forma geral, que deram os contornos da recessão, aprofundada pelo choque do petróleo, inflação de preços, etc (HARVEY, 1992).

Diante desse quadro geral de crise do capital, as décadas de 1970 e 1980 foram o período necessário para a fermentação de uma profunda reestruturação produtiva, social e política levada a cabo principalmente por um conjunto de novas experiências organizacionais. Exigia-se, assim, um novo processo de acumulação de modo a quebrar a rigidez dos processos e mercados de trabalho, da produção e dos padrões de consumo. Ao contrastar com os obstáculos da funcionalidade burocrática na economia e na sociedade, aparece com bastante força o imperativo da “desregulamentação”, palavra que condensaria os anseios para destravar os impasses do capital rumo ao seu livre fluxo por meio da financeirização total da economia (HARVEY, 1992).

Esse processo de desregulação de mercado, reestruturação produtiva, ampliação do capital oligopolista, instauração de novas relações internacionais, está relacionado com a ascensão do neoliberalismo. Viana (2009) destaca que o neoliberalismo é uma apropriação do liberalismo clássico, representando uma nova forma estatal que surge nos anos de 1980, enquanto produto do regime de acumulação integral do capital<sup>7</sup>. Esse autor ainda aponta que

---

resolutiva diante dos antagonismos reais. Com isso, a essência da ideologia está na função social, efetiva e prática, que uma concepção ideativa exerce no interior da luta de classes.

<sup>7</sup> Para compreender o conceito de regime de acumulação integral do capital é importante explicitar a teoria do desenvolvimento capitalista dos regimes de acumulação, apresentada por Viana (2009). Diferente das mudanças no modo de produção (escravismo; feudalismo; capitalismo), os regimes de acumulação não

as consequências do neoliberalismo são: o aumento da pobreza e da miséria, da desigualdade, da criminalidade e dos conflitos sociais. É importante pontuar que essa forma estatal exerce influência em todas as áreas da sociedade humana, inclusive na própria universidade, que como instituição de saber e/ou braço do Estado, contribui com sua lógica na produção e reprodução da ideologia.

No caso do Estado brasileiro, as transformações oriundas da acumulação integral e da recepção das políticas de ajustes estruturais — de cunho neoliberal — implicaram no aprofundamento da crise econômica e social. Na década de 1980, o modelo de nossa burocracia sofre várias críticas no sentido de sua desqualificação e depreciação. É um período de recessão na economia mundial, de uma emergente reformulação dos Estados-nação e, sobretudo, no Brasil, essa reforma se dá pelo fracasso das políticas públicas com um marcante déficit social que contribui para debilitar a imagem da administração estatal e de quem trabalhava no setor público (OLIVEIRA, 2007).

A reforma administrativa pública do Governo Federal de 1995 — governo notadamente neoliberal — coordenada por Bresser Pereira (1996), estava apoiada na proposta de um modelo gerencial como uma resposta à grande crise do Estado nos anos de 1980 e que por sua vez se subordinava aos imperativos do regime de acumulação integral. Esses fenômenos forçaram em todo o mundo a redefinição das formas do Estado e da sua burocracia. Esse novo Estado, predominantemente neoliberal, é concebido pelos seus ideólogos como aquele que deve ser o facilitador da economia, tornando-a competitiva no mercado internacional.

Essas propostas e reformas foram amplamente aderidas e aceitas em virtude das falsas e impostas necessidades de uma reconfiguração da forma do Estado, realizando-se efetivamente agora apenas como um gestor das precárias políticas públicas e os sucateados

---

apresentam rupturas e radicalidades no processo histórico, ou seja, são transformações adaptativas no interior do capitalismo, o que não altera a sua essência (VIANA, 2009). Nesse sentido, “a sucessão de regimes de acumulação explicita a manutenção do modo de produção capitalista e de seus elementos característicos fundamentais, e a substituição de um regime por outro é marcada, no fundo, pela realização do objetivo de manter as relações de produção capitalistas e pelo aprofundamento de tendências já existentes no regime anterior, seguindo a dinâmica da acumulação do capital” (p. 15). Viana (2009) expõe a seguinte periodização para a sucessão dos regimes de acumulação: Extensivo (Da revolução industrial até o final do século XIX); Intensivo (Do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial); Intensivo-Extensivo (Do pós-guerra até 1980); Integral (De 1980 até os dias atuais). O regime de acumulação integral do capital se caracteriza pela mudança no processo de valorização, no qual a chamada reestruturação produtiva e o neoliberalismo assumem a vanguarda deste. Tal regime também altera as relações internacionais e a forma de Estado, representando a nova dinâmica do capitalismo que tem seu fundamento na busca de aumento da taxa de exploração (VIANA, 2009).

serviços prestados à sociedade mais empobrecida e vulnerável. Os meios administrativos junto com o servidor público deveriam, na visão dos ideólogos, políticos e gestores, adaptar-se à lógica de uma racionalização eficiente, descentralizadora, pragmática, voltada para os resultados e para o cidadão-cliente, que garantissem rapidez, boa qualidade e custos baixos. No que tange ao âmbito das repartições públicas ou departamentos, houve uma aproximação das funções administrativas com a cultura e lógica de resultados das organizações privadas. Nesse sentido, o Estado foi cada vez mais sendo capitulado pela lógica privatista, se desobrigando das responsabilidades quanto à vida pública e ao bem comum.

Nesta reorganização “adaptativa” do Estado brasileiro, direitos ligados à cidadania como educação e saúde passaram ao campo dos serviços, cuja oferta poderá ser transferida a “organizações sociais” de caráter privado. O que está em jogo, em particular, na educação de nível superior, é o fato decisivo do desmonte da universidade pública com um progressivo conjunto de medidas privatizantes, por meio de reformas administrativas, terceirizações, formas de financiamentos e outras práticas. As ciências humanas e sociais, nesse sentido, se afundam no processo de sua desqualificação via modernização capitalista de tipo manipulatório — o que Chauí (2001) aborda como característica inessencial das humanidades diante desse quadro estrutural — somada às condições materiais da sociedade brasileira com sua entrada no regime de acumulação integral do capital.

Desse modo, todas essas transformações no metabolismo da economia mundial ressoam não apenas nas formas de reprodução da universidade, mas também no seu conteúdo substancial:

Esse fenômeno foi abordado sob a designação de globalização, mundialização, fragmentação e dispersão dos conhecimentos. Mas, sobretudo, foi designado por meio da menção à perda de objetos de investigação, à “crise dos paradigmas” e a tentativa desesperada de substituir de uns e outros por novos, sem que isso seja possível porque o que está minado é o próprio projeto moderno que deu origem às humanidades, às ciências sociais, à história, à literatura e à filosofia e que fez nascer a universidade, tal como a conhecemos (CHAUÍ, 2001, p.165).

Um ataque direto às grandes e caras categorias da modernidade (razão, verdade, progresso etc.) tem sido realizado pela ofensiva pós-moderna<sup>8</sup>. A razão passa a ser posta em dúvida com a recusa dos ideais iluministas enquanto progresso racional, tomada como um

---

<sup>8</sup> Os termos pós-moderno ou mesmo pós-modernidade e pós-modernismo são polissêmicos e envolvem muitas controvérsias, não existindo uma conceituação consensual. Partimos da importante tematização inicial de Jameson (1997), quem define o pós-modernismo como a lógica cultural do capitalismo tardio. No entanto, para além de uma visão culturalista, concebemos a cultura pós-moderna como várias formas de manifestação, expressando-se tanto nas artes quanto na academia, das alterações da economia política contemporânea.

mito etnocêntrico, sinônimo de totalitarismo e opressão. Com efeito, teóricos do pós-modernismo recusam-se a reconhecer a existência efetiva do complexo real da objetividade em detrimento da valoração da esfera da subjetividade narcísica em relação à experiência sensível cotidiana<sup>9</sup>. A razão, diante desta postura, não poderia apreender o sentido do tempo histórico em sua continuidade, de modo que a grande história e as ditas “grandes narrativas” perdem seu valor, desaparecendo do horizonte do saber. No lugar desse vazio de referenciais consistentes surgem, na mentalidade pós-moderna, as temporalidades presentistas, dispersas, locais, fragmentadas e imersas na celebração do particular. Ou seja, vivem num presente perene e imediato. A mesma dimensão particular que perde sua determinação reflexiva com o universal, sucumbe diante de uma concepção de realidade reduzida às representações no âmbito das diferenças e alteridades: o real imaginado como um mosaico de singularidades sem conexão (CHAUÍ, 2001).

O mencionado processo de desqualificação das humanidades e das ciências sociais, portanto, passa por esse emaranhado de problemas e novos fenômenos engendrados pelo novo regime de acumulação integral do capital, levando em conta a reprodução da sociabilidade com suas devidas mediações. Por meio do ensino e da pesquisa acadêmica, a formação do saber, direta ou indiretamente e na maioria das vezes de modo acrítico, tem abordado os novos dilemas contemporâneos sob influência dos modismos teóricos importados do momento<sup>10</sup>, das transformações culturais subordinadas à lógica mercantil. Além disso, observa-se um ambiente universitário imerso numa estetização do seu espaço, incorporando uma atmosfera de indeterminação dispersa de estilos, encenação performativa dos corpos e dos gêneros, permeado pelo discurso das identidades transitórias, jogos de linguagem e, sobretudo, um exacerbado culto à lógica da diferença e das “singularidades irreduzíveis”.

Desse conjunto de traços descritos acima emerge as tendências teóricas contemporâneas em moda nas ciências humanas (desconstrutivismo linguístico, construcionismo social, pós-colonialismo, teoria *queer* etc.) cuja expressão ideológica se correlaciona com as práticas e políticas pautadas na cultura (raça, etnia, gênero, identidade

---

<sup>9</sup> Dentre os principais expoentes do pós-modernismo, identificados também como pós-estruturalistas (VIANA, 2009b), pode-se citar os de verve crítica (Foucault, Deleuze, Guatari, Boaventura de Sousa Santos), os de posição ambígua (Lyotard, Lypovetsky), os ecléticos (Antônio Negri, Lazzaratto), e os conservadores (Rorty, Baudrillard, Maffesoli).

<sup>10</sup> Ver a crítica de Ouriques (2015) ao caráter dependente e colonial da academia e da das ciências sociais no Brasil.

etc.). Ilustrativas, nesse sentido, são as causas ligadas ao multiculturalismo e/ou à diversidade cultural. Discurso pelo qual todas as manifestações subjetivas e singulares são tomadas como culturais e que passam a justificar todas as razões da diferença. Cultura, nesse sentido ideológico, é usada como uma categoria imprecisa, relativista que não se subordina à verdade, pois o jargão da diversidade cultural obscurece as realidades sociais e econômicas. Toda a proclamação da diversidade cultural não reconhece que subjaz uma base econômica sob as celebradas diferenças culturais, que todo seu discurso repousa sobre a mesma infraestrutura. Emergidos nesta perspectiva, os militantes sob roupagem progressista, carentes de sólidas ideias, recuam em nome da transformação da sociedade em suas bases para abraçar as teses falsamente críticas da diversidade pós-moderna, apoiada, em grande medida, por um moralismo (neo) liberal do politicamente correto. Em última instância, o multiculturalismo emerge para preencher um vazio intelectual e político, transformando-se em ideologia de uma era sem ideias utópicas (JACOBY, 2001).

Muitas das teorias e causas que animam a paisagem pós-moderna refletem, por assim dizer, um novo irracionalismo. Uma espécie de “decadência ideológica” atualizada, fazendo analogia aqui com o conceito tematizado por Lukács (2010), que designa o momento em que a razão e a produção do conhecimento perdem seu compromisso com a busca de compreensão do real em sua totalidade para transformá-lo, despreendendo-se, assim, dos processos revolucionários. Ao perder seu papel transformador, o conhecimento se rende à apologia do presente e/ou ao fatalismo niilista. O multiculturalismo, como uma das expressões pós-modernistas, portanto, pretensamente crítico e libertário não passaria do velho e abstrato humanismo liberal clássico reutilizado para o discurso universitário, o qual acaba, em última análise, por recapitular a dominação por meio da apologética indireta do capital.

Desse modo, a universidade contemporânea encontra-se num impasse contraditório, inserida na reprodução social cuja função é cada vez mais a do pragmatismo técnico e gerencial, combinado com uma estrutura burocrática tradicional e em processo de “modernização”. Assim, ela segue na direção de seu desmonte ao responder, ainda que com alguns focos de resistência, o imperativo da privatização e da fluidez para se tornar mais leve (barata, enxuta) numa sociedade econômica e politicamente instável. Visando a pluralidade, além do mais, a universidade converte-se ao signo da “multiversidade”, pois no plano dos saberes e práticas tem institucionalizado a posição do relativismo. Isto, por fim, acaba por



negar a sua própria aspiração originária, que era o horizonte da universalidade, distanciando-se, assim, da efetiva realidade social e de qualquer possibilidade de contribuir na melhora da sociedade, muito menos na plena realização do gênero humano.

### Referências Bibliográficas

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

JACOBY, R. *O fim da utopia. Política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

JANOTTI, A. *Origens da universidade: a singularidade do caso português*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril, 1982

MARX K.; ENGELS F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, C. G. *O servidor público brasileiro: uma tipologia da burocracia*. Revista do Serviço Público. Vol. 58 N.3., 2007.

OURIQUES, N. *O colapso do figurino francês. Crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015.

PEREIRA, L. B. Da administração pública à gerencial. *Revista do serviço público*. Vol. 47(1), 1996.

SOUZA, M. M. C. *A Transposição de Teorias sobre a Institucionalização do Welfare State para o Caso dos Países Subdesenvolvidos*. Brasília: IPEA, 1999.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

TRAGTENBERG, M. *A Delinquência Acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo: Rumo, 1979.

VIANA, N. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Editora Santuário, 2009.

VIANA, N. “Modernidade e Pós-Modernidade” *Revista Enfrentamento*. Ano 4, num. 6, Jan/Jun, de 2009b.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. *in: Campos Edmundo (org.) Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

## Vantagens Competitivas, Microrreformismo e Imaginário Conveniente: a integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo

Nildo Viana\*

O presente artigo visa discutir a questão da integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo<sup>1</sup>. Sem dúvida, os movimentos sociais sempre estiveram integrados no capitalismo e isso não é novidade e nem um fenômeno contemporâneo. No entanto, em certas épocas, a integração pode ser maior ou menor, mais intensa ou menos intensa, bem como podem existir dissidências mais fortes ou mais fracas. Além disso, existem formas distintas de integração. Uma das formas de integração foi a que existiu durante o capitalismo oligopolista transnacional, no qual o estado integracionista gerou uma modalidade de política estatal correspondente ao regime de acumulação vigente. A modalidade de política estatal integracionista é substituída pela modalidade neoliberal. Essa nova modalidade de política estatal vai gerar uma nova forma de integração dos movimentos sociais na sociedade capitalista e os conceitos de vantagens competitivas, microrreformismo e imaginário conveniente assumem grande importância para explicar tal dinâmica integrativa.

Os movimentos sociais se destacaram no final dos anos 1960 pelo seu fortalecimento, pela radicalização de alguns dos seus setores e por isso se tornaram alvos da nova política integradora do Estado capitalista. Mas esse processo só se torna compreensível analisando as mutações do capitalismo a partir desse momento. O capitalismo possui mutações que denominamos regimes de acumulação. Não vamos discutir aqui a sucessão de regimes de acumulação e sim explicar que a cada regime de acumulação ocorre um conjunto de mudanças sociais derivadas<sup>2</sup>. O nosso foco aqui é o regime de acumulação integral e a nova

---

\* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela UnB e Pós-Doutor pela USP.

<sup>1</sup> É preciso alertar que nunca o movimento social como um todo é integrado ou cooptado. São setores dos movimentos sociais que são integrados e cooptados, embora sejam geralmente hegemônicos e majoritários quantitativamente. Assim, quando colocarmos “integração” dos movimentos sociais no capitalismo, entenda-se que tratamos de setores hegemônicos no interior dos mesmos, embora em algumas passagens, para manter maior exatidão, deixaremos claro que são setores e não a totalidade do movimento.

<sup>2</sup> Sobre regimes de acumulação em geral existe uma produção bibliográfica específica (VIANA, 2015a; VIANA, 2009; ÓRIO, 2014) e sobre regime de acumulação integral também (VIANA, 2015a; VIANA, 2009; BRAGA, 2013). Existem outras concepções de regimes de acumulação e do atual regime de acumulação (HARVEY, 1992; LIPIETZ, 1991; CHESNAIS, 2002), mas consideramos que a concepção aqui apresentada é mais adequada e explicar melhor a realidade contemporânea.

forma de integração dos movimentos sociais e por isso nos limitaremos a tratar desse momento histórico e de forma sintética para não desviar do objetivo central.

O regime de acumulação integral promoveu uma mutação no processo de valorização, que se manifesta concreta na organização do trabalho, substituindo o fordismo pelo toyotismo, uma mutação na política institucional, provocando uma mutação no aparato estatal, que passa de integracionista para neoliberal, e uma mutação na exploração internacional, passando do imperialismo oligopolista transnacional para um hiperimperialismo (VIANA, 2009; VIANA, 2015a; BRAGA, 2013).

Essas mutações vão atingir os movimentos sociais sobre várias formas. Vamos destacar aqui, no entanto, apenas as mutações que atingiram mais diretamente os movimentos sociais. Vamos destacar, portanto, a intensificação da sociabilidade capitalista (especialmente a competição), a nova forma estatal (neoliberalismo) e o novo paradigma hegemônico (subjativismo). A intensificação da sociabilidade capitalista é algo cumulativo no capitalismo. A cada época do capitalismo, ou seja, a cada regime de acumulação, há uma nova onda de mercantilização, burocratização e competição social. As ondas sociais são processos cumulativos que intensificam e ampliam determinadas relações sociais. Como a mercantilização, a burocratização e a competição são elementos essenciais da sociabilidade capitalista, então, a cada regime de acumulação, se tornam mais extensas e intensas. A intensificação e ampliação da mercantilização gera uma intensificação e ampliação da burocratização e competição.

Nesse contexto, a hipermercantilização das relações sociais no regime de acumulação integral vai gerar uma intensificação e ampliação da burocratização e da competição social. O processo de intensificação da mercantilização é perceptível na transformação de tudo em mercadoria e mercancia (VIANA, 2016a), incluindo, com mais força, nesse momento histórico, a cultura, a tecnologia, a educação, etc. Junto com esse processo, há um reforço da burocratização e competição.

Um caso concreto pode ilustrar isso. A educação é cada vez mais mercantilizada em todos os níveis. As políticas estatais cada vez mais quantificam os processos educacionais e os subordina ao processo de mercantilização, priorizando os resultados que beneficiam os interesses do capital (diminuição de gastos estatais, índices de aproveitamento, formação da força de trabalho, parcerias com empresas privadas, aumento da produtividade intelectual,

poupança de recursos, etc.). Esse processo só pode ocorrer com um maior e mais efetivo controle, o que significa intensificação da burocratização.

O processo de burocratização, por sua vez, visa gerenciar os resultados, quantificação, etc., e para isso se cria um mecanismo de averiguação que são mecanismos de controle e que se manifestam através de elementos reforçadores da competição, mesmo porque os recursos são escassos e há um processo de “seleção dos mais aptos” (de acordo com os interesses do capital e definidos pelo aparato estatal) que intensifica a competição social. Assim, cria-se rankings (palavra de origem inglesa e relativa a classificação, posição mais alta, etc., cujo uso predominante e original ocorre nas competições esportivas) em diversas instâncias educacionais, de estudantes, instituições, profissionais. A criação, no Brasil, do currículo lattes, *Qualis* (de revistas e agora de livros), são elementos desse processo, ao lado de inúmeros outros.

Assim, a intensificação da mercantilização e da burocratização gera uma intensificação da competição social. E a competição social é voltada, fundamentalmente, para a riqueza e o dinheiro (vínculo direto com a mercantilização) e poder e cargos (vínculo direto com a burocratização), bem como como elementos secundários (e relacionados) da competição social: fama, sucesso, etc. Esses elementos são introjetados na mente dos indivíduos, gerando uma mentalidade burguesa, ou seja, mercantil, burocrática e competitiva (VIANA, 2008). Contudo, isso sempre ocorreu no capitalismo. O problema é que a intensificação desses elementos componentes da sociabilidade capitalista gera uma intensificação da valoração e envolvimento intelectual, sentimental e valorativo dos indivíduos e a derrota na competição social se torna cada vez mais insuportável para os derrotados e a posição intermediária cada vez menos satisfatória e aceitável para os de “relativo sucesso”. Esse processo tem efeitos psíquicos, tais como a ambição desmedida de alguns, os desequilíbrios psíquicos de milhares, e os distúrbios como depressão, ansiedade exacerbada, psicose, neurose, se ampliam enormemente na sociedade contemporânea.

Essa intensificação da mercantilização, burocratização e competição é um produto do regime de acumulação integral, pois o processo de valorização e a acumulação de capital exige isso e o Estado Neoliberal é o seu agente fora da instância da produção capitalista propriamente dita. A ampliação da produção capitalista de bens tecnológicos e culturais como mercadorias, tem como reforço a ampliação estatal da consumação de mercancias,

bem como do capital improdutivo<sup>3</sup>. O Estado neoliberal visa reproduzir, regularizar e reforçar esse processo, de acordo com os interesses do capital. É por isso que o caso concreto das políticas educacionais mostra que a modalidade neoliberal de política estatal reforça o processo de mercantilização, burocratização e competição<sup>4</sup>.

O neoliberalismo implementa a modalidade neoliberal de política estatal, que tem um conjunto de características, sendo que colocamos algumas anteriormente e não poderemos desenvolver aqui e já foi abordado em outros lugares (VIANA, 2009; VIANA, 2015a). Vamos destacar aqui apenas o elemento da modalidade neoliberal de política estatal que atinge mais diretamente os movimentos sociais, ou seja, as políticas segmentares. As políticas segmentares substituem as políticas universais do Estado integracionista, voltando para segmentos sociais específicos (juventude, negros, mulheres, homossexuais, etc.). É a modalidade neoliberal de políticas estatais que gera secretarias para grupos específicos (secretarias da juventude, das mulheres, da “igualdade” racial, etc.) e se implanta as chamadas “ações afirmativas”, “política de cotas”, etc. (VIANA, 2017a). Esse processo ocorre aliado aos interesses do capital e constituição de novos nichos de mercado (o que significa expansão do mercado consumidor de determinadas mercadorias), bem como interesses de partidos e a criação de novos nichos eleitorais, embora nesse caso os resultados sejam muito limitados.

Um outro elemento que complementa o quadro e ajuda a explicar a forma de integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo é o paradigma subjetivista. Após a radicalização dos movimentos sociais (especialmente, mas não unicamente, o estudantil) e do movimento operário no final da década de 1960 e que se mantém até os anos 1970, se produz uma contrarrevolução cultural preventiva (VIANA, 2009; VIANA, 2017b) que gera diversas ideologias, doutrinas e concepções que expressam a busca do capital e do aparato estatal em manter a hegemonia burguesa e renová-la para evitar repetição de novas lutas autônomas e autogestionárias. É a partir de 1969 que começa a emergir as novas ideologias e, principalmente, o novo paradigma que se tornará hegemônico: o subjetivismo.

---

<sup>3</sup> O capital improdutivo é o setor do capital que não extrai mais-valor e sim mais-dinheiro, através da transferência de mais-valor ou renda do capital produtivo ou outros setores da sociedade, incluindo o próprio aparato estatal (VIANA, 2016a).

<sup>4</sup> E não deixa de ser cômico observar que os próprios professores universitários, inclusive os críticos do neoliberalismo, são prolixos em propor mais burocracia, mais controle, mais competição, mesmo sem usar tais palavras e perceber sua aplicabilidade nas suas propostas.

O subjetivismo busca superar tanto o paradigma anterior (reprodutivista) quanto o marxismo, mas o seu foco é este último e seu significado revolucionário<sup>5</sup>. O paradigma subjetivista reúne vários aspectos da episteme burguesa enfatizando aquilo que lhe é oposto ao marxismo (e, em menor grau, ao paradigma reprodutivista), cuja ênfase passa a ser no sujeito e na subjetividade, gerando voluntarismo, neoindividualismo, hedonismo, narcisismo, etc. O “sujeito” que cada ideologia específica filiada ao novo paradigma elege pode ser diferente (o indivíduo, os grupos sociais, um grupo social específico, etc.). Assim, as ideologias que emergem desde o início dos anos 1970, como as de Foucault (1989) e Guattari (1981), que apresentam a recusa da teoria e da totalidade, são as primeiras manifestações dessa mutação cultural. Posteriormente, outras ideologias emergem reproduzindo a recusa da totalidade e da teoria, sob diversas formas.

O novo paradigma e as novas ideologias reforçam determinados valores, crenças, etc., e ao mesmo tempo, se enquadram perfeitamente na nova modalidade de políticas estatais e no processo de intensificação da mercantilização, burocratização e competição social. Essas mudanças formam uma unidade coerente produzida pelo regime de acumulação integral. E elas produzem impactos nos movimentos sociais e a partir de agora vamos apresentar os vínculos entre estes elementos e a atual forma predominante de integração destes na sociedade capitalista.

### **Intensificação da Competição e Vantagens Competitivas**

A intensificação da mercantilização e burocratização reforça a intensificação da competição social. Esse processo atinge os movimentos sociais sob várias formas. Uma delas é que os indivíduos são envolvidos, cada vez mais, quer queiram ou não, pela competição e pelos demais processos (mercantilização e burocratização). Trata-se dos indivíduos de todos os grupos sociais. Esse envolvimento ocorre pelas relações sociais concretas, mas também pela força do paradigma hegemônico, ideologias e valores que se generalizam na sociedade. A mercantilização (e o cálculo mercantil que lhe acompanha) vai transformando os indivíduos em seres humanos cada vez mais frios e calculistas e reproduzindo elementos típicos das empresas capitalistas. A renovação linguística que acompanha a emergência da renovação hegemônica reforça esse processo e pode ser visto em termos que são oriundos

---

<sup>5</sup> Isso é perceptível na denominação de algumas ideologias, como o pós-estruturalismo, que, aparentemente, é uma recusa do estruturalismo, sendo que, na verdade, o seu ataque mais frontal e fundamental é ao marxismo (VIANA, 2009; VIANA, 2017b).



de relações empresariais e passam a ser usado nas relações pessoais e setores de movimentos sociais, tais como “capital social”, “empreendedorismo”, “empoderamento”<sup>6</sup>, etc.

A sociabilidade capitalista gera uma mentalidade burguesa que se torna dominante na sociedade capitalista e a partir do novo regime de acumulação e suas características, já apresentadas, isso se torna ainda mais generalizado e intenso. A mentalidade competitiva se exacerba na contemporaneidade. Isso vai ser apresentado sob forma explícita por alguns, que não temem em revelar sua preocupação central com a competitividade, empreendedorismo, ganhar a competição, sucesso, riqueza, fama, poder, etc. Isso se revela em discursos explícitos e até em lugares que antes não se via (vide a “teologia da prosperidade”). A mentalidade competitiva, em grande parte dos casos, pode se camuflar, seja sob forma consciente seja sob a forma da razoabilização. Quando a camuflagem é consciente, trata-se de indivíduos oportunistas que querem esconder suas reais motivações. Quando a camuflagem é através da razoabilização<sup>7</sup>, o indivíduo está convencido de que o que faz é por algo mais “nobre” do que a mera competição social. Voltaremos a isso quando formos tratar do imaginário conveniente.

Assim, os indivíduos da sociedade capitalista são competitivos, com raras exceções, e geralmente variando no grau e na intensidade em que a mentalidade competitiva se manifesta. Ora, os indivíduos que atuam nos movimentos sociais, bem como nos partidos, igrejas, sindicatos, universidades, escolas, etc., são, por conseguinte, competitivos. A mentalidade competitiva tende a ser minimizada em certos casos e contextos, seja por causa de outras crenças ou doutrinas (religiosas, políticas, etc.) ou valores contraditórios, ou, ainda, grau de consciência, sendo que todos estes elementos podem estar presentes em casos

---

<sup>6</sup> O termo “capital social” foi elaborado pioneiramente por Bourdieu, com sua costumeira transposição indevida de termos da ciência econômica para as relações sociais, mas foi desenvolvido e ganhou outros significados com outros autores, como Loury, Coleman, Baker (PORTES, 2000) e aponta para uma percepção utilitarista das redes de amizades e contatos institucionais. A ideia de empreendedorismo emerge na ciência econômica e depois chega à psicologia e sociologia, ganhando espaço a partir do regime de acumulação integral, tal como se pode notar em certos textos sobre o assunto (BAGGIO e BAGGIO, 2014). O termo “empoderamento” emerge em 1950, mas passa a ser empregue mais frequentemente a partir de 1990 (VASCONCELOS, 2003), ligado ao subjetivismo e ao neoliberalismo, inclusive por parte da esquerda. O termo é compreendido sob formas distintas (de forma mais individualista ou mais coletiva, mais relacionado a ideia de autoajuda, mercado ou com suposta “emancipação”, dependendo do caso), mas sua raiz etimológica revela seus limites e vínculos mais profundos, pois se trata de uma questão de “poder”, algo em si problemático. Nancy Fraser (2017) mostra como tal termo está relacionado com o “neoliberalismo progressista” e vinculado com outros construtos correlatos.

<sup>7</sup> A razoabilização é um termo que substitui o termo psicanalítico denominado “racionalização” (RUCK, 2016) e significa tentar tornar “razoável”, ou seja, aceitável, racional, etc., comportamentos condenáveis e vistos negativamente, pelo próprio indivíduo que gera a razoabilização.

individuais concretos. Minimizar não quer dizer abolir, pois ela, mesmo em grau mínimo, atinge todos os indivíduos da sociedade moderna. Nos casos explícitos não há grandes dilemas para os indivíduos competitivos, mas nos casos camuflados pode haver (pois a camuflagem pode ser por contradições valorativas, etc., mas também pode ser para conseguir vencer a competição, tal como um político profissional que não pode revelar que seu objetivo é poder e dinheiro e por isso deve inventar que o que ele quer é o “bem da população”) e nos casos de razoabilização a contradição é mais forte.

Esses indivíduos fazem parte dos grupos sociais de base dos movimentos sociais e são os seus agentes. Muitos minimizam isso, mas muitos são oportunistas e usam o movimento social para benefício próprio, bem como outros são contraditórios, mas sua motivação é muito mais o interesse pessoal do que o coletivo. Além desses, existem aqueles na qual a mentalidade competitiva é reduzida e controlada por outros valores, sentimentos e concepções, sendo os militantes mais honestos e radicais dos movimentos sociais. Os indivíduos que atuam nos movimentos sociais podem buscar vantagens competitivas através de seu ativismo social, o que é o caso da maioria. Muitos tornam o seu ativismo social uma profissão, criam ou aderem a organizações que lhes trarão benefícios e buscam aumentar os cargos (o que significa ampliar a burocratização), dinheiro (um reforço para a mercantilização) e competitividade (o que significa retorno pessoal através de vantagens competitivas individuais). Alguns fazem isso intencionalmente, outros sem maior intencionalidade ou mesmo consciência desse processo.

Assim, as vantagens competitivas individuais são cada vez mais exploradas pelos indivíduos, sob as várias formas já assinaladas. Isso é mais forte e comum nos casos dos indivíduos ligados a organizações burocráticas, especialmente partidos políticos, no qual os interesses e oportunismo possuem terreno fértil para se desenvolver. A busca por vantagens competitivas individuais é gerada pela mentalidade competitiva e interesses pessoais e voltada para vencer a competição social e conquistar poder, dinheiro, etc. No capitalismo contemporâneo, esse processo é intensificado e se torna hegemônico nos movimentos sociais. Esses interesses pessoais e imediatistas promovem não a recusa, crítica ou superação do capitalismo, mas a busca por vantagens competitivas no mercado e na sociedade capitalista.

A mercantilização dos movimentos sociais cria, por sua vez, um conjunto de novos interesses, não apenas daqueles que são autóctones, mas também daqueles que são alóctones.

Os indivíduos autóctones são aqueles que fazem parte do grupo social de base de um movimento social e os indivíduos alóctones não são integrantes deste grupo, sendo seus “simpatizantes”, “apoiadores”, “financiadores”, etc. Os indivíduos do sexo feminino, por exemplo, são autóctones quando participam do movimento das mulheres e os indivíduos do sexo masculino, que são simpatizantes ou apoiam a causa feminina, são alóctones (VIANA, 2016b). A mercantilização dos movimentos sociais ocorre com a formação de organizações mobilizadoras e outros processos que tornam os recursos financeiros e outros elementos comuns nas mobilizações efetivadas por eles. Isso pode atingir e gerar interesses de indivíduos alóctones. Por exemplo, o movimento homossexual pode produzir uma parada em uma grande cidade e para isso mobilizar diversos recursos (estatais, privados, etc.) para tal e isso gera uma oportunidade de comércio durante tal evento e assim acaba tornando seu interesse o financiamento estatal do mesmo, pois assim pode lucrar com ele.

É por isso que há um certo investimento alóctone em certos eventos e setores dos movimentos sociais, pois eles são lucrativos. A criação de “identidades”, “estilos de vida”, institucionalização de relações e eventos, etc. são importantes para certos setores da sociedade por criar novos nichos de mercado consumidor (os exemplos podem se multiplicar: vegetarianos, homossexuais, defensores dos animais, etc.). O dia das mulheres, que nasce ligado às lutas das mulheres trabalhadoras, é cada vez mais descaracterizado e transformado em evento mercantil. As lutas espetaculares (DEBORD, 1997) se tornam também “lutas mercantilizadas”. O aparato estatal e as empresas capitalistas, bem como adjacências, passam a investir cada vez mais nas ações de certos setores dos movimentos sociais em proveito próprio, apesar do discurso, obviamente, ser outro.

Assim, o processo competitivo se torna cada vez mais intenso nos movimentos sociais (o que ocorre na sociedade como um todo, mas nesse caso é emblemático, já que originalmente seriam setores contestadores das relações sociais existentes). Os indivíduos competitivos, as relações competitivas, etc., se expandem e dificultam a unificação do próprio movimento social. Há setores competitivos, compostos por diversas organizações e interesses, gerando distintos discursos e a dicotomia entre objetivo declarado e objetivo real<sup>8</sup>. Essa competição interna entre os movimentos sociais ou dentro de um movimento social

---

<sup>8</sup> A competição ocorre entre setores dos movimentos sociais entre si seja por espaços ou por recursos e quanto maior é a organização mobilizadora, maior é sua competitividade e caráter competitivo. Isso já foi trabalhado por McCarthy e Zald (2017). Isso gera a discrepância entre o objetivo real e o objetivo declarado da organização, o que já foi abordado por vários autores (VIANA, 2016) a partir da análise organizacional de Etzioni (1976).

específico acaba sendo reforçado pela luta política com os setores não-competitivos (as tendências revolucionárias no interior dos movimentos sociais), bem como pela competição “espontânea” de indivíduos, derivada de seus interesses pessoais.

A busca por vantagens competitivas, por sua vez, traz a necessidade de discursos, ideologias, doutrinas, propostas políticas, etc., que possam justificá-la e legitimá-la. Isso acaba gerando tanto o microrreformismo quanto o imaginário conveniente, aspectos que vamos abordar a partir de agora.

### **Políticas Segmentares e Microrreformismo**

O microrreformismo emerge a partir da constituição de determinadas ideologias filiadas ao paradigma subjetivista e ao lado da implantação de políticas segmentares do estado neoliberal. Ele vem para substituir o reformismo socialdemocrata e a modalidade integracionista de políticas estatais. Assim, o microrreformismo tem duas fontes enquanto proposta política: a fonte estatal, com suas políticas segmentares e aparatos culturais, e a fonte civil, composta tanto por setores de movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), intelectuais financiados pelo aparato estatal e fundações privadas, etc. A busca por vantagens competitivas se encaixa como uma luva ao microrreformismo e é um dos seus incentivadores.

A base ideológica do microrreformismo é o paradigma subjetivista e ideologias diversas, como o pós-estruturalismo, a ideologia da identidade, a ideologia do gênero, etc. As reivindicações concentram-se em questões que atendem apenas a determinados grupos, visando uma integração vantajosa na sociedade burguesa. A sua influência nos movimentos sociais e grupos da sociedade civil revela um posicionamento que pode ser qualificado de “neoliberal progressista”, que é a forma contemporânea do liberalismo-democrático, já que é um complemento das políticas neoliberais. As políticas de ação afirmativa, de cotas, de mudanças legislativas, é o escopo de atuação dos adeptos do microrreformismo.

Outro ponto forte de atuação dos adeptos do microrreformismo é a busca por recursos financeiros para a defesa de tais propostas, criando grupos acadêmicos, ONGs e outros que atuam no sentido de atender seus próprios interesses e falando em nome de determinado grupo social. Assim, o microrreformismo se manifesta através de grupos acadêmicos e ONGs, que criam seus próprios interesses e reproduzem a política governamental, inclusive cooptando diversos indivíduos oriundos de grupos oprimidos ou conquistando adesão destes

para sua causa microrreformista e que atende o interesse de uma minoria e não propõe a transformação social ou mesmo uma transformação situacional do grupo como um todo.

Aqui há um complemento das políticas estatais segmentares e interesses de setores vinculados aos movimentos sociais e falam em nome dos grupos sociais de base para manter seus próprios interesses. Isso vale inclusive para intelectuais nas universidades que fazem discurso sobre “negritude”, “identidade”, “gênero”, para satisfazer seus interesses pessoais de financiamento de pesquisas e reconhecimento acadêmico. Aqui, as políticas estatais de cooptação fornecem um complemento. A partir da ideologia neoliberal, as políticas segmentares são paliativos que atendem interesses segmentares e não universais e são menos onerosas. É uma política de cooptação via Estado, empresas, academia. A ideologia do gênero, as ações afirmativas, políticas de cotas, etc. são promovidas pelo próprio aparato estatal, que através do aparato educacional e comunicacional, disseminam ideologias, doutrinas, propostas políticas, de caráter microrreformista, ao mesmo tempo em que financia grupos acadêmicos e produções intelectuais para legitimar, justificar, reforçar o microrreformismo.

Esse processo ocorre com o apoio de fundações internacionais, tal como pode ser visto em seus editais e financiamentos das mesmas. Bourdieu expressa isso com clareza:

A Fundação Rockefeller financia um programa sobre ‘Raça e etnicidade’ na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (e sua revista Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, de maneira a favorecer o intercâmbio de pesquisadores e estudantes. Para a obtenção de seu patrocínio, a Fundação impõe como condição que as equipes de pesquisa obedeçam aos critérios de *affirmative action* à maneira americana, o que levanta problemas espinhosos já que, como se viu, a dicotomia branco/negro é de aplicação, no mínimo, arriscada na sociedade brasileira” (BOURDIEU, 2001, p. 25).

Esse é apenas um exemplo, pois esse caso poderia ser multiplicado (a Fundação Ford é mais presente do que a Rockefeller nesse tipo de “empreendimento”). A grande questão é que os grupos acadêmicos, os setores financiados e cooptados, ONGs, etc., exercem uma influência sobre o conjunto do movimento social e cria uma hegemonia no seu interior. Essa hegemonia do microrreformismo no interior de um movimento social reforça sua adesão não somente a determinados governos<sup>9</sup>, mas também ao aparato estatal e ao capitalismo. Esse

---

<sup>9</sup> As divisões sociais no interior de um movimento social, bem como as existentes no grupo social de base do mesmo, geram lutas, competição, etc., internamente, gerando distintas tendências, organizações, etc. O microrreformismo sendo hegemônico, marginaliza as tendências revolucionárias e outras que podem se opor a ele, mas também é atingido pelas divisões internas. E por isso é possível identificar um microrreformismo

processo tem um efeito que é a constituição do imaginário conveniente, outro elemento fundamental para explicar a atual forma de integração dos movimentos sociais no capitalismo neoliberal.

### **O Subjetivismo e o Imaginário Conveniente**

O imaginário conveniente não é um fenômeno novo. No entanto, ele ganha uma nova forma na contemporaneidade, especialmente quando está vinculado com os movimentos sociais. Antes de explicitar sua novidade e realizar sua análise, é necessário definir esse conceito. O termo “imaginário” possui vários significados, mas aqui tem um significado preciso: representações cotidianas ilusórias (VIANA, 2015b; VIANA, 2013)<sup>10</sup>. No entanto, existem outras formas de ilusão, como a ideologia. Por isso é preciso entender que o imaginário é uma forma das representações cotidianas (o que já foi chamado de “senso comum”, “representações sociais”, “saber popular”, “conhecimento cotidiano”, etc.) e, por conseguinte, não é um pensamento sistemático como é a ideologia (científica, filosófica, etc.), bem como que é possível existirem representações cotidianas verdadeiras, embora, na sociedade moderna, sejam raras e marginalizadas.

No que se refere ao imaginário conveniente e sua relação com os movimentos sociais (e também com as vantagens competitivas e microrreformismo) é preciso destacar que existe uma especificidade nessa forma assumida pelas representações cotidianas ilusórias. O termo “conveniente” explicita essa especificidade. Em qualquer dicionário é possível ver a definição da palavra: conveniente é o que convém e alguns acrescentam “por ser apropriado, favorável ou interessante”. No fundo, é uma definição simples e insuficiente para compreender o que estamos buscando analisar. O imaginário conveniente é composto por representações cotidianas ilusórias que são úteis ou serve aos interesses de quem o manifesta. No caso dos movimentos sociais, o imaginário conveniente manifesta interesses pessoais os interesses imediatistas de determinados grupos sociais.

---

aliado ao antigo reformismo socialdemocrata (especialmente alguns setores ligados a partidos políticos), um microrreformismo “espontâneo”, que emerge a partir da hegemonia existente e sem ligações com o aparato estatal e instituições. Somente uma pesquisa aprofundada poderia identificar o conjunto de manifestações derivadas do microrreformismo e suas especificidades. O nosso foco aqui é o microrreformismo hegemônico nos movimentos sociais e por isso não abordaremos essas formas derivadas. É nesse contexto que emerge a hegemonia do especificismo no interior dos movimentos sociais (TARDIEU, 2014).

<sup>10</sup> A fonte dessa concepção está em Marx, que distinguiu entre representações verdadeiras e ilusórias (MARX e ENGELS, 1982). No desdobramento da teoria das representações cotidianas, o termo imaginário acaba sendo uma forma mais resumida de explicitar as representações cotidianas ilusórias.



A forma mais fácil de entender este conceito é sua comparação com a concepção nietzschiana de “verdade”: ficções úteis<sup>11</sup>. Assim, o imaginário conveniente é uma forma de manifestação de representações ilusórias, falsas, ou seja, são “ficções úteis” produzidas por possuírem utilidade ou expressar interesses e por isso são sustentadas como se fossem verdadeiras ou tidas como verdadeiras por seus defensores. O imaginário conveniente é, em muitos casos, verdade para os seus criadores ou reprodutores ou então, quando estes estão conscientes de sua falsidade, são apresentadas como se fossem verdadeiras. No primeiro caso, os indivíduos acreditam sinceramente no que estão dizendo. No segundo caso, eles são conscientes da falsidade do que dizem. No entanto, é difícil saber quem realmente acredita ou não, já que eles afirmam a mesma coisa e que acreditam nisso.

A produção do imaginário conveniente remete ao processo social, ou seja, à sociabilidade capitalista e seu caráter competitivo, que cria o interesse, a pressão social, etc., para buscar vantagens competitivas. Ele também remete ao mundo das ideias que reproduzem e reforçam as concepções, valores, representações, etc., que o legitimam e justificam. Assim, temos desde a produção ideológica (gestada nas universidades, centros de pesquisa, organizações burocráticas, etc.) realizada por intelectuais criativos e reprodutivos<sup>12</sup>, passando pela produção doutrinal (que fica entre academia e grupo social, sendo expressa mais por intelectuais reprodutivos) e por último, o imaginário, representações cotidianas ilusórias produzidas e reproduzidas pelos autóctones do grupo social e por alguns alóctones.

O paradigma subjetivista ao colocar o “sujeito” e a “subjetividade” como elemento central, reforça a produção e reprodução de imaginário conveniente, inclusive até produções autóctones. Esse processo pode ser percebido em através de alguns termos-chave que reproduzem concepções subjetivistas e se popularizaram em alguns setores de movimentos sociais, tal como “vivência” e “lugar de fala”. As ideologias reforçam essa tendência e isso acaba se tornando um dos elementos fortes presentes nos movimentos sociais, gerando o reforço de ideologias e doutrinas hegemônicas em certos setores dos movimentos sociais.

---

<sup>11</sup> Isso não significa concordar com a concepção nietzschiana (NIETZSCHE, 2004), que compreende a verdade, em si, como “ficção útil”, mas sim, que, em certos casos, no que se refere a algumas representações cotidianas ilusórias, elas assumem esse caráter. A concepção nietzschiana é ideológica e já contestamos ela em outro lugar (VIANA, 2010).

<sup>12</sup> Marx distingue entre ideólogos ativos (produtores de ideologia) e passivos (reprodutores das ideologias produzidas pelos anteriores) e é nesse sentido que distinguimos entre intelectuais produtivos e reprodutivos (MARX e ENGELS, 1982).

Outro processo que reforça isso são as correntes de opinião geradas ou divulgadas por meios oligopolistas de comunicação, grupos acadêmicos, ativistas de movimentos sociais, redes sociais da internet, etc.

Um dos procedimentos mais comuns desse imaginário conveniente é defender interesses pessoais como se fossem interesses grupais. Assim, se uma mulher é reprovada num concurso público e um homem é aprovado para a vaga, ela pode acusar a banca ou o processo de “machista”, apesar de não existir nenhum indício nesse sentido. O processo pode ter sido injusto e marcado por irregularidade, mas pelos motivos acadêmicos mais comuns nesse caso, ou seja, por haver uma preferência gerada não pelo sexo do indivíduo e sim por vínculos e/ou interesses acadêmicos. Isso assume uma forma coletiva quando se trata de “ações afirmativas” e “políticas de cotas”, que não beneficiam e nem resolve os problemas que atingem os grupos sociais e sim indivíduos do mesmo, que, inclusive, estão no cume da pirâmide social de tal grupo<sup>13</sup>. Uma vez que determinadas ideologias e doutrinas se espalham pela sociedade, um grupo cada vez maior de indivíduos vão lançar mão do imaginário conveniente para satisfazer seus interesses.

Assim, alguns vão apelar para o imaginário conveniente para obter vantagens competitivas e benefícios pessoais, tendo ou não consciência da falsidade do discurso que utiliza. O primeiro caso é o dos indivíduos oportunistas e o segundo é daqueles que usam a razoabilização. Os indivíduos oportunistas são aqueles que querem conscientemente vantagens competitivas e sabem disso e são geralmente os que se vinculam a grupos, partidos, etc. Os indivíduos sinceros, porém enganados, reproduzem o processo mental da razoabilização, que significa tornar “razoável” o seu discurso e abolir a consciência dos seus interesses por detrás dele.

Um elemento complementar que é fundamental destacar no caso do imaginário conveniente é o seu caráter mobilizador, tal como é o caso de todas as formas de consciência e manifestações culturais (VIANA, 2015b). O imaginário conveniente nasce da

---

<sup>13</sup> A política de cotas raciais nas universidades, por exemplo, não atinge os indivíduos negros analfabetos, semianalfabetos, que não terminaram o ensino médio, etc. e que são a maioria esmagadora da população negra. Atingem aqueles que já estão no cume da pirâmide social da população negra e isso pode beneficiar indivíduos, mas não muda a situação grupal e nem abole as injustiças contra tal população, além de ainda conquistar adesão e cooptar indivíduos do grupo para apoiar a sociedade que gera essa situação e governos que a reproduz. Uma vez que certos indivíduos do grupo defendem e isso aparenta ser benéfico para o grupo como um todo, outros, mesmo que não tenham a menor condição de usufruir de tal “privilegio”, podem apoiar incondicionalmente tal política e, por conseguinte, governos, grupos, partidos, etc. sem perceber que isso não resolve a questão e fortalece aqueles que são os garantidores das condições da não resolução do problema.

sociabilidade capitalista e da hegemonia burguesa, entre outras determinações, mas, uma vez existindo, se torna mobilizador, faz as pessoas agirem, tanto no nível de reprodução de discurso e correntes de opinião, quando no da prática política e mobilização. É por isso que ele é um complemento dos outros elementos e expressa algo problemático para os movimentos sociais, que cada vez mais se afastam dos reais interesses dos seus grupos sociais de base.

### **Considerações Finais**

A compreensão do processo de integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo remete à análise do regime de acumulação integral. Sem dúvida, não se trata da integração dos movimentos sociais como um todo, ou seja, do movimento social em sua totalidade e sim de setores do mesmo, certas ramificações como organizações, indivíduos, etc. No entanto, esse processo se torna hegemônico no interior dos movimentos sociais, embora o impacto disso diferencie em cada movimento social específico. A cooptação estatal, a nível mundial, se voltou mais para o movimento das mulheres e movimento homossexual, enquanto que, em certos países, a tentativa de cooptação de movimentos juvenis, movimento negro, entre outros, também ocorreu. A cooptação funciona, obviamente, com setores desses movimentos. No plano cultural, tais setores cooptados tendem a se tornar hegemônicos.

A cada regime de acumulação há uma modalidade de política estatal e, por conseguinte, uma forma principal de cooptação. A explicação da forma de integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo remete, portanto, para a compreensão do regime de acumulação integral e de algumas de suas características que possuem impacto mais direto sobre eles.

O regime de acumulação integral traz em si o neoliberalismo e gera a intensificação da competição e o paradigma subjetivista. Esses aspectos atingem os movimentos sociais gerando busca por vantagens competitivas, microrreformismo e imaginário conveniente. Esse processo social não é perceptível imediatamente e no mundo do imaginário e de certas ideologias, ele aparece como algo originário da própria população. Existem processos de mediação e nesse sentido a política cultural do Estado capitalista, empresas capitalistas, fundações, instituições educacionais, meios oligopolistas de comunicação, é fundamental para garantir a hegemonia do paradigma subjetivista, força das ideologias filiadas

hegemônicas e formação de correntes de opinião e popularização de um imaginário correspondente a ele. Por outro lado, também reforça a crença no microrreformismo e este e o imaginário conveniente se reforçam reciprocamente.

A intensificação da competição não só constrange os indivíduos a um comportamento mais competitivo, como também torna ainda mais poderosa a mentalidade competitiva. E isso também possui processos de mediação, tais como o capital comunicacional, a difusão de determinados valores, etc., bem como é reforçado por outros elementos da sociabilidade capitalista que se intensifica, tal como a intensificação da burocratização e mercantilização das relações sociais, e por determinadas ideologias, doutrinas, valores, etc., como o hedonismo, neoindividualismo, narcisismo, etc. Assim, alguns indivíduos lançam mão de tudo e qualquer coisa para ganhar a competição social e isso tem um impacto nos movimentos sociais, pois aumenta o número de pessoas e ações oportunistas, ambição, etc., e, por conseguinte, indivíduos querendo fazer uso oportunista de tais movimentos. Da mesma forma, há um redirecionamento geral das ações individuais e coletivas para a conquista de cargos, espaços, retorno financeiro, ou seja, benefícios no interior da sociedade capitalista, reforçando os discursos e imaginário conveniente a este respeito.

As políticas segmentares do estado neoliberal, ao lado do incentivo do mesmo no sentido da formação de grupos acadêmicos reforçadores das bases ideológicas e doutrinárias de tais políticas, geram a primazia do microrreformismo no interior dos movimentos sociais. As mediações ocorrem via academia, produções intelectuais, ideologias, cooptação individual, etc. E esses três elementos (busca por vantagens competitivas, microrreformismo e imaginário conveniente) se reforçam reciprocamente.

Em síntese, o Estado neoliberal gera uma nova forma de integração de setores dos movimentos sociais na sociedade capitalista e isso se torna hegemônico em tais movimentos. O resultado disso é que os burocratas vinculados a tais setores recebem cargos, recursos, etc., e, assim, vencem a competição social e aparentemente beneficiam os grupos sociais de base dos movimentos sociais, mas, no fundo, mantém a maioria dos indivíduos autóctones longe de qualquer benefício e, ainda, contribui para reproduzir as condições sociais que geram a insatisfação (discriminação, opressão, falta de acesso aos bens coletivos, etc.) de tais grupos sociais. Em outras palavras, uma minoria de tais grupos sociais é integrada no aparato estatal e em outras instituições (organizações burocráticas) reprodutoras do

capitalismo e ganham com isso, enquanto que os grupos sociais de base dos movimentos sociais continuam sofrendo das mazelas produzidas pelo capitalismo e muitos aceitam por confiar nos discursos dos demais integrantes do seu grupo, que servem para o processo de reprodução e reforço da sociedade capitalista e dos problemas que ela gera.

### Referências bibliográficas

BAGGIO, Adelar Francisco e BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 1(1): 25-38, 2014. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522> Acessado em: 01/01/2017.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 2001.

BRAGA, Lisandro. A Teoria do Regime de Acumulação Integral. *Revista Conflict Social*. Ano 06, num. 10, Jul./Dez. 2013a.

CHESNAIS, François. A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: Conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ETZIONI, Amitai. *As Organizações Modernas*. 5ª edição, São Paulo: Pioneira, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FRASER, Nancy. A Eleição de Donald Trump e o Fim do Neoliberalismo Progressista. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2008/01/a-eleicao-de-donald-trump-e-o-fim-do.html> acessado em: 01/01/2018.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIPIETZ, Alan. *Audácia: Uma Alternativa para o Século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

McCARTHY, J. e ZALD. M. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial. *Movimentos Sociais*, Vol. 01, Num. 02, 2017. Disponível em: [http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/692/pdf\\_10](http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/692/pdf_10) acessado em: 14/10/2017.

NIETZSCHE, Friedrich. *Vontade de Potência*. Vol. 2, São Paulo: Escala, 2004.

ORIO, Mateus. O Desenvolvimento Capitalista na Sucessão de Regimes de Acumulação. *Ciências Humanas*. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia. Vol. 02, nº 09, Jan. 2014.

PORTES, Alejandro. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia. *Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 33 setembro de 2000.

RUCK, Richard. Razoabilização: Um Mecanismo Psíquico de Defesa. *Sociologia em Rede*, 06 (06), 2016.

TARDIEU, Serge. Crítica ao Especificismo. *Marxismo e Autogestão*, 01(02), 2014.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus; 2003

VIANA, Nildo. A Essência Contrarrevolucionária do Pós-Estruturalismo. *Revista Marxismo e Autogestão*, vol. 04, num. 07, jan./jun. de 2017b.

VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas. Rio de Janeiro, Ar Editora, 2016a.

VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015b.

VIANA, Nildo. Estado e Movimentos Sociais: Efeitos Colaterais e Dinâmica Relacional. *Revista Café com Sociologia*. V. 6, N. 3, Ago./Dez. 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/902/pdf> acessado em: 31/12/2017.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015a.

VIANA, Nildo. Imaginário e Ideologia – As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo. *Revista Espaço Livre*, ano 5, num. 15, 2013.

VIANA, Nildo. Nietzsche: Vontade de Potência e Irracionalismo. *Fragmentsos de Cultura*, v. 20, n. 9/10, set./out. 2010.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

VIANA, Nildo. Os Objetivos dos Movimentos Sociais. *Movimentos Sociais*. Vol. 01, Num. 01, jul./dez. de 2016.

VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. Ensaios Freudo-Marxistas. São Paulo: Escuta, 2008.



## **Inimigo Imaginário e Forças Formadoras de Opinião: o caso dos terroristas islâmicos**

Diego Marques Pereira dos Anjos\*

A mais recente onda de violência em Paris, capital francesa, é o destaque principal da imprensa mundial. Podemos afirmar que na atualidade existem fatos que podem ser debatidos por bilhões de pessoas ao redor do mundo, isto graça ao estágio de desenvolvimento dos meios de comunicação, que determina as conversas, sentimentos, pensamentos de indivíduos vivendo na Austrália, na Bolívia, Singapura, Rússia, Nova York, etc. Portanto, o poder dos meios de comunicação em difundir notícias e determinar temas relevantes de serem debatidos é o ponto de partida para compreendermos um aspecto da realidade social contemporânea, realidade esta que alguns chamam de “capitalismo global”<sup>1</sup>. Qual aspecto que aqui queremos evidenciar? Aquele que trata dos chamados atentados terroristas, nome genérico para atos de violência cometidos por grupos religiosos identificados com a religião islâmica. Antes se faz necessário notar que a palavra terrorista já foi utilizada em outros contextos históricos para designar outros grupos, tais como tendências do movimento anarquista na virada do século XIX para o século XX, grupos de esquerda durante a ditadura militar no Brasil nas décadas de 1960/80, militantes anti-apartheid na África do Sul, grupos de esquerda da Itália dos anos de 1970, jovens palestinos, etc. Desde o início dos anos de 1990 a palavra terrorista é quase sinônimo de islâmico, mulçumano, isto é, vincula-se o terrorista aos membros da religião que domina o norte da África, o Oriente Médio e importantes regiões da Ásia, além de formarem extensas comunidades em países do Ocidente.

Quando surge historicamente a questão do terrorismo islâmico? A primeira grande ação a repercutir mundialmente ocorreu dentro do estacionamento das torres gêmeas, com a explosão de carros bombas em 1993. No ano seguinte foi a vez da Associação Mutual

---

\* Doutorando em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos, UNB, e professor de História no IF-Goiano.-Morrinhos.

<sup>1</sup> Usaremos aqui essa expressão tendo em vista a capacidade que ela tem de fazer as pessoas assimilarem o fenômeno que queremos explicar, isto porque pelos objetivos do texto buscamos nos posicionar diretamente sobre os fatos aqui relatados para um público mais amplo. Contudo, atentamos para os que nos leem, que essa ideia de capitalismo global possui diversos problemas, pois não dá conta da especificidade do momento atual do capitalismo, na medida em que trata-se do período de acumulação integral, intensificação da repressão, estados neoliberais, neoimperialismo, ideologias pós-modernas entre outros fenômenos, que são sinteticamente explicados na obra de Nildo Viana O capitalismo na era da acumulação integral.

Israelita na Argentina explodir pelos ares. Nos anos seguintes as explosões foram em embaixadas dos EUA em países africanos. Assim se fez a fama nos noticiários de nomes como Osama Bin Laden, que simbolizou a nova geração de terroristas. A década de 1990 é o período histórico imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria, do esfacelamento da União Soviética e de toda uma geração de terroristas “comunistas” que ganharam vida nos filmes de Hollywood. Os EUA já não tinham mais um inimigo comum que representava os valores opostos à sua civilização, mas como veremos é necessário tal figura.

Pela ousadia do evento e a repercussão mundial causada, o impacto dos aviões contra as Torres Gêmeas em 2001 abriu uma nova era de conflitos sociais. Com o término da Guerra Fria, os EUA tinham agora condições de avançar e conquistar novos mercados em regiões que antes estavam sob controle ou influência direta da União Soviética, notadamente o leste europeu, o sudeste asiático e países da região do Oriente Médio. Já nos anos de 1980 os EUA armaram e treinaram Sadam Hussein, Osama Bin Laden, as lideranças do Boko Haram, assim como fizeram com as forças militares que atuaram na repressão e nos massacres aos movimentos sociais na América Latina durante o século XX, e ao redor do mundo, ainda hoje. O objetivo inicial de treinar grupos de origem islâmica era o de conter o avanço das forças imperialistas da União Soviética, mas acabada a URSS sobraram armas e milhares de assassinos bem treinados. Com o avanço do capitalismo para as novas regiões, os grupos antes treinados passaram a se opor ao modo de vida capitalista e aos valores representados pelo ocidente, o exemplo mais consagrado pelo sucesso foi a organização Talibã (estudantes na língua pachto) que governou o Afeganistão de meados dos anos de 1990 até o ano de 2001.

Feito este breve e sumário roteiro histórico voltemos à questão inicial: os atentados terroristas como tema mundial. O que significa os atentados terroristas serem objeto de conhecimento instantâneo e quase-universal? Significa que uma corrente de opinião se forma sobre o tema, sendo pois hegemonizada e controlada pelos meios de comunicação em massa, que estão nas mãos do capital comunicacional oligopolista internacional. Inseridos no contexto histórico que apontamos (a relembrar: avanço do mercado capitalista para novas regiões do mundo, hegemonia do império estadunidense, milhares de forças paramilitares armadas e treinadas) os atentados terroristas (uso da violência para exterminar vidas civis) são expressão da disputa de forças entre o império dos Estados Unidos e povos insubordinados, que enfrentam o avanço do mercado capitalista sobre sociedade ainda não

totalmente capitalistas, e totalmente dominada por valores culturais pré-capitalistas, marcados principalmente pelo predomínio da ideologia religiosa.

O nosso ponto de partida nos dá representações evidentes: os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Essa representação é transmitida, sobretudo, pelos meios de comunicação (mas também por intelectuais – como Samuel Huntington e sua ideia de choque de civilizações que defende que os povos de cultura islâmica não possuem condições para absorver os valores ocidentais – por políticos, pela burocracia do estado com seus militares e burocracia civil, organizações da sociedade civil, etc.). No universo de informações veiculadas dois pontos são o eixo: terrorismo e islâmico. São as duas informações básicas que servem para formar opinião e simultaneamente desinformar das verdadeiras determinações sobre algo, posto que de um lado, apresenta os autores do fato, e por outro lado, produzem confusões generalizadas sobre os acontecimentos. Como era de se esperar, a notícia simplesmente apresenta o ocorrido, trata-se do mecanismo básico para finalizar moldando uma opinião: o fundamentalismo islâmico é a rejeição dos valores ocidentais, da democracia, do capitalismo, das instituições.

Nos atentados de Paris na sexta-feira 13 de Novembro de 2015 os culpados foram prontamente identificados (e até mesmo no tweeter os prováveis responsáveis assumiram a autoria): o grupo terrorista Estado Islâmico, também chamado de Isis (em inglês) ou Daesh (árabe). A informação não é questionada, é modelada, reproduzida e assimilada em todas as regiões do mundo. O principal agente transmissor são os meios de comunicação em massa. As pessoas têm então contato com o que aconteceu através das notícias veiculadas, desta forma as opiniões se formam por meio dos meios de comunicação. O que são as opiniões? Segundo Nildo Viana, opiniões são “um conjunto de ideias (bem como afirmações e posições) expresso pelos indivíduos sem maior coerência, rigor, fundamentação, sendo geralmente substituíveis com relativa facilidade” (VIANA, 2015a). Conforme a torrente de informações obtidas, e geralmente tais informações são simples, com poucas variações de conteúdo e reforçando uma ideia básica, os indivíduos moldam suas opiniões, constantemente reproduzindo o que assimilou de forma não refletida e por vezes sem coerência com outras opiniões expressadas. Desta forma, os meios de comunicação são um dos principais agentes, ou forças de formação de opinião, com força sobretudo em momentos de crise, acontecimentos dramáticos, etc.

A partir deste ponto podemos avançar para a segunda questão por detrás da corrente de opinião que se forma diante de determinados acontecimentos: a criação de um inimigo imaginário. Partiremos aqui da ideia defendida por Nildo Viana sobre o que é um inimigo imaginário. Para este sociólogo inimigo imaginário a “princípio pode ser definido com um grupo social que é considerado inimigo e que, portanto, deve ser combatido, sob formas variáveis e que não é um verdadeiro inimigo na realidade concreta, por isto ele é “imaginário”” (VIANA, 2015b). Tomando as palavras por suas definições Viana afirma ser necessário levantar algumas questões para entender como se criam os inimigos imaginários: quem produz o inimigo imaginário? Quais são os grupos sociais que podem se tornar inimigos imaginários? Em que contexto o inimigo imaginário se torna alvo da coletividade? (VIANA, 2015b).

Os inimigos imaginários são criados pela classe dominante “visando desviar a atenção para este suposto inimigo (...) é uma forma de deslocar o conflito de classe para um outro tipo de conflito (nacional, racial, religioso, etc.)” (VIANA, 2015b). Substitui-se o inimigo real pelo imaginário, e com isso todos os conflitos concretos e as formas de solução, criando desta forma obstáculos para a ação da classe revolucionária: descobrir a realidade e transformar tal realidade. Assim, quem cria os inimigos imaginários são os membros do estado, os meios de comunicação, a classe dominante, a intelectualidade. Os inimigos imaginários em potencial numa dada sociedade são os grupos que carregam em si um histórico de preconceito, marginalização, oposição à ordem vigente e ao status quo. São grupos políticos, imigrantes, grupos étnicos, sexuais, religiosos, etc. A estes grupos são atribuídos a culpabilidade, a periculosidade, a inconfidência (não-confiança) e o exotismo (VIANA, 2015b).

O capitalismo global, ou regime de acumulação integral, tem em sua força de expansão a ação do neoimperialismo, isto é, por meio de políticas militares, organizações internacionais, tratados econômicos os estados imperialistas retomam uma política agressiva de imposição dos interesses do capital transnacional sobre os países subordinados, buscando ampliar a integração ou efetivar a integração ao mercado mundial nos países em estágio de capitalismo pouco desenvolvido. A política externa dos países imperialistas é a continuidade de sua política interna, buscando efetivar os interesses de suas classes dominantes. Para tanto, as sociedades internas de diversos países são manipuladas conforme os interesses do centro imperial, daí que constatamos que os EUA invadem países se justificando na defesa

da democracia ou dos direitos humanos e em outras regiões apoiam a consolidação de ditaduras.

No caso dos países do Oriente Médio as políticas imperialistas buscam afirmar o controle sobre as fontes energéticas, ampliar o mercado consumidor, intensificar o processo de proletarianização das populações nacionais (que em grande parte vêm de tradição tribal, de seitas) e impor governos alinhados com as políticas imperialistas. Esse processo é muito conflituoso, pois se de um lado, governos com características autocráticas (Arábia Saudita) e ditatoriais (Kwait) mantêm-se firmes com apoio dos EUA, por outro lado, mudanças de lideranças, grupos e partidos no poder foram alteradas desde o processo de revolta popular iniciado no ano de 2011 denominado de Revolta Árabe, que tiraram do poder ditadores que se assentavam a décadas tais como Mouamar Khaddafi (Líbia), Hosni Mubarak (Egito) e Ben Ali (Tunísia). Esses levantes se demonstraram um fato inesperado para as forças imperialistas, pois além de derrubarem governos que mantinham a fonte do petróleo, ameaçou as lideranças políticas que estavam subordinadas aos interesses de Washington, tal como Arábia Saudita, Bahrein, Kwait.

As revoltas árabes por sua extensão, radicalidade (sem lideranças, seculares, reivindicações políticas e por melhorias nas condições de vida) e força (vários governos derrubados) apresentaram ao mundo outra feição das sociedades árabes, a força do proletariado em Alexandria, a força dos jovens no Cairo, das massas superexploradas da Líbia, da Tunísia, da inicial solidariedade internacional de organizações dos trabalhadores contra o governo de Bashar Al-Assad na Síria, ampliou a força da questão curda, ao que parece fez emergir mudanças na vida social em Kobane (pelas notícias que de longe chegam, se bem que ainda sem muitas confirmações). Mas posterior à Primavera Árabe veio o Inverno Imperialista e com ele o Estado Islâmico, produto direto do apoio financeiro e militar dos países imperialistas (EUA, França, Inglaterra). Pois de onde viriam os modernos armamentos do EI? Sua moderna frota de caminhonetes japonesas, seus sofisticados sistemas de filmagem, gravação e roteirização dos massacres cometidos contra suas vítimas? Foi o apoio a obscuras forças paramilitares na Síria e no Iraque que possibilitou as condições para o surgimento do EI como um racha da Al Qaeda, que por sua vez tinha sido treinada e financiada pela CIA em fins dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980.

O inimigo imaginário que as classes dominantes querem construir sobre a figura do islamismo busca confundir e ocultar os verdadeiros responsáveis pela barbárie que se

espalha pelo mundo. Mas não podemos aceitar as correntes de opiniões que se formam, nem tampouco silenciarmos sob a onda de revanchismo e ignorância que se espreita. A luta cultural contra as ilusões criadas pela classe dominante requer considerarmos os movimentos políticos que acontecem pelo mundo, manifestarmos solidariedade e combater toda forma de racismo e xenofobia opondo-nos por meio da solidariedade internacional a todos os movimentos sociais que contestem a ordem estabelecida e apontem para novas relações sociais. O passado deve ser combatido, junto com todas as forças que ele representa.

### **Referências bibliográficas**

VIANA, Nildo. *As representações cotidianas e as correntes de opiniões*. In Revista Espaço Livre, Vol. 10, nº 9, jan/jun. 2015a.

VIANA, Nildo. *A invenção do inimigo imaginário*. Disponível em <http://informecritica.blogspot.com.br/2011/04/invencao-do-inimigo-imaginario.html> Acessado em 14 de Novembro de 2015b.



# **O Enigma de Kaspar Hauser: o cinema como expressão dos valores e da linguagem**

Verônica Martins Moreira\*  
Veralúcia Pinheiro\*\*

## **Introdução**

O filme *O enigma de Kaspar Hauser* é ambientado em 1828 e tem início com a imagem de um jovem acorrentado em um porão, maltrapilho, sujo e sem nenhum contato com o mundo exterior, mas alimentado por uma figura misteriosa. Logo em seguida, o indivíduo que mantém o personagem vivo, alimentando-o e até mesmo ensinando-lhe a andar e a escrever seu nome, retira aquela criatura isolada do porão durante a noite e o deixa em uma cidade próxima (Nuremberg) acompanhado de uma carta para o oficial da guarda. Na carta seu nome: Kaspar Hauser.

A proposta do presente artigo é analisar o filme: *O enigma de Kaspar Hauser*, considerado uma obra-prima do cinema alemão, no sentido de compreender o processo de consolidação de aquisição da linguagem no protagonista da obra, uma vez que este permaneceu toda a infância e parte da vida adulta em situação de reclusão sem nenhuma forma de interação social.

## **O cinema como objeto de estudo**

No ano de 1895 os irmãos *Lumière* exibiram em público, as primeiras imagens que se moviam como algo mágico; porém, não tinham ainda ideia da dimensão que o projetor ganharia um século mais tarde. O fato de serem recursos audiovisuais de fácil compreensão uma vez que adotam uma linguagem mais rápida do que a leitura, a tevê e o cinema são hoje, ao lado da internet, os meios de comunicação de alta acessibilidade da maioria das classes sociais. Segundo Ferro (2010), no início do século XIX quando o cinema se populariza na Europa, as elites intelectuais, desdenhavam desse novo instrumento tecnológico, não o considerando digno de estar na lista dos meios de difusão cultural. Entretanto, com o passar

---

\* Professora da rede estadual de educação do estado de Goiás. Mestre em Educação Linguagem e Tecnologias – pela Universidade Estadual de Goiás.

\*\* Professora da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Doutora em Educação pela Unicamp.

dos anos tornou-se evidente a importância histórica e social do cinema, cujas imagens dinâmicas proporcionavam a documentação mais fácil e fidedigna dos registros.

Não obstante, quando atentamos para a importância que o cinema adquiriu – tanto como objeto de estudo quanto em nosso cotidiano – percebemos que enquanto representação, o filme transmite mensagens preche de significados. Pois, todas as imagens e sons obtidos pelo registro técnico do real criam um efeito de realidade imediato sobre o observador (NAPOLITANO, 2005). Desse modo, podemos dizer que o cinema se ancora na técnica, na cultura, na arte, no divertimento, na indústria, etc. Portanto, para examiná-lo a partir de um contexto dinâmico e enquanto prática social é preciso levar em conta sua relação com o público.

Entre os temas mais utilizados e conceituados acerca do estudo da história e da sociedade, o cinema tanto como documento de apoio, quanto como objeto de estudo, permaneceu por muito tempo periférico. Segundo Costa (1989), a afirmação do cinema ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX. Tal período, cunhado de *Belle Époque* é marcado por uma explosão de inovações técnico-científicas e culturais tais como os raios Roentgen (1895), o radium (1898), o telegrafo sem fio (1899), a teoria dos quanta de Max Planck (1900) e a publicação de *A interpretação dos sonhos* de Sigmund Freud (1900). Foram tempos marcados pela ascensão da ideologia nacionalista que se desenvolve sob a égide do imperialismo colonial.

Dos estudos já realizados sobre a historiografia do cinema poucos conseguiram um resultado significativo. De acordo com Viana (2006), um desses problemas remete ao fato da historiografia tradicional do cinema não ter sido feita por historiadores e sim por não-historiadores e outros cientistas sociais que se mostraram subordinados a uma ideologia cinematográfica dominante. Ainda segundo o autor, estes estudiosos poderiam avançar caso desenvolvessem questões de base teórica-metodológica, as quais lhes permitiriam romper com o processo de produção e de reprodução destas ideologias. Para o autor, os valores não são atributos naturais dos indivíduos, pois são atributos fornecidos a eles pelos seres humanos e o fato de não haver consenso entre estes demonstra isto. No entanto, as valorações que os seres humanos fornecem às coisas não são consensuais devido à divisão social do trabalho.

Nesse contexto, os filmes tornaram-se reflexo das ideologias, dos costumes e dos interesses dominantes. Desta feita, a divinização dos valores burgueses cria uma cadeia de

interesses e de critérios de análise que marginalizam todas as demais expressões culturais tornando-as incipientes e demasiado simplistas em relação à verdadeira obra de arte. Como resultado desse processo, as ideologias cinematográficas revelam as perspectivas dos indivíduos comprometidos com ela e com a conservação do *status quo*, uma vez que sistematiza e justifica um discurso técnico, supostamente científico com o objetivo de levar tais valores e ideologias (concebidas no seio das representações) ao domínio do cotidiano, como se tratasse de valores autênticos, ou melhor, como se fizessem parte da essência humana. Como afirma Debord (1997, p. 24), o consumidor real torna-se consumidor de ilusões, posto que a alienação do

Espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele.

O consumo que se expressa na aceitação dos filmes comerciais pelo público não quer dizer necessariamente que está destituído de uma visão crítica e, portanto, não possua qualidade como obra de arte. O que de fato merece nossa atenção é que a própria noção de qualidade já é um valor atribuído (valores distintos, qualidades distintas) e generalizar a perspectiva de que “todo” filme comercial é de pouca qualidade significa aderir à perspectiva elitista. Ao invés disso, importa considerar que todo filme é um produto construído historicamente e socialmente, logo, as mudanças sociais são fundamentais para sua análise. Bernardet (2003, p. 208) assevera que toda obra fílmica possui um sistema de significação e que “à medida que a análise progride, elementos do filme vão se carregando de significação, quer não tenham sido retidos inicialmente, quer se enriqueçam de novas significações”. É por meio desse processo progressivo que se consolida a impressão que o público dialoga com a obra.

O filme ou a produção cinematográfica propriamente dita é uma produção coletiva de caráter ficcional que transmite mensagens valorativas, cujas ideias, e sentimentos atendem a determinados objetivos. Em relação à ficção, o importante não é garantir uma reprodução fiel da realidade e sim identificar quais valores, sentimentos e concepções devem se manifestar como referencial da realidade mais conveniente a ser reproduzida. A estética, a linguagem e outros elementos presentes em uma obra fílmica são condicionados

socialmente, pois fazem parte e estão consideravelmente imbricadas em uma teia de relações sociais que orientam nossos valores. Ora, o cinema é um

Testemunho da sociedade que o produziu e, portanto, uma fonte documental para a ciência histórica por excelência. Nenhuma produção cinematográfica está livre dos condicionamentos sociais de sua época [...] A forma com o filme reflete a sociedade não é em hipótese alguma, direta e jamais apresenta-se de maneira organizada (em circuitos lógicos e coerentes), mesmo que assim o aparente. (NOVA, s/d, p. 11).

Tanto a sociedade influencia a produção fílmica como esta influencia a sociedade. Assim, no processo de escolha do tema uma grande parte do conteúdo do filme é determinada pelos gostos e pelas expectativas do público, que posteriormente serão manipulados por esses mesmos filmes. Em ressalva aos filmes ditos históricos, Nova (s/d) lembra que, ainda que tais produções abordem fatos reais, nunca abandonaram sua condição de representação, ou seja, de algo que apenas aproxima-se da realidade não sendo esta de fato.

Bernardet (2004) nos alerta para a questão relacionada aos gêneros (ação, romance, comédia, etc), cuja diferenciação transmite ao público a ilusão de escolha a partir daquilo que mais lhe agrada. No entanto, essa é apenas uma estratégia comercial das produções, trata-se de um artifício mercadológico, pois os valores, a mensagem maniqueísta da luta do bem contra o mal continua a mesma. E é esta continuação que confirma gostos integrados em um sistema mais sutil que expressam os mesmos valores, os ambientes são quase os mesmos e a organização do enredo também é semelhante. Para a autora, os enredos mudam, mas obedecem a estruturas que tendem a permanecer ou mudam com muita lentidão.

De modo que o cinema incorpora esta valoração realizada pelo consumidor prevendo antecipadamente a parcela de público que determinado filme pode atingir. Contudo, o público não é uma massa amorfa totalmente manipulável; uma vez que a ida ao cinema não é obrigatória seu poder de atração torna possível à extirpação de mazelas em prol da lei que assegura a derrota dos bandidos e a vitória dos mocinhos, dos perigos reais, dos medos e inseguranças nem sempre possíveis em nossa realidade. A realidade social com seus conflitos e contradições é suficientemente sufocante.

Nesse sentido, *O enigma de Kaspar Hauser* critica os modelos de valores da Europa do século do XIX. Produzido na Alemanha no ano de 1974 tem duração de 101 minutos. Foi dirigido por Werner Herzog, um diretor associado ao movimento do Novo Cinema Alemão. Toda a trama se insere no gênero dramático e o elenco conta com atores como, Brigitte Mira, Elis Pilgrim, Enno Patalas, Gloria Doer, Hans Musau, Henry Van Luck, Michael Kroeher,

Volker Prechtel, Walter Ladengast, Willy Semmelrogge. A obra não apresenta o modelo norte-americano e hollywoodiano voltado para a cultura de massa, ao contrário traz reflexões ímpares acerca da sociedade europeia do século XIX.

### **O enigma da linguagem**

“No domingo de pentecostes do ano de 1828, recolhemos na cidade de Nuremberg uma criatura abandonada que mais tarde chamamos de Kaspar Hauser. Ele mal sabia andar e só pronunciava uma frase. Depois contou-nos que logo após nascer viveu preso num calabouço. Ignorava o mundo exterior e a existência dos seres humanos, pois lhes deixavam seu alimento à noite enquanto ele dormia. Não tendo noção do que era uma casa, uma árvore ou a fala, até que um homem entrou onde ele jazia. O mistério de sua origem nunca foi esclarecido”. Este registro trata da aparição de um homem sozinho em uma praça de Nuremberg no ano de 1828, causando estranhamento e confusão por tratar-se de um homem adulto que não fala, não lê e mal consegue andar. As suposições alternam-se entre os adjetivos de ladrão, assassino ou um maníaco, todavia, trata-se apenas de um homem diferente, fora dos padrões conhecidos. Este homem supostamente proveniente de algum reino mágico desconhece o que a maioria das pessoas da época julga como natural: a fala.

Ao considerarmos que a semiologia desenvolve o estudo de uma fala<sup>1</sup>, os signos podem ser encarados apenas como um fragmento dela, se entendendo pela combinação do conceito e da imagem acústica que pode ser uma palavra. Partindo desse pressuposto, o estudo das significações independentemente do seu conteúdo, é postulada por meio de uma relação direta entre dois termos: o significante e o significado. Barthes (1989) enfatiza que para Saussure o significado é o conceito, enquanto que a imagem é o signo. No entanto, embora exista uma variedade de nomenclatura, nosso intento é conceber a própria língua como um sistema de signos para em seguida analisar a linguagem como uma representação mental do real; estabelecida essa distinção passamos a compreender também a relação entre filme – entendido aqui enquanto imagens em movimento – e o próprio público, ou seja, o expectador.

---

<sup>1</sup> Para Joly (1996, p. 29) é possível dizer atualmente que abordar ou estudar certos fenômenos em seu aspecto semiótico é considerar seu modo de produção de sentido, ou seja, a maneira como provocam significações e interpretações. Já Saussure define a semiologia como “a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social”. (MARCONDES, 2009, p.89)

A partir da relação que se estabelece entre imagem e expectador, as obras fílmicas contemporâneas transformaram em consumidor massificado o dantes “apreciador” de filmes. Embora produzido na década de 1970, no *boom* hollywoodiano, a obra *O enigma de Kaspar Hauser* apresenta uma dinâmica diferente das apresentadas somente para o público comercial; esta segue a tradição alemã e representa um movimento artístico e cultural intitulado *Novo Cinema Alemão*<sup>2</sup> em uma tentativa de filmar histórias autênticas vivenciadas por pessoas reais, não mais moldados na arquitetura nazista em voga nas décadas 1930-40 do século passado. O mercado fílmico arrecada milhões e o consumidor deste é visto como um mero reproduzidor que somente o assimila e o absorve sem considerá-lo em toda a sua pluralidade; avaliando o processo de significação como inerente à nossa vida cotidiana, o cinema como indústria passou a compreender o filme somente como um conjunto de imagens em movimento naturalizadas da realidade distorcida.

Concebido como uma aproximação da realidade, a obra fílmica por vezes camufla uma realidade concreta e apresenta um substrato desta última, não obstante, não é o que acontece no filme, pois, a partir de uma leitura reflexiva *O enigma de Kaspar Hauser*, denuncia entre outros aspectos os vícios de uma sociedade fechada em si mesma. Nela, o protagonista, observa e tudo lhe é estranho. Sua inserção na sociedade acontece de forma abrupta e difícil de ser compreendida; um ser adulto que nunca havia estabelecido qualquer interação se encontra só, diante da complexidade da estrutura social.

Ao longo do filme, observamos dois momentos cruciais: o primeiro sintetiza a condição humana do personagem que procura assimilar a fala e também as convenções sociais, em uma tentativa – inútil de que todos à sua volta passem a questionar seus próprios valores. A segunda se dá pela obtenção - embora incipiente, pois ainda não a domina – da linguagem, agora já carregada por uma interpretação essencialmente particular do mundo que o rodeia. A condição do personagem nos faz lembrar as reflexões de Foucault (2007, p. 44), sobre o mundo coberto de signos que devem ser decifrados, os quais “revelam semelhanças e afinidades, e por isso, não passam, eles próprios de formas de similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e, sem ela, permaneceria palavra muda, adormecida nas coisas”.

---

<sup>2</sup> Com a tomada de poder pelos nazistas em 1933, o cinema alemão, antes significativo e influente mundialmente, foi reorientado. Somente a partir dos anos 60 com o surgimento da televisão é que houve um novo interesse pelo cinema. "O cinema clássico está morto. Nós acreditamos no novo" – disseram 26 jovens cineastas alemães em 1962. O acontecimento entrou na história do cinema como Manifesto de Oberhausen e seus vestígios são visíveis até hoje (KÜRTEEN, J. 2012).



O maior desafio de nosso personagem é interpretar o mundo. Nesse sentido, a temática do filme orbita sobre o processo da aquisição da linguagem e no consequente esforço do personagem para se comunicar com os demais integrantes dessa coletividade. É a partir desse ponto que nosso personagem estabelece uma relação ora de conformidade, ora de discordância em relação ao aparelho social em que está submetido. Como nos mostrou Bakhtin (2009, p. 70), a linguagem encontra-se entre os sujeitos emissor e receptor, além de constituir-se como fruto das relações sociais organizadas. Para o autor é apenas sobre esse terreno que a troca linguística se torna possível. Pois,

A unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. Dois organismos biológicos, postos em presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala.

Ainda a respeito da concretização da linguagem que dialoga e mescla-se com o aparato histórico-cultural dos indivíduos, é necessário que a unidade real da língua que é realizada na fala, não se trate tão somente de enunciação monológica individual e isolada, mas de interação que envolva ao menos duas enunciações, corporificadas no diálogo. De modo que, a linguagem verbal é um meio de expressão e um hábito coletivo, pensada enquanto plural e multifacetada, possibilita a interação entre o mundo material e o pensamento no sentido de que se configura como *janela* para o mundo, refletindo e se materializando como veículo da comunicação social, principalmente daquilo que é vivido em nossas abstrações diárias, expressando emoções, sentimentos, etc. Dessa forma, é importante salientar que não há sociedade classificada como *primitiva* ou *civilizada* que exista sem comunicação. Quanto à realidade material que se traduz na organização de sons, palavras e frases, pode-se dizer que a linguagem é relativamente autônoma. Ela expressa emoções, ideias e propósitos, se orientando pela *visão de mundo*, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante. (PETTER, 2002, p. 11).

Ao longo do filme *O enigma de Kaspar Hauser* há uma proposta clara de reflexão e debate acerca de vários costumes e práticas próprias da sociedade europeia do século XIX, tal como o abandono de crianças. Porém, não há nenhuma referência à origem do protagonista e a trama se desenrola questionando sua ascendência, às vezes se pressupondo uma linhagem abastarda.

O protagonista - Kaspar - nos é apresentado em idade adulta, recluso em um pequeno cômodo. A única pessoa que o visita é um homem que lhe oferece comida e que procura lhe

ensinar algumas palavras e a escrever seu nome. Sente-se desprezado ao conhecer sua história de abandono, permanecendo sem cuidados e sem amor materno durante toda a vida. Nesse sentido, o filme condiz com a realidade do século XIX, cujos índices de abandono de crianças eram elevados em decorrência de vários fatores, inclusive como alternativa ao escândalo provocado por uma maternidade fora do casamento.

A condenação da sociedade, o rígido julgamento contra as mães solteiras e a infâmia que se abate sobre essas crianças são alguns dos fatores para o abandono. Não obstante, desde o século XVII até a contemporaneidade há uma recusa latente contra essa prática, a partir da construção social que credita à mulher o instinto materno como algo natural, própria da natureza feminina. Logo, qualquer prática que negue este princípio está condenando as mulheres à danação terrena e celeste. “[...] Desgraçadas, finalmente, todas as que "traíram, negligenciaram e abandonaram suas obrigações" conclui o padre Didon” (BADINTER, 1985, p. 129).

Sob o contexto histórico do século XIX, o circo se desenvolvia como uma forma de diversão, principalmente para as camadas populares. Dentro do universo do filme, o sustento e a sobrevivência de Kaspar – um homem que não trabalha, portanto, dispendioso para o estado - sua alimentação, estadia, etc, tornam-se onerosas e este se vê transformado em atração circense. Durante todo o século XIX, e metade do XX, o espetáculo circense, além de outras atrações como palhaços, animais, etc, explorava a imaginação do grande público por meio do bizarro e do incomum, para tal emergiu uma espécie de espetáculo conhecido como *show de horrores*. Entre os anos de 1840 até meados de 1970, os Circos dos Horrores, Show dos Horrores ou *Freakshows*, despertavam muito interesse e representavam grande sucesso e lucro. Os espetáculos consistiam em apresentar pessoas ou mesmo animais que possuíam algum tipo de anomalia, mutação, deformação ou habilidades diferentes. Entre os artistas mais famosos, encontravam-se gêmeos siameses, anões, pessoas obesas e etc. Para Revoir (2011), os circos de horrores prosperaram durante todo o século XIX e parte do século XX, permitindo aos proprietários desses circos se enriquecerem às custas da exploração da miséria alheia, cujas condições patológicas e mutações genéticas variadas os deixavam vulneráveis.

As histórias mirabolantes que eram inventadas para essas “aberrações” despertavam a imaginação do público, garantindo o sucesso de tais espetáculos. Os donos de circos, ou os apresentadores proferiam um discurso de que aquela pessoa alta era um *gigante* do reino

dos gigantes, ou mesmo a patologia explicada como a fusão do humano com algum tipo de animal, como a menina lobo, a mulher camelo, etc. *Para mim, os homens são como lobos*. Essa comparação feita por Kaspar Hauser não acontece por acaso, este animal era particularmente temido; tido como um animal cruel que só causava destruição e desgraças. O lobo permanece no imaginário do homem medieval e moderno como sinônimo de mal agouro, da eminência da fome e da morte. De acordo com Delumeau (1989, p. 73), no âmbito das representações conscientes, “era o animal sanguinário, inimigo dos homens e dos rebanhos, companheiro da fome e da guerra. Assim, era preciso organizar constantemente batidas coletivas para caça-lo”.

Desse modo, ao comparar Kaspar a um animal temido, os homens *civilizados* nada mais evidenciam do que suas faces cruéis. Ao transformar Kaspar e tantos outros indivíduos portadores de deficiência mental ou física, em atração de circo, procuram retirar-lhe a humanidade. O circo do século XIX explora o “show de horrores”, deformidades e doenças posteriormente diagnosticadas pela medicina, mas que antes eram anunciadas como mutações monstruosas.

Além da questão da maternidade, o filme apresenta a imagem da mulher no século XIX. De modo análogo a realidade, o filme mostra a mulher submissa às intempéries masculinas e limitada aos serviços domésticos devido a uma suposta inferioridade intelectual. É emblemática a pergunta de Kaspar à governanta da casa em que mora: *para que servem as mulheres?* a governanta, então responde que a função delas é somente a de servir seu patrão.

Nosso personagem também não consegue entender a abstração da fé e as práticas religiosas, a consequência disso são as aulas de cristianismo. Quando advertido se já tinha alguma noção de Deus, Kaspar responde que *no cativeiro eu não pensava em nada e não consigo imaginar que Deus do nada criou tudo, como vocês me disseram*. Prontamente é repellido, pois Kaspar, assim como toda a humanidade, deve admitir o mistério da fé sem procurar entender.

### **Considerações finais**

Há uma dificuldade perene que possibilite nosso personagem de se adequar em uma sociedade por si própria excludente, onde não há espaço para a sensibilidade tampouco para exteriorização de sentimentos. Kaspar representa o olhar do outro, numa tentativa de buscar

encaixar-se em um universo caótico, confuso, desequilibrado. Os problemas surgem a partir do momento em que Kaspar questiona os valores daquela sociedade, tais como o cristianismo, a posição da mulher, o saber sistematizado contrário ao saber cotidiano, as convenções etc.

Kaspar somente pode ser considerado humano quando consegue comunicar com os demais membros da sociedade, mas a partir daí, tem início o processo de seu atrofiamento para encaixa-lo na sociedade *civilizada*. Mas, ao se deparar com a crueldade do mundo exterior, Kaspar conclui que é preferível a vida no cativeiro a sobreviver do lado de fora, preferindo desse modo, negar a *normalidade* e retornar à reclusão, não está preparado para viver cercado de medo e ódio. Há convenções e ritos que Kaspar não entende e por isso sente vontade de manter-se isolado, longe da superficialidade das relações humanas que lhe são impostas. Imerso em seu mundo particular, se sente livre, pois desconhece as grades e os obstáculos que a engrenagem social lhe inflige.

Minha aparição neste mundo foi um golpe duro – As pessoas não estão preparadas para lidar com o diferente, preferem permanecer na conformidade a ver seus valores questionados. Essa frase dita por Kaspar expressa os conflitos e as contradições do indivíduo submetido à sociedade de classes que recusa todo o conhecimento não utilitarista, voltado para outras práticas que não aquelas definidas pela lógica do mercado. Desta feita, podemos concluir que o *enigma* existente no título do filme não diz respeito ao mistério envolvendo a origem de Kaspar Hauser, mas sim, ao papel deste indivíduo, cuja inserção na sociedade *civilizada*, provocou tantos abalos. Suas indagações e seus questionamentos permanecem na alma do povo de Nuremberg com o propósito de incitar valores jamais pensados por eles, daí a conveniente simples conformidade: *Enigma? Não! O caso Kaspar Hauser está devidamente arquivado e engavetado, e se depender de nós mesmos, permanecerá assim.* Buscam dessa forma, não pensar e, portanto, não discutir seus próprios valores.

### Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 13ª ed. Editora: Hucitec, São Paulo, 2009.

BADINTER, E. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 8.ª Edição, Rio de Janeiro. Editora: Bertrand, 1989.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e Imagens do Povo*. Ed: Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. *O que é cinema*. (Coleção primeiros passos). Editora: Brasiliense, São Paulo, 2004.

COSTA, Antônio. *Compreender o Cinema*. (tradução: Nilson Moulin Louzada). 2º edição. Editora: Globo, São Paulo, 1989.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. (tradução: Estela dos Santos Abreu). Editora: Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada*. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

FERRO, M. *Cinema e História*. 2º edição. São Paulo, ed: Paz e Terra, 2010.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JOLY, M. *Introdução à análise da Imagem*. Campinas: Editora Papyrus, 1996.

KÜRTEEN, J. *Novo Cinema Alemão comemora 50 anos*. In: DW. 06/03/2012. Disponível: <http://www.dw.de/novo-cinema-alem%C3%A3o-comemora-50-anos/a-15787565>  
Acessado em: 23/12/2013.

MARCONDES, D. *Textos básicos de linguagem – de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

NAPOLITANO, M. *A História depois do papel*. In: PINKS, Carla. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.

NOVA, Cristiane. *O cinema e o conhecimento da História*. em [https://www.academia.edu/300773/O\\_Cinema\\_Eo\\_Conhecimento\\_Da\\_Hist%C3%B3ria](https://www.academia.edu/300773/O_Cinema_Eo_Conhecimento_Da_Hist%C3%B3ria)  
Acesso em: 19/03/2018.

PETTER, M. *Linguagem, língua, linguística*. In: *Introdução à Linguística*. José Luiz Florin (org). São Paulo: Contexto, 2002.

REVOIR, A. *Circo dos Horrores: Anita, a Boneca Viva*. In: *Diários Anacrônicos*. Postado Por Mme. Mean, quinta-feira, novembro 24, 2011. Disponível em: <http://diariosanacronicos.com/blog/circo-dos-horrores-anitaa-boneca-viva/>. Acessado em 20/12/2013.

TURNER, G. *Cinema como Prática Social*. São Paulo. Editora: Summus, 1997.

VIANA, Nildo. *Materialismo Histórico e História do Cinema*. *História Revista*, Goiânia, UFG, v. 11, n. 2, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília. Editora: Thesaurus, 2007.

## A Noção de Sexualidade em Freud e Lacan: dessemelhanças

Alvinan Magno Lopes Catão\*

### Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a noção de sexualidade em Freud e Lacan, tomando o conceito de pulsão como referência. Segundo Roudinesco e Plon (1988), esse conceito, juntamente com o apoio, a bissexualidade e a libido, permite representá-la dentro da doutrina psicanalítica. Ao longo do artigo, buscar-se-á uma relação entre o conceito de pulsão em Freud e Lacan, traçando suas dessemelhanças nocionais para melhor compreensão do que se entende como sexualidade em psicanálise.

A noção de sexualidade constitui o alicerce, onde se assenta todo o edifício freudiano, pelo qual Lacan também se orienta em seu "retorno a Freud"<sup>1</sup>. Segundo Roudinesco e Plon (1988), Freud foi o único teórico de sua época a inventar uma nova conceituação para o fenômeno da sexualidade, buscando traduzir, nomear ou até mesmo construir uma prova sobre a mesma.

A elaboração dessa nova conceituação surge a partir de sua experiência clínica e de seus estudos sobre a histeria, pautados na escuta do indivíduo. Esses fatos levaram Freud a romper com a tradição teórica e epistemológica da sexologia, ciência biológica e natural do século XIX que estudava o comportamento sexual (ROUDINESCO; PLON, 1998). Nesse sentido, vale dizer que: “a grande contribuição freudiana foi ter inscrito a sexualidade como elemento constitutivo do existir humano, operando não apenas pelo viés biológico da reprodução, mas no campo pulsional” (VALENÇA, 2003, p. 25).

Para a compreensão da noção de sexualidade em Freud e Lacan e suas dessemelhanças, faz-se necessário compreender e diferenciar o entendimento de ambos sobre o conceito de pulsão, uma vez que esse conceito é um dos pilares para a teoria da sexualidade, implícita no conhecimento e na prática psicanalítica. Nos tópicos a seguir, procurar-se-á apresentar o significado desse conceito em Freud e sua reelaboração em Lacan.

---

\* Graduado em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Anápolis. Especialista em Didática e Metodologia pela mesma instituição. Especialista em Filosofia Clínica pela Faculdade Católica de Anápolis. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Atua como psicólogo clínico de base psicanalítica no Consciência – Consultório de Atendimento Psicoterápico.

<sup>1</sup> Na história da psicanálise, atribui-se “retorno a Freud” à leitura realizada por Lacan dos textos freudianos. Nesse signo está inscrito o seu julgamento de que os psicanalistas de sua época haviam perdido o sentido original dos textos de Freud. Caberia, então, realizar o retorno que questionaria sob quais condições a psicanálise seria possível (Roudinesco; Plon, 1998).



Nesse sentido, pretende-se criar condições teóricas para problematizar as relações entre os dois autores no que se refere ao conceito de pulsão e suas noções de sexualidade.

### **O Conceito de Pulsão em Freud: Origem, Desenvolvimento e sua Interpretação em Lacan**

Na obra freudiana, o conceito de pulsão<sup>2</sup>, de acordo com Gomes (2001), tem o seu primeiro esboço no “Projeto para uma psicologia científica” de 1895, não sendo em 1905 em os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” como afirmam alguns autores, dentre os quais Laplanche e Pontalis. Segundo Gomes (2001, p. 251), no Projeto, Freud:

[...] propõe a ideia de que o sistema psi está exposto a quantidades de excitação provenientes do interior do corpo (os estímulos endógenos) “e nisto se encontra a mola pulsional [Triebfeder] do mecanismo psíquico”. A vontade (“Wille”), diz ele, é “o derivado das pulsões [Triebe]”.

Mais tarde, em seu texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, obra dedicada às aberrações sexuais, publicada em 1905, Freud (1996), no intuito de explicar o funcionamento da sexualidade humana, inicia o desenvolvimento teórico do conceito de pulsão. É por meio dessa conceituação inicial sobre pulsão que ele descreve os “desvios em relação ao objeto sexual”. Estes “desvios” incluem a “inversão”, os “imatuross sexuais” e “animais tomados como objetos sexuais”. A partir dessa terminologia, Freud (1996) designa três formas de comportamentos sexuais, consideradas “taras” pelos médicos do fim do século XIX. São essas: a homossexualidade, a pedofilia e a zoofilia.

Ainda no que compete ao conceito de pulsão nos Três ensaios, Freud (1996, p. 159) expõe que a pulsão sexual é contingente, sendo seus alvos diversos e variados. Ele supõe que esta pulsão surge dos órgãos somáticos nas denominadas “zonas erógenas”, que caracterizam um tipo específico de excitação. “Tal órgão deve ser aqui denominado de ‘zona erógena’: órgão cuja excitação confere à pulsão um caráter sexual”. No texto, Freud (1996) entende que a pulsão sexual se integra de várias pulsões parciais que se diferenciam por suas fontes e alvos. O entendimento de Freud (1996) da parcialidade das pulsões opera por uma abordagem desenvolvimentista onde há convergência e confluência genital. Essa abordagem

---

<sup>2</sup> De acordo com Roudinesco e Plon (1998), o termo equivalente “pulsão”, tradução do alemão “Trieb”, foi escolhido para evitar a confusão com “instinto” e “tendência”, já que tais significados também são possíveis. Esses autores pontuam que essa opção de tradução corresponde ao sentido atribuído por Freud que buscou representar a especificidade do psiquismo humano, deixando o termo “Instinkt” para qualificar os comportamentos animais. Gomes (2001) destaca que as poucas vezes que Freud utilizou esse último em sua obra, foi para se referir a um conhecimento ou significado inato dado pela hereditariedade em oposição a um conhecimento ou significado dado pela experiência individual.

compreende as pulsões dirigidas ao corpo biológico. Dentre essas pulsões parciais, o autor descreve as pulsões oral, anal, fálica, a pulsão de ver e a pulsão sádica. A respeito destas pulsões parciais e sua relação com as zonas erógenas, conceituou Freud (1996):

[...] Na neurose obsessiva, o que mais se destaca é a significação dos impulsos que criam novos alvos sexuais e parecem independentes das zonas erógenas. Não obstante, na escopofilia e no exibicionismo o olho corresponde a uma zona erógena; no caso da dor e da crueldade como componentes da pulsão sexual, é a pele que assume esse mesmo papel – a pele, que em determinadas partes do corpo diferenciou-se nos órgãos sensoriais e se trasmudou em mucosa, sendo assim a zona erógena [...] (FREUD, 1996, p. 160).

Nessa explicitação, Freud (1996) apresenta a operação das diferentes pulsões parciais de acordo com as psicopatologias correspondentes. Dentre as quais se situam a escopofilia e o exibicionismo, relacionadas à pulsão de ver, e o sadismo e o masoquismo, com seus componentes sexuais, dor e crueldade, que estão relacionados à pulsão sádica. É importante perceber a parcialidade da pulsão nas diferentes psicopatologias, que envolvem a excitação de determinado órgão (olho e pele), ou seja, da zona erógena correspondente.

Sobre o conteúdo dos Três ensaios e sua relação com o conceito de pulsão, escreveu Lacan (1988a, p.167):

Desde os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Freud pôde colocar a sexualidade como essencialmente polimorfa, aberrante. O encanto de uma pretensa inocência infantil foi rompido. Essa sexualidade, por se impor tão cedo, eu quase diria cedo demais, nos fez passar depressa demais pelo exame do que ela representa em sua essência. É, a saber, que em relação à instância da sexualidade, todos os sujeitos estão em igualdade, desde a criança até o adulto - que eles só têm a ver com aquilo que, da sexualidade, passa para as redes da constituição subjetiva, para as redes do significante<sup>3</sup> - que a sexualidade só se realiza pela operação das pulsões, no que elas são parciais, parciais em relação à finalidade biológica da sexualidade.

A interpretação de Lacan insere o conceito de significante, próprio do estruturalismo<sup>4</sup>, oriundo de sua época. Ao realizar tal leitura, Lacan cria um novo fundamento com sua atividade interpretativa, o que se expressa na concepção de pulsão e sexualidade: ambas são integradas ao viés do significante e sua lógica estruturalista. Essa interpretação vai muito mais ao sentido de transformar/deformar o texto original numa

---

<sup>3</sup> Segundo Zizek (2010, p. 46), “significante é um termo técnico, cunhado por Saussure, que Lacan usa de modo muito preciso: não é simplesmente o aspecto material de um signo (contraposição a significado, seu sentido), mas um traço, uma marca, que representa o sujeito”. O autor o explica da seguinte forma tal termo: “sou através de significantes que me representam, significantes constituem minha identidade simbólica”.

<sup>4</sup> Estruturalismo é uma corrente de pensamento das ciências humanas que se inspirou na teoria da linguística de Ferdinand Saussure (1857-1913). Essa teoria entende a realidade como um conjunto de relações, dando prioridade para a língua em uma perspectiva internalista (VANDENBOS, 2010).

perspectiva internalista, do que situá-lo numa perspectiva epistemológica, histórica e social, buscando entender o texto a partir das reais concepções do autor lido, ou seja, a partir da sua situação e problemática de época.

Ainda no que tange à interpretação de Lacan dos Três ensaios, percebe-se que as pulsões são entendidas como parciais em relação à finalidade biológica da sexualidade, o que pressupõe que o autor reconhece que a finalidade biológica ou integral da sexualidade é a reprodução. No entanto, para Lacan essa sexualidade humana só se realiza pela operação de pulsões parciais, necessitando da noção das redes do significante e do sujeito para existir, ou seja, para ser concebida. Essa concepção desassemelha-se do entendimento desenvolvimentista de pulsão parcial de Freud, que a localiza em um corpo biológico e explica seu surgimento relacionado aos órgãos somáticos.

### **A Primeira Teoria Freudiana das Pulsões**

Apesar do conceito de pulsão ter origem teórica anterior, é somente no texto “Pulsões e o destino da pulsão” de 1915 — texto no qual Lacan se debruça em seu Seminário 11 — que Freud (2004) desenvolve a sua primeira teoria sistemática das pulsões, tal como evidenciou Gomes (2001). Nesse trabalho, Freud (2004a, p. 148) esboçou a seguinte conceituação sobre o tema:

Se abordarmos agora a vida psíquica do ponto de vista biológico, a “pulsão” nos aparecerá como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que provém do interior do corpo e alcançam a psique, como uma medida da exigência do trabalho do corpo imposta ao psíquico.

Nesse entendimento, percebe-se a influência da biologia na conceituação da pulsão, já que é do ponto de vista da lógica desta ciência que é formulada tal concepção, relacionando o somático (corpo biológico) com o psíquico (mente). Mais a frente nesse trabalho, Freud (2004a, p. 151) novamente recorre à biologia para distinguir e classificar as pulsões, entendendo as dificuldades de obtenção de dados e indicações decisivas na análise do material psicológico:

[...] A biologia ensina que a sexualidade não pode ser equiparada às outras funções do indivíduo, pois suas tendências vão além dele e têm por conteúdo a produção de novos indivíduos, portanto, a conservação da espécie. Além disso, a biologia nos mostra que duas concepções a respeito da relação entre o Eu e a sexualidade coexistem lado a lado, com igual direito. Uma concepção reza que o indivíduo é o elemento principal e a sexualidade, uma de suas atividades, e que a satisfação sexual é uma das necessidades [Bedürfnisse] do indivíduo. A outra concepção afirma que o indivíduo é um apêndice temporário e transitório do plasma germinal — quase imortal — que lhe é confinado de geração a geração [...].

Como se percebe nessa suposição, Freud, pegando emprestado o conhecimento da biologia de sua época, concebe a sexualidade relacionada à conservação da espécie, sendo essa sua finalidade última. Ele esboça duas concepções biológicas que coexistiriam, lado a lado, com igual direito, ou seja, sem gerar contradição. Ambas consideram o indivíduo. A primeira concepção valoriza o indivíduo como elemento principal, sendo a sexualidade uma das suas atividades, cuja satisfação é uma necessidade. A segunda considera o indivíduo como transição do plasma germinal, que passa de geração em geração. Nessa concepção, a sexualidade está no cerne do processo biológico, ou seja, enquanto continuidade da vida ou conservação da espécie. Além do texto “Pulsões e destino da Pulsão” de 1915, esse entendimento aparece no texto “Além do princípio do prazer” de 1920 (FREUD, 1996; FREUD, 2006). O que evidencia a conservação de uma concepção biologista de sexualidade em Freud.

É por meio dessa concepção, que Freud (2004a) classifica as pulsões originais em dois grupos: as pulsões sexuais e as pulsões do Eu. Em sua compreensão, as pulsões sexuais têm origem em múltiplas fontes orgânicas e sua meta é obter o prazer do órgão, mas tornam-se funções sexuais propriamente ditas quando entram a serviço da função da reprodução. Freud (2004a) entende que as pulsões do Eu têm a finalidade de autoconservação, ficando a serviço do desenvolvimento psíquico, determinado pelo princípio da realidade. Já as pulsões sexuais encontram-se ao domínio do princípio do prazer. Conforme o autor, as pulsões sexuais podem ter quatro destinos: a inversão, a reversão contra a própria pessoa, a sublimação e o recalque. Nesse artigo, ele aborda os dois primeiros, deixando de lado a sublimação. Na sequência, Freud (2004b) escreveu outro sobre o tema, “O recalque” de 1915, onde coloca o conceito de “recalque” como uma das pedras angulares da psicanálise.

É importante situar no texto “Pulsões e destino da pulsão”, o conceito de apoio que é esboçado no intuito de apresentar as relações existentes entre pulsões do Eu (ou de autoconservação) e pulsões sexuais. Ao teorizar sobre as pulsões sexuais, Freud (2004a, p. 151) escreve:

Em sua primeira manifestação, ainda se veiculam apoiadas nas pulsões de autoconservação, das quais só se separam pouco a pouco. O mesmo ocorre com a busca do objeto, atividade para a qual se servem das trilhas que as pulsões do Eu lhes deixaram indicadas. Uma parte das pulsões sexuais permanece por toda vida abrigada nas pulsões do Eu, emprestando-lhes componentes libidinais que passam despercebidos durante o funcionamento normal das pulsões do Eu, e só revelam de modo inequívoco quando do adocimento.

Nesse trecho é possível perceber que Freud entende por apoio a vinculação entre pulsões sexuais e pulsões de autopreservação. Esta permanece por toda a vida. Um exemplo dessa relação encontra-se no ato de comer: a pessoa ingere o alimento no intuito de saciar a pulsão alimentar (autoconservação); no entanto essa está igualmente apoiada na pulsão sexual, cujo alvo é a obtenção de prazer oral. No adoecimento, ou seja, na psicopatologia, essa relação se torna mais visível. A partir da análise da primeira teoria freudiana das pulsões é possível perceber que o biológico e o psicológico são indissociáveis.

### **A Interpretação Lacaniana Da Primeira Teoria das Pulsões**

Em seu seminário 11, Lacan (1988a) expõe sua leitura e interpretação do artigo “Pulsões e destino da pulsão” de Freud. Ele concluiu que todo esse artigo foi feito para “mostrar que em relação à finalidade biológica da sexualidade, isto é a reprodução, as pulsões, tais como elas se apresentam no processo da realidade psíquica, são pulsões parciais” (LACAN, 1988a, p. 166). Com essa interpretação, Lacan procura isolar a elaboração freudiana de suas bases biológicas, insistindo no caráter de movimento da pulsão e distinguindo-a das concepções funcionais. Nesse sentido, ele transforma/deforma o sentido freudiano no qual o biológico é um componente necessário. Para Lacan (1988a), a pulsão é uma montagem, mediante a qual a sexualidade participa da vida psíquica, conformando-se a hiância do inconsciente. O autor entende que a mesma é caracterizada pela descontinuidade e pela ausência de uma lógica racional.

Participante da vida psíquica pela pulsão, a sexualidade, para Lacan (1988a), representa o intervalo entre duas extremidades: o recalcado primordial e a interpretação. Ele considera o recalcado primordial como um andaime de significantes, que edifica por cima para constituir o sintoma, sendo a interpretação o próprio desejo.

Para Lacan (1998b, p. 142), a realidade do inconsciente é a realidade da sexualidade. Sobre o inconsciente vale ressaltar que, para o autor, “são os efeitos da fala sobre o sujeito, é a dimensão em que o sujeito se determina no desenvolvimento da fala, em consequência do que, o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Partindo do princípio de que a realidade do inconsciente é a realidade da sexualidade, e de que esse é estruturado em linguagem, vale ressaltar, conclusivamente, que a realidade da sexualidade também é estruturada em linguagem. É por meio da sexualidade, estruturada em linguagem, isolada

das bases biológicas freudianas, que participa da vida psíquica por meio de pulsões parciais, que é possível falar do sujeito em Lacan.

Dentro da primeira teoria das pulsões, Freud (2004a, p. 148), entende que a pulsão ou o estímulo pulsional não provém do mundo externo, mas do próprio interior do organismo, agindo como uma força constante e tornando-se uma necessidade que só se suspende com a satisfação. “A meta de uma pulsão é sempre a satisfação, que só pode ser obtida quando o estado da estimulação presente na fonte pulsional é suspenso”. É justamente aí que está a diferença entre estímulo externo e estímulo pulsional. Do primeiro, o organismo pode se esquivar ou fugir, o que não acontece no segundo, devido à constância do impulso. Sobre essa constância, interpretou Lacan:

A constância do impulso proíbe qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual tem sempre um ritmo. A primeira coisa que diz Freud da pulsão é, se posso me exprimir assim, que ela não tem dia nem noite não tem primavera nem outono, que ela não tem subida nem descida. É uma força constante. (LACAN, 1988c, p. 157).

Nesse trecho, Lacan concebe a pulsão como uma força constante que opera dinamicamente no ser humano, controlando sua atividade. Ao mesmo tempo, o autor, em sua operação interpretativa, procura, tal como antes, retirar as bases biológicas da pulsão que, nos demais seres vivos, possui um ritmo particular. Essa concepção parte da noção de que existe um ritmo na sexualidade dos animais que só opera instintivamente na época do acasalamento, não a separando de seus fins reprodutivos. Nesse sentido, em tal concepção existe o entendimento de que a sexualidade humana não possui um ritmo determinado como a sexualidade dos animais, apesar de também estar intimamente ligada à reprodução. Ela se configura no ritmo da linguagem, no ritmo do significante, sendo muito mais complexa, não podendo assim ser reduzida a uma mera sexualidade animalesca.

O alvo da pulsão/instinto animal é o seu fim reprodutivo, a perpetuação da espécie. O seu circuito possui um ritmo cujo retorno é a reprodução, que se realiza de maneira natural. Nesse sentido, vale ressaltar que para Lacan (1998a, p. 169-170), o alvo de uma pulsão parcial (humana) “é sempre o retorno ao circuito”. Em relação à totalidade biológica da pulsão, ele afirma que a pulsão parcial obtém sua satisfação sem atingir o alvo. Com essa interpretação transformadora/deformadora do sentido freudiano, Lacan esboça uma nova conceituação sobre pulsão, produzindo condições para outro entendimento da sexualidade humana que se constitui na e pela língua, uma das características determinantes na diferenciação entre a espécie humana e a animal.



É pela introdução do conceito de significante, pela introdução do Outro, que essa sexualidade (inconsciente) pode se estruturar enquanto simbólico, ou seja, enquanto linguagem. Nesse sentido, vale ressaltar que para Lacan (1988d, p. 178) o sujeito se realiza sempre no Outro pelo efeito de fala:

[...] mas ele aí já não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele só achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala. O efeito de linguagem está o tempo todo misturado com o fato, que é o fundo da experiência analítica, de que o sujeito só é sujeito por ser assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro.

A introdução do Outro, enquanto categoria conceitual analítica, representa um dos pontos-chaves para o entendimento da noção de sexualidade em Lacan. É por meio do desejo, da sexualidade do Outro, expressa na fala, que o sujeito pode se constituir enquanto sujeito. Entretanto essa sexualidade, manifestada em linguagem (metonímia da fala), constitui um sujeito dividido: de um lado a metade que é “si mesmo” e de outro, uma metade que é o Outro. É dessa divisão entre o que o sujeito deseja (o que ele é) e o que os outros desejam dele que caracteriza, segundo Žižek (2010, p. 48), “a problemática da histeria”. Segundo o mesmo autor, essa divisão revela uma fórmula de Lacan, segundo a qual “o desejo do homem é o desejo do outro”. Nesse sentido, “para Lacan o impasse fundamental do desejo humano é que ele é desejo do outro, tanto no genitivo subjetivo como no objetivo: desejo pelo outro, desejo de ser desejado pelo outro, especialmente, desejo pelo que o outro deseja” (ŽIŽEK, 2010, p. 48).

O entendimento de Lacan, ao inserir a noção de “desejo do outro” e “significante” reinterpretava o conceito de pulsão e a noção de sexualidade em psicanálise, elevando esta para além do indivíduo intrapsíquico freudiano - que permanece vinculado à biologia - propondo um sujeito intersíquico, que só se constitui pelo assujeitamento ao campo do Outro, ou seja, pela sexualidade do Outro. Essa nova contribuição foi possível não por um entendimento do real significado do texto freudiano, no sentido de superação das concepções freudianas, mas por um entendimento particular de Lacan sobre aquilo que Freud escreveu. Essa contribuição consistiu em sacrificar as bases biológicas, muito caras para Freud e necessárias para a conceituação da pulsão e para o desenvolvimento de sua teoria naturalista da sexualidade. Essa questão fica mais evidente na interpretação lacaniana da segunda teoria freudiana das pulsões.

## A Segunda Teoria Freudiana Das Pulsões

Como constatado nos tópicos anteriores, na primeira teoria freudiana das pulsões, as bases biológicas constituem um importante aspecto da pulsão: trata-se de um conceito-limite entre o somático e o psíquico. Com esse conceito-limite, Freud mantém uma relação de sua abordagem com a biologia, o que reflete na sua concepção de sexualidade. Essa relação se conserva em sua obra e pode ser entendida como “psicobiologia”.

Apesar de sofrer uma reestruturação conceitual, o legado psicobiológico freudiano permanece na segunda teoria das pulsões, esboçada em “Além do princípio de prazer”, texto de 1920 (GOMES, 2001). Nesse texto, Freud (2006, p. 160) apresenta uma nova concepção teórica, incluindo o conceito de compulsão à repetição<sup>5</sup>, entendendo a pulsão como:

[...] uma força impelente [Drang] interna ao organismo vivo que visa a restabelecer um estado anterior que o ser vivo precisou abandonar devido à influência de forças perturbadoras externas. Trata-se, portanto, de uma espécie de elasticidade orgânica, ou, se preferirmos, da manifestação da inércia na vida orgânica.

Aqui é possível perceber que Freud generaliza o conceito de pulsão para além da vida psíquica humana que se encontrava representada na primeira teoria das pulsões. Nesse trabalho, ele busca estender a pulsão para toda vida orgânica presente nos animais, nas plantas e nos organismos unicelulares.

Nessa perspectiva, Freud (2006) insere dois conceitos: pulsão de vida e pulsão de morte. O autor concebe a pulsão de vida como a tendência à formação de unidades maiores, à aproximação e à unificação entre as partes dos seres vivos. Na linha contrária, a pulsão de morte é concebida como tendência à separação, à destruição, e, sinteticamente, como retorno ao estado inorgânico. A respeito da pulsão e sua relação com os organismos, escreveu Freud (2006, p. 164):

É como se houvesse um ritmo alternante na vida dos organismos: um grupo de pulsões precipita-se à frente, a fim de alcançar o mais breve possível o objetivo final da vida; o outro grupo, após chegar a um determinado trecho desse caminho, apressa-se a voltar para trás, a fim de retomar esse mesmo percurso a partir de um certo ponto e assim prolongar a duração do trajeto.

Aqui a pulsão não é mais só a exigência de trabalho feita pelo somático ao aparelho psíquico, mas representa tendências que estão presentes em todos os seres vivos. Nesse

---

<sup>5</sup> Freud (2006) desenvolveu esse conceito em “Além do princípio de prazer”. No entanto, de acordo com Roudinesco e Plon (1998, p. 656) o autor: “relacionou desde muito cedo as ideias de compulsão (Zwang) e repetição (Wiederholung) para dar conta de um processo inconsciente e, como tal, impossível de dominar que obriga o sujeito a reproduzir sequências (atos, ideias, pensamentos ou sonhos) que, em sua origem, foram geradoras de sofrimento, que conservam esse caráter doloroso”. A compulsão à repetição provém do campo das pulsões, possuindo um caráter conservador de insistência (ROUDINESCO; PLON, 1998).

sentido, Freud (2006) concebe as pulsões - que anteriormente eram manifestações da vida psíquica, tal como expresso na primeira teoria das pulsões - como resultado ou efeito da ação confluyente ou antagonica destas duas tendências que emanam do nível biológico.

Diferente da primeira teoria das pulsões, onde a biologia é convocada de modo a produzir os pressupostos teóricos para o esboço do conceito de pulsão, no qual a delimitação era o humano, na segunda teoria essa assume toda elaboração teórica, sendo a base integral. Nessa, as pulsões de vida e de morte expressam a plena naturalização do conhecimento psicanalítico freudiano, o que significa uma maior imersão nas teorias biologistas dominantes de sua época. Nessa teoria, não há mais um reducionismo<sup>6</sup> à sexualidade humana, mas o reducionismo agora opera, ao que tudo indica, em direção à própria natureza, sendo a sexualidade, concebida por um viés naturalista integral, que opera em uma dinâmica de criação e destruição, dinâmica essa que está presente em todos os seres vivos.

### **A Interpretação Lacaniana da Segunda Teoria das Pulsões**

No que compete à segunda teoria das pulsões, a leitura/interpretação de Lacan, tal como na primeira, também vai ao sentido de transformar/deformar o entendimento naturalista de Freud. Nessa leitura, Lacan (1997) não concebe o dualismo pulsional (vida e morte), tal como conceituado por Freud (2006), toma apenas a pulsão de morte, que vem a representar aspectos tanto da pulsão de vida como da pulsão de morte. Essa interpretação é realizada pelo viés de noções próprias das teorias linguísticas estruturalistas.

Lacan (2008) concebe a pulsão sexual articulada ao nível de significações no inconsciente, a dimensão do significante que se apresenta a morte. Busca explicar a afinidade de toda pulsão com a zona de morte, que, em seu entendimento, presentificaria a sexualidade no inconsciente, representando a morte em essência (ALMEIDA, 2016; LACAN, 2008). Segundo Lacan (2008), essa pulsão estaria além de toda a lei, de maneira a governar a relação do sujeito como o mundo e com a realidade. O autor entende que a pulsão parcial é, por fundamento, pulsão de morte, “representando em si mesma a parte da morte no vivo sexuado” (LACAN, 2008, p. 2001).

---

<sup>6</sup> A respeito da operação epistemológica Freud, é importante contextualizar que, de acordo com Assoun (1983), o estatuto epistêmico de ciência do psiquismo em Freud é, desde o início, reducionista. Segundo o autor, é esse reducionismo que funda o chamado monismo epistemológico. Esse que concebe apenas o modelo de “ciência da natureza” como única possibilidade, não expressando relação dual de semelhanças ou oposição com a ciência do espírito. Essa concepção se deve, também, ao contato de Freud com os anátomo-fisiologistas, ou seja, importantes médicos e/ou biólogos de sua época que estudavam anatomia e fisiologia (ASSOUN, 1983).

É importante destacar, tal como constatou Almeida (2016, p. 85), que em Lacan existe uma leitura monista da segunda teoria das pulsões. Nessa leitura, “não há oposição ou um conflito de interesses como expressos na descrição da teoria pulsional freudiana”. Outro aspecto da conceituação de Lacan (2008, p. 174) da pulsão de morte diz respeito à relação entre sexo e morte. O autor entende que o sexo representa a perpetuação e a morte o fim da vida. Nessa concepção a pulsão, “parcialmente, refere-se a curva da terminação da sexualidade no ser vivo. Como espantar-se que seu último termo seja a morte? Pois que a presença do sexo está ligada a morte”.

A partir da análise da leitura e interpretação de Lacan da segunda teoria das pulsões é possível evidenciar mais dessemelhanças. Se em Freud existe a orientação por uma perspectiva naturalista, procurando generalizar o conceito de pulsão para todos os seres vivos, na qual a sexualidade humana é entendida com parte da própria natureza, em Lacan percebe-se uma insistência em uma sexualidade propriamente humana, que opera pela linguagem, sendo a pulsão parcial entendida como pulsão de morte que se aplica no vivo humano. Aqui é possível constatar mais uma transformação/deformação estruturalista da sexualidade em Freud, realizada por Lacan, que faz desaparecer seu sentido naturalista. Em Lacan, é possível perceber um reducionismo à linguagem, na qual a sexualidade é parte dela. Em Freud, o entendimento da sexualidade, desde os seus primeiros trabalhos, passando pela teoria das pulsões e outros trabalhos, permanece ligado à biologia e/ou às concepções naturalistas de sua época.

### **Da Relação das Bases Biológicas Com as Teorias de Freud e Lacan: Influências**

A partir do que foi estudado, cabe contextualizar que Freud, com base no desenvolvimento de sua teoria, não chega a considerar ou problematizar outro modelo de ciência que não fosse o de ciência natural. A operação epistemológica, em toda sua obra, é realizada a partir desse modelo. Como se não houvesse outro, o que pode ser chamado de monismo epistemológico (ASSOUN, 1983; SIMANKE, 2009). De acordo com Assoun (1983), para Freud a psicanálise não constitui um intermediário na encruzilhada entre a esfera das ciências do espírito e a das ciências naturais, mas ela se encontra inteiramente, por essência, tendendo do lado da natureza. Vale aqui destacar que essa concepção e/ou modelo de ciência de Freud tem uma de suas influências no naturalismo evolucionista de Charles Darwin (1809-1882). De acordo com Roudinesco e Plon (1988), Freud, inspirado

pelo modelo darwinista, quis incluir a psicanálise entre as ciências naturais, ou pelo menos lhe conferir um estatuto de ciência dita “natural”.

Esse fato é perfeitamente entendível já que o contexto científico europeu do início do século XX foi marcado por acaloradas discussões a respeito da cientificidade da psicologia, sendo o darwinismo uma vertente dominante. Segundo Schultz e Schultz (2005), Freud, ao fim da vida, chegou a afirmar que o estudo da teoria da evolução de Darwin foi parte fundamental do programa de formação de psicanalistas. Esses autores ainda destacam que o modelo naturalista de Charles Darwin já tinha discutido algumas noções, consideradas centrais pela psicanálise, tais como: os conflitos e processos inconscientes; o significado dos sonhos; o simbolismo oculto de alguns comportamentos; a importância do impulso sexual; o desenvolvimento infantil.

A influência do darwinismo, a concepção de uma sexualidade naturalista que engloba o indivíduo humano e o desejo de Freud de conferir o título de ciência natural ao seu sistema psicológico, são algumas das condições que estão, possivelmente, ligadas à sua resistência e ao seu afastamento da filosofia. Assim como ponderou Mezan (2011), Freud encarava com desprezo a filosofia e os filósofos, satirizando a pretensão do saber absoluto, o dogmatismo, e a indiferença que, em sua maneira de pensar, são marcas registradas da filosofia. Segundo o mesmo autor, Freud alude à idiosincrasia dos filósofos, tratando-os como uma elite reduzida, sem qualquer influência sobre a maioria dos homens, embora eles consigam - com facilidade - transformar uma resistência interna em uma contradição lógica. O desprezo de Freud pela filosofia, possivelmente, resultante de uma concepção naturalista e monista de ciência, não se configura como parte do pensamento e da obra de Lacan, representando uma dessemelhança.

Segundo Roudinesco e Plon (1988), Lacan foi o único a dar à obra freudiana uma estrutura filosófica, tirando-a de seu ancoramento biológico. Os autores afirmam que o paradoxo dessa interpretação inovadora é que ela reintroduziu na psicanálise o pensamento filosófico alemão, do qual Freud tinha se afastado voluntariamente. Ao realizar sua releitura de Freud em 1950, Lacan não abandona a leitura e a prática filosófica. Ele a integra à teoria e à prática psicanalítica.

Esta releitura é ancorada, principalmente, na filosofia hermenêutico-ontológica de Martin Heidegger (1889-1976), na linguística filosófica de Ferdinand de Saussure (1857-1913) e na antropologia de Claude Levi-Strauss (1908-2009). Conforme Roudinesco e Plon

(1998), da filosofia de Heidegger Lacan abstraiu o questionamento infinito sobre o estatuto da verdade, do ser (Dasein) e de seu desvelamento; da linguística de Saussure, ele abstraiu sua concepção do significante, e de um inconsciente organizado em linguagem; da antropologia de Levi Strauss, ele abstraiu a noção de simbólico, que iria configurar uma nova tópica: simbólico, real e imaginário.

Ao interpretar o texto freudiano, Lacan evoca a filosofia, desprezada pelos psicanalistas de sua época, dando à sexualidade uma nova significação. É por meio das preocupações, questionamentos e concepções filosóficas que Lacan, possivelmente, desenvolve meios intelectuais para afastar e justificar o afastamento das bases biológicas da psicanálise, entendendo a sexualidade como um processo que, desde o começo, é dependente da linguagem, de suas redes de significantes. É importante aqui ponderar que o afastamento das bases biológicas corresponde a uma transformação/deformação estrutural da epistemologia freudiana. Essa que foi constatada a partir da comparação da noção de sexualidade nos dois autores. Essa transformação/deformação em Lacan é, muitas vezes, afirmada pelo mesmo e também pelos lacanianos como se fosse de Freud. E como apresentado: entre o entendimento de pulsão e de sexualidade de ambos os autores existem notáveis diferenças epistemológicas.

Segundo Zizek (2010), a tese de Lacan é que Freud não estava ciente da noção da fala (linguagem) implicada por sua própria teoria e prática, e que só se pode desenvolver essa noção quando se refere à linguística saussuriana, à teoria dos atos de fala e à dialética hegeliana do reconhecimento. Com base nessa premissa e nas leituras dos textos de Freud, pode-se dizer que o mesmo, realmente, não pôde e não desenvolveu uma teoria da linguagem para compreender/interpretar o fenômeno da sexualidade. A sua relação com a biologia, a sua concepção monista e naturalista de ciência, as problemáticas de sua época foram alguns dos limites para isso.

O que Lacan realizou foi outra leitura, uma releitura mais criativa do que descritivo-analítica. Essa que foi embasada nas problemáticas de sua época, orientadas principalmente pelo estruturalismo, estabelecendo um contato filosófico com a obra freudiana na tentativa de compreendê-la. Ao realizar tal releitura, ele desenvolve uma nova compreensão/interpretação para o fenômeno da sexualidade, lançando sobre esse uma significação que escapa dos domínios do naturalismo (darwinista) e do cientificismo, entrando no terreno da linguística e da filosofia. Essa sexualidade, entendida pelo viés da



linguística, é tecida em seus seminários, representando a expressão criativa de sua “psicanálise filosófica” que através da sua própria “fala” se justifica. Lacan falando apresentou a importância e a efetividade da linguagem falada na constituição da sexualidade do sujeito inconsciente.

Dando um passo a mais em outra direção, sem a intenção de superar o mestre, Lacan recriou a psicanálise freudiana e com essa a noção de sexualidade, o seu alicerce. Afastando o conceito de pulsão das bases biológicas freudianas, e aproximando-a da linguística e da filosofia, Lacan concebeu uma sexualidade estruturada em linguagem. Para ele, a sexualidade, que representa o “intervalo” entre o recalcado primordial e a interpretação, participa da vida psíquica por meio de pulsões parciais e encontra o seu fundamento no campo do Outro, onde a pulsão retoma sempre o circuito. É a partir da sexualidade do Outro, expressa em linguagem, que o sujeito pode, de fato, se tornar sujeito.

A psicanálise de Lacan se centra em cima desse prisma, no sujeito intersíquico que está sempre em impasse com a sua sexualidade, no que compete ao seu próprio desejo e ao desejo do Outro. Este último que não pode, de modo nenhum, oferecer segurança, tal como afirma Zizek (2010) ao pensar Lacan. A concepção lacaniana de sexualidade só foi possível porque houve uma transformação/deformação epistemológica do sentido naturalista freudiano, que tem sua edificação no conceito de pulsão.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho proporcionou um estudo sobre a noção de sexualidade em Freud e Lacan, orientado pelo conceito de pulsão. Devido à sua vastidão teórica, esse assunto não se encerra nesse artigo. O mesmo buscou cumprir o seu papel em problematizar algumas das principais diferenças entre ambos os autores, levando também em consideração algumas correntes teóricas e filosóficas que influenciaram suas concepções.

Em relação às diferenças entre suas noções de sexualidade, vale destacar que em Freud a sexualidade permanece, desde o início, ligada a um legado psicobiológico, sendo a pulsão o viés: em um primeiro momento, representando exclusivamente o ser humano (primeira teoria das pulsões), em um segundo momento representando todos os seres vivos (segunda teoria das pulsões). Em ambas as teorias, a sexualidade é concebida como um fenômeno natural.

Em Lacan, observa-se uma sexualidade que opera exclusivamente por meio da linguagem. Uma sexualidade que, sendo uma realidade inconsciente, se estrutura na língua e atravessa o sujeito desde o seu nascimento por meio de redes de constituição subjetiva, ou seja, de significante. Essa compreensão/interpretação de sexualidade, deslocada das bases biológicas freudianas representa uma importante dessemelhança de Lacan no que comete ao sentido freudiano original. Essa noção de sexualidade foi possível graças a uma transformação/deformação do entendimento de Freud. Para esse último, a noção de sexualidade é originalmente entendida a partir de uma concepção naturalista, que tomava o modelo de ciências naturais como o único.

Na discussão, percebeu-se, que existe em Freud uma concepção biologista de pulsão desde as primeiras aparições do conceito, se conservando na primeira e na segunda teoria das pulsões, mesmo com a sua transformação conceitual. Essa concepção naturalista de sexualidade é formulada a partir de noções teóricas da biologia de sua época, tais como: necessidade/satisfação sexual e conservação da espécie. Apesar de ter operado uma verdadeira revolução conceitual no que compete à sexologia, Freud ainda conserva resíduos da antiga ciência, o que pode ser percebido na sua definição de pulsão. Esses entendimentos psicobiológicos levam-no à concepção de indivíduo intrapsíquico.

Já em Lacan não se observa tal concepção. Ao contrário, percebe-se a concepção de um sujeito interpsíquico, principalmente pela noção de Outro e de sexualidade do Outro. A linguagem, tema central estudado pelo estruturalismo, é introduzida por esse autor como categoria das investigações psicanalíticas. O que se percebe na dita “psicanálise lacaniana” é uma transformação/deformação nocional da sexualidade e do conceito de pulsão, conservando os temas principais da psicanálise freudiana, embora com outro sentido. Lacan faz uma releitura criativa e transformadora/deformadora dos textos de Freud, evocando a filosofia e significando a sexualidade com base nas problemáticas de sua época. No entanto, ao realizar tal construção teórica, perdeu-se o sentido freudiano que, em essência, é naturalista.

### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, H. *A leitura lacaniana do conceito de pulsão*. 91 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação e Psicologia) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ASSOUN, P. L. *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud*, vol. VII, p. 163-195, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Pulsões e destinos da pulsão. In: *Escritos sobre a Psicologia do inconsciente*, vol. 1, p. 133-173, Rio de Janeiro: Imago, 2004a.

FREUD, S. O recalque. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, vol. 1, p. 175-193, Rio de Janeiro: Imago, 2004b.

FREUD, S. Além do princípio de prazer. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, vol. 2, Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GOMES, G. Os dois conceitos freudianos de Trieb. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 17, n° 3, 2001.

LACAN, J. A pulsão parcial e seu circuito. *O Seminário*, Livro, 11, p. 165-176, Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

LACAN, J. A sexualidade nos desfiles do significante. *O Seminário*, Livro, 11, p. 142-152, Rio de Janeiro: Zahar, 1988b.

LACAN, J. Desmontagem da Pulsão. *O Seminário*, livro, 11, p. 153-164, Rio de Janeiro: Zahar, 1988c.

LACAN, J. Do amor à libido. *O seminário*, livro 11, 177-189, Rio de Janeiro: Zahar, 1988d.

LACAN J. A ética da psicanálise. *O Seminário*, livro 6, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACAN, J. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. *O seminário*, livro 11, Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MEZAN, R. *Freud: A trama dos Conceitos*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SCHULTZ, D. P.; Schultz S. E. *História da psicologia moderna*. Tradução da oitava edição norte-americana. Cengage Learning: São Paulo, 2005.

SIMANKE, R. T. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. *Scientle Studia*, v. 7, n. 2, p. 221-35, 2009.

VALENÇA, M. D. C. A. *A feminilidade em Freud e na contemporaneidade: repercussões e impasses*. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2003.

VANDENBOS, G. R. *Dicionário de psicologia da APA*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZIZEK, S. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

## Sociedade Brasileira e Conflitos Sociais<sup>1</sup>

Edmilson Borges\*

A injustiça avança hoje a passo firme  
Os tiranos fazem planos para dez mil anos  
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como  
são  
Nenhuma voz além da dos que mandam  
E em todos os mercados proclama a exploração; isto  
é apenas o começo  
Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem  
Aquilo que nós queremos nunca mais o  
alcançaremos  
Quem ainda está vivo não diga: nunca  
O que é seguro não é seguro  
As coisas não continuarão a ser como são  
Depois de falarem os dominantes  
Falarão os dominados  
Quem pois ousa dizer: nunca  
De quem depende que a opressão prossiga? De nós  
De quem depende que ela acabe? Também de nós  
O que é esmagado que se levante!  
O que está perdido, lute!  
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o  
retenha  
E nunca será: ainda hoje  
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de  
amanhã

*Elogio da dialética (Bertolt Brecht)*

### Introdução

Sendo a violência permanente e recorrente na história do Brasil, um de seus principais agentes é o Estado. O medo impregna as mentes dos trabalhadores, seus corpos lhes têm impresso, no entanto, a história é profícua de exemplos de resistência. Neste texto, faremos um recorte da história do Brasil, situados em exemplos onde a resistência sobressai. A análise buscará suporte em Marx, este observou, descreveu e analisou o Estado capitalista, bem como, a situação dos trabalhadores em seu contexto. A análise de Marx, contrapondo os ideólogos do Estado, observou que é este o *locus* da organização da exploração e opressão, portanto, a superação deste é condição necessária da emancipação dos trabalhadores, condição essa, que muitos especialistas da violência sequer ousam nomear.

---

<sup>1</sup> Este texto foi inspirado numa mesa redonda ocorrida na UEG de Uruaçu/GO, 27 de outubro de 2017, por ocasião do XIII CICLOS DE DEBATES.

\* Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. Mestre e doutorando no Programa de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Se entendermos a narrativa do documento “A Relação do Piloto Anônimo” como um ato de fundação do Brasil, podemos entender as lágrimas dos degredados/proscritos de Portugal como uma violência primeira do que viria a ser Brasil.

E nestes dias que estivemos, determinou o Capitão dar a saber ao nosso Sereníssimo Rei o achado desta terra e de deixar ali dois degredados e condenados à morte que tínhamos levado na dita armada para tal fim. [...]o Capitão foi a terra e mandou fazer uma cruz muito grande de madeira e mandou cravá-la no dito espaço e também, como se disse, deixou dois degredados no dito lugar, os quais começaram a chorar. Os homens daquela terra confortavam-nos e mostravam ter piedade deles<sup>2</sup>.

A vida é vizinha da morte. Com “nobre” vizinha, a constituição do Brasil foi sempre uma história de sofrimentos e conflitos. Assimilar, absorver e submeter os povos autóctones foi sempre um desafio para o colonizador, desafio esse resolvido de forma trágica para os “indígenas”. Os negros pagaram um alto preço nessa empreitada dos colonizadores.

Construir riquezas e retornar à metrópole foi a razão da estadia de nobres e classes abastadas das terras lusitanas. Não havia razões humanitárias dos cristãos colonizadores nessa terra de “prosperidade”, mas, busca de riquezas para os emissários do Rei em detrimento da miséria dos nativos.

A lei de número 601 ou lei de terras de 1850, diante da proibição do tráfico negreiro para o Brasil, foi instituída para impedir o acesso à terra para imigrantes e negros. As consequências desta lei também são conhecidas, como a concentração de terras e riquezas. É notável que o monopólio da terra é uma herança com longevias consequências aos trabalhadores e disso emerge o empobrecimento de uma determinada parte da população. Outra grave consequência desta lei foi a manutenção e aprimoramento do poder político.

O poder político no Brasil, da Colônia, passando por Império e chegando a República, foi construído por oportunismos e exploração planejadas das elites. Toda revolta popular foi amplamente combatida no sentido de favorecer a manutenção de um grupo ou outro, das elites, no poder. O poder em suas diversas dimensões, político, econômico, social e cultural, sempre abençoado pelo poder religioso, foi sempre campeado às custas da humilhação de uma maioria em detrimento das benesses de uma minoria.

2

Disponível em:  
<http://www.culturatura.com.br/dochist/Rela%C3%A7%C3%A3o%20do%20Piloto%20Animo.pdf>

em:

Os movimentos messiânicos – Canudos, Caldeirão, etc. –, demonstram a resistência popular ao sofrimento humano. Estes eventos foram usados politicamente, e, suas derrotas, de forma massacrante, justificam as intervenções militares realizadas pelos os donos do poder. Existem outras revoltas – Contestado, Os Muckers –, que embora tenham um fundo religioso, até mesmo em função da determinação religiosa na vida ao longo da constituição do Brasil, ainda hoje, persistente, não são movimentos messiânicos e que revelam a degradação da vida dos pretos e pobres<sup>3</sup> que, de tempos em tempos, insurgem contra o estado das coisas e o “Estado” que as mantém.

### **A centralidade do poder não é só fardada**

Veja-se um pouco dessa história. Até 1930, três militares governaram a república. Em 1930, uma junta militar governa sobre o comando de um Almirante – Isaías Noronha – e o general – Augusto Fragoso –, na sequência a era Vargas, também um militar, o período Vargas está amplamente discutido na literatura. Um presidente do Supremo assumiu com a deposição de Vargas; outro militar, Gaspar Dutra vai até 1951, começa o alinhamento com os Estados Unidos; com o suicídio de Getúlio Vargas, três presidentes assumiram interinamente até a chegada de Juscelino Kubitschek; de 1964 até 1985 oito generais governaram o Brasil. De 1894 até 1930 são governos civis que governavam, da mesma forma, para as elites. Os conflitos no poder sempre foram entre as elites, uma parcela tentando ocupar o lugar da outra com suas disputas e interesses regionais, etc.

O novo, manifesto no governo Vargas, já era peça na pregação literária de Lobato no período anterior. Modernização, progresso e trabalho são possibilidades de uma paulistanidade, como projeto nacional, imposta de cima para baixo numa ampla reforma para todo o país. Isso seria possível se uma liderança de grande “valor moral” chegasse ao poder, Lobato viu isso em Washington Luís (MOTA, 2014). Vejam que a disputa de poder é considerada de cima para baixo, das oligarquias para os pobres – camponeses, meeiros, arrendatários, desempregados, subempregados, operários, etc. –, do centro de poder para a periferia, das tensões no poder sobre os pobres. Os pobres, às margens do poder, sempre se moveram, com pouca clareza, base insuficiente e poucos recursos para enfrentar o poder central, daí, sempre saíram derrotados.

---

<sup>3</sup> A palavra pobre neste texto usada para se referir a toda gente pauperizada e que em muitas situações nem ao menos tinham trabalho.

## Movimentos e revoltas

O movimento bandeira – 1935 até 1937 – no contexto dos anos 30, embora um movimento que se intitulava cultural e fora das disputas político/partidária, era uma forma de disputa pelo poder apropriando e ressignificando símbolos como o do “bandeirante”. O ideário deste movimento foi apropriado pelo Estado Novo, no entanto, já se encontrava em ensaios de Cassiano Ricardo, são estes: o Brasil no original (1935) e Marcha para o oeste (1940). Quais são os ideários: a figura de um líder comandando toda uma Nação; a democracia racial mitificada em torno das bandeiras como germe da “Democracia Social Nacionalista”; e a tese de que o destino nacional se baseia na ocupação definitiva do território como solução para se chegar ao progresso (COELHO, 2014). Qual era o contexto dos anos 30, mentalidade da época e seus conflitos:

É mais sabido que a “mentalidade intelectual” da década de trinta foi marcada pela modernização da sociedade e a exaltação do elemento nacional. Essas discussões não escaparam dos reflexos das incertezas do Governo Provisório, dos debates na Assembleia Constituinte, da ascensão do Integralismo, a Intentona Comunista e a promulgação da Lei de Segurança Nacional (COELHO, 2014, p. 57).

Este movimento postulava herdeiro da semana da arte moderna de 1922 e trabalhava pela preservação da originalidade brasileira contra influências estrangeiras. Assim, o movimento procura recuperar forças do passado, ancorado numa pretensa superioridade paulista frente ao resto do país, e valorizar a produção nas lavouras para proteger a nação das influências estrangeiras.

De tempos em tempos, a euforia política, com base na opressão e exploração, tenta criar motivos de mobilização da sociedade se escondendo em torno de construtos que mais se assemelham a palavras de ordem, como integração nacional, desenvolvimento, nação e, sobretudo, progresso, criando uma suposta identidade nacional em que a rotina de exploração ganha novos nomes de programas sociais de governos datados na temporalidade política da república.

Essa euforia, pontuada no tempo, tem longos interregnos em que campeia o conflito social, a fome, a luta pela terra, o desemprego, etc. O passado tem cenários e figurinos diferentes, mas, sua semelhança com o presente tem precedentes e muita similaridade. A centralidade do poder continua, a concentração de riquezas idem, o grande conflito é no centro do poder comandado pelas elites com trabalhadores orbitando em volta e tentando sobreviver. Qualquer euforia temporária de acesso ilusório ao poder pelos que derramam suor na labuta de todo dia, integrantes das classes privilegiadas



assumem posturas preconceituosas, arrogantes e deliberadamente perigosa ao mundo do trabalho e aos trabalhadores, tem sido assim e, assim o é.

### **Revoltas populares: do suor ao sangue**

Veja-se o caso da Revolta dos Malês ocorrida em 1835 em Salvador, capital da província da Bahia. Foi uma Revolta dos negros de ganhos, eram muçulmanos, alforriados que trabalhavam como alfaiates e outros serviços. Foi integrada por Cerca de 1500 revoltosos. O movimento exigia o fim da escravidão, fim da obrigatoriedade do catolicismo, etc. Foram traídos, alguém delatou a um juiz. No combate foram derrotados, mortos, levados ao trabalho forçado e ainda sofreram outras punições.

Revolta da Cemiterada, ocorrida em 1836, também em Salvador. Após a administração pública transferir para o particular o direito sobre os sepultamentos, deu-se a mobilização com reuniões e destruição de cemitérios. O intento era pelo direito de enterrar em igrejas e realizar os rituais de consagração das almas, feitos realizados pelas irmandades religiosas.

Há também a Revolta popular ocorrida de 1838 a 1841 no Maranhão, a Balaiada. Foi uma Revolta contra os proprietários de terras. Realizada por sertanejos e escravos que sofriam opressão e miséria. Foram combatidos por Barão de Caxias – coronel Luís Alves de Lima e Silva – e morreram cerca de 12 mil.

A Cabanagem, foi outra revolta popular ocorrida na província do Grão Pará entre 1835 e 1840. Foi integrada por pessoas pobres que moravam em cabanas nas beiras dos rios da região. A elite local, comerciantes e fazendeiros, também estavam descontentes e apoiaram a revolta. Estes eram contrários à a pessoa nomeada para ocupar a presidência da província, feita pelo governo regencial. Quando os cabanos ocuparam a cidade de Belém, colocaram na presidência, Félix Malcher, este fazendeiro fez acordo com o governo, traíndo a revolta, o traidor foi morto. O movimento foi derrotado e cerca de 30 mil revoltosos morreram.

A Conjuração baiana, ocorrida em 1778, foi também uma revolta popular realizada por alfaiates com o intento de lutar pela independência brasileira e etc. O movimento foi delatado e vários de seus membros foram presos, outros expulsos do Brasil e quatro executados em praça pública.

### Movimentos messiânicos

Entre os mais conhecidos movimentos messiânicos estão Canudos, ocorrido no interior do Estado da Bahia, e Contestado, ocorrido na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Ocorreram outros menos badalados, mas com importância na resistência popular, como: a revolta dos Muckers, ocorrida no Rio Grande do Sul, e Caldeirão, ocorrido no Estado do Ceará.

Sobre a revolta de Canudos, Vicente Dobroruka escreveu o livro *Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos* (1997), ano que precedia a comemoração do centenário deste evento. O livro conclui que o evento serve muito mais para entender a gênese da república e que o Beato se explica pela adesão a um conjunto simbólico – este entendido como tudo aquilo que serve de vínculo a uma concepção – sendo este conjunto o catolicismo rústico. Influenciado pela Escola dos Annales – particularmente por Marc Bloch – contesta com toda força e ironia, os autores, por ele chamados de marxistas. O resultado é que a determinação cultural marcada nos escritos de Dobroruka, minimiza, ou melhor, tira de cena todo cenário social, a fome, a posse da terra para entender o evento e seu líder. Torna o evento a cara e as condições de seu líder, embora feita de forma magistral, a família, frustrações, prisão, enfim, a trajetória do conselheiro é subsumida na sua filiação e formação religiosa. Desta forma, a posse da terra e seu uso perde sua centralidade e configuração nos graves conflitos, embora não seja elemento único para se entender as tensões, é fundamental essa determinação menosprezada pelo autor do centenário de Canudos.

No entanto, pretendeu-se aqui, com outro exemplo menos conhecido mas com profundo significado na luta pela sobrevivência dos pobres, demonstrar a reunião movida pela fé, que gerou a ocupação da terra e seu uso destinado à vida coletiva. Eduardo Galeano (1998, p. 155) nos anuncia assim esse evento:

Em caldeirão nada era de ninguém: nem os teares, nem os fornos de tijolos, nem o mar dos milharais em torno das casas, nem a vasta neve dos algodoais que havia ao longe. Donos eram todos e nenhum, e não havia despídos nem famintos. Os indigentes tinham-se feito comuneiros ao chamado da Santa Cruz do Deserto, que o beato José Lourenço, peregrino do deserto, tinha carregado até aqui. A Virgem Maria tinha escolhido o lugar para onde a cruz devia vir e tinha escolhido o ombro do beato para trazê-la. Onde o beato cravou a cruz, brotou água incessante.

O final dessa história já sabemos, até o potro do beato “Procura em vão algum arbusto que lhe ofereça sombra, debaixo deste sol dos infernos” (GALEANO, 1998, p.

155). Em 1937 o movimento foi trucidado em sua localidade, os corpos dos manifestantes enterrados numa vala comum, que ainda hoje é desconhecida sua localização.

E os documentos históricos que comprovam isso? Perguntaria Dobroruka a Galeano. Como jornalista, o Uruguai pode descrever a intensa movimentação das contradições sociais na América Latina que marcaram, profundamente, os trabalhadores e paupérrimos. Com a leveza de sua escrita, a história não deixou de ser pontuada com os rigores da opressão que deixou marcas, se os documentos não confessam, é provável que o testemunho de alguns deixa alguns vestígios, já que a maioria foi silenciada no evento pela ação do Estado.

### **O papel do Estado**

A modernidade-mundo é a construção de Renato Ortiz para melhor dizer o que outros ideólogos chamaram de globalização, no entanto, este considera as diferenças e diversidades, bem como, os processos em que estas foram se fazendo na pressão do mundo moderno. Cabe na construção de Ortiz (2015) a crise do Estado-nação para entender a modernidade e suas consequências. No Brasil, essa modernidade incorpora o padrão deformando, a arte por exemplo, por um período foge a representação da arte pela arte, pois, sentem-se os artistas responsáveis e compromissados com a determinação do que é nação, vide o exemplo do movimento dos Bandeiras já citado.

Em um breve artigo intitulado, *Glosas Críticas Marginas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”* de um Prussiano, Marx diz melhor dessa relação de poder entre as classes sociais e o papel do Estado. Não é possível ao estado compromissado com os interesses da classe burguesa, resolver o problema da miséria (2010).

O Estado é comprometido com essa situação, pois, é um dos seus criadores e mantenedores, como pode o criador remediar os problemas que lhes são inerentes? Respondendo sem responder nada, admitindo questões de planejamento, falta ou excesso de filantropia, assim, vai buscar suas reformas intermitentes para resolver o que não é resolvido por via estatal, nesse sentido, o ponto de vista de Marx (2010, p. 60) “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e o seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição”.

Ao procurar no Estado as razões das tensões sociais, as contradições que provocam a miséria humana, encontra-se na disputa que desenrola no seu seio a resposta. Passam então os ocupantes do poder a culpar a oposição que é sua parte complementar

que por sua vez culpa o governo de omissões ou ações desastrosas que levam a tal fim, portanto, o Estado age para que qualquer rebeldia seja calada à força e o ônus da ação repressora do Estado, dividido entre governo e a oposição, sem que de fato nada seja assumido e as consequências, sempre são graves aos trabalhadores.

Outra forma da resolução estatal com a devida orientação de classe é aplicar a responsabilização da vítima como sendo ela, a única necessariamente, responsável por sua condição, assim ensina a economia burguesa:

Uma vez que a população tende a superar incessantemente os meios de subsistência, a assistência é uma loucura, um estímulo público a miséria. Por isso, o Estado nada mais pode fazer do que abandonar a miséria ao seu destino e, no máximo, tornar mais fácil a morte dos pobres (MALTHUS apud MARX, 2010, p. 53).

Responsabilizar e subestimar os pobres/trabalhadores é uma constante no Estado, como expressão do capitalismo, portanto, dominado por suas classes hegemônicas, burguesia e suas classes auxiliares. No entanto, “A inteligência dos alemães pobres está, portanto, em uma relação inversa com a inteligência dos pobres alemães” (MARX, 2010, p. 70). Será que isso não se aplica a toda população nos diferentes fronts? A manutenção no poder é condição para a manutenção do *status quo*, para isso vale apelar por todas as dimensões que visem a submissão dos produtores pelos expropriadores.

Apela-se ao medo do inferno pós morte para suportar o inferno em vida, apela-se à devoção a um conjunto de cerimônias religiosas, nacionais para submeter ao culto da autoridade, se nada disso for suficiente, as forças de repressão apelar-se-ão sobre os corpos e almas já castigados na penitência, na fome e na espoliação.

A transformação política só será absoluta se for com alma de uma transformação social (MARX, 2010), não basta direitos políticos ou buscas permanentes de aprimorar o Estado, pois, toda reforma feita nos *corpus* políticos do Estado é para manter o bastião que vigia os oprimidos e castiga o desviante, neste sentido, “Toda revolução dissolve a velha sociedade; nesse sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política” (MARX, 2010, p. 77).

Diante da constatação que ensina Marx refutando o “prussiano”, diante dos elementos da constituição do Estado e da sociedade brasileira e, diante da histórica manifestação da resistência popular às condições do seu existir, uma revolução pressupõe a extinção do Estado, pois,

Em resumo, a emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia, é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente

limitada, uma forma de escravidão. A inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres se deixarem de ser trabalhadores (assalariados) (TONET, 2010, p. 27)

Nesse sentido, os conflitos por terra, por alimentos, pelo existir social ao longo da história, conflitos esses tendo as relações de classes sempre pautando a diferença entre bonança e miséria, provocando revoltas populares, sempre massacradas e, os problemas resolvidos no centro do poder, nas disputas internas das elites, sem a menor audição das classes antagônicas, fizeram do executivo no Brasil, um comitê em que a farda ou a gravata, tinha um lugar comum para descer o peso da acumulação de poder e riquezas sobre os trabalhadores e os pauperizados.

### **O Estado brasileiro e os conflitos atuais**

A tradição brasileira centrada no Estado como agente da mudança veio à baila, ao menos para os derrotados no golpe de 1964, pois, esse Estado criador da igualdade futura, ampliou suas forças autoritárias e passou a ser o inimigo a ser batido. Como fazer isso diante dessa visão “em que a história da sociedade e das classes foi interpretada pela categoria da privação (aí as ideias de atraso, de falta de consciência, de falta de organicidade, de preparo ou maturidade) (TELLES, 1987, p. 66).

Essa visão histórica do Estado, como sujeito central das mudanças, bancadas por intelectuais ao longo da história e visada na luta entre capital e trabalho, luta essa com inúmeros eventos grevistas que, porém, não ameaçasse o Estado ou as classes que o conduziram até aqui. É uma visão colaborativa de que as reformas do e no Estado serão as grandes questões a serem atingidas para amenizar o sofrimento humano, visão essa sempre sustentada pelas ciências no Brasil e, assim, passível de ser compreendida na análise de Marx em as Glosas Críticas (2010), ao se referir à situação da Alemanha e compará-la com Inglaterra e França. O Estado foi o alvo a ser apossado e reformado para encontrar a luz no fim do túnel.

A invenção da sociedade civil no Brasil, pós golpe de 1964, era uma necessidade para repor o campo da política, assim desejavam os intelectuais e militantes derrotados à época e duramente reprimidos posteriormente. Foi no campo social das necessidades mais elementares da vida urbana que surgiu a luz. O novo – movimentos populares urbanos – lutava contra a carestia, por moradia, escolas, postos de saúde, com apoio da igreja e fora das fábricas (TELLES, 1985). Esse novo, foi subjogado a disputa pelo Estado, logo que

as primeiras conquistas e um pequeno reordenamento jurídico possibilitou o retorno dos partidos, anistia, as disputas eleitorais.

A democracia que temos, reformada ou não, atenderá por democracia como expressão do Estado capitalista e suas classes sociais dominantes. Ela não é mais ou menos democracia, ela é o que é. Dois impeachments pós militares, as inúmeras tentativas e efetivas reformas, só da previdência são inúmeras as gerações de FHC até aqui.

A investida atual do Estado sobre povos indígenas, ribeirinhos, sobre os direitos trabalhistas, previdenciários, a proteção social de uma maneira em geral, diga-se de passagem, proteção essa já diminuta, frágil, pequena, nada mais é que uma investida que faz o Estado para proteger os direitos de classes que estão no comando. As palavras do empresário de comunicação e marqueteiro de FHC, Nizan Guanaes, na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dia 21/11/2016, no governo Temer, ilustra bem o papel do Estado:

Já que o governo ainda não tem índices de popularidade altos, aproveite, presidente. A popularidade é uma jaula. Ninguém faz coisas contundentes com altos níveis de popularidade. Então, aproveite que o senhor ainda não tem altos índices de popularidade e faça coisas impopulares que serão necessárias e que vão desenhar este governo para os próximos anos. Aproveite sua impopularidade. Tome medidas amargas. Aliás, este é o grande desafio das democracias do mundo. Como fazer coisas impopulares?<sup>4</sup>

Neste contexto que foram realizadas medidas de apoio ao agronegócio, desde a operação “Carne Fraca”, negociação nos juros e parcelamentos das dívidas por crimes ambientais. Embora tenha voltado atrás diante da pressão, o fim da RENCA – Reserva Nacional de Cobre e Associados, mudança na tipificação do que é trabalho análogo ao de escravo, medida suspensa liminarmente pelo STF – Supremo Tribunal Federal, refinanciamento das dívidas dos ditos “produtores” rurais, reordenamento dos critérios e responsáveis pela demarcação de terras indígenas, reforma do ensino médio em tempo recorde, sem falar que o governo é chefiado por uma quadrilha de criminosos no executivo, assim diz o ex procurador Rodrigo Janot, que esqueceu de citar outras instituições do Estado.

Estão, de um lado, os gritos de que a democracia está ferida, diminuída, aviltada, vilipendiada, ameaçada, que se deseja o retorno da democracia, só a legitimidade das urnas para recuperar a democracia. Enfim, o fronte virtual dos dias atuais reclama algo perdido. Perdido para quem? Quem deixou o poder e suas benesses? Do outro lado tem-se os que propõem o retorno de governos autoritários com a verde oliva, estes têm

---

<sup>4</sup> Também disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W0dtfe66iG0>

negócios, com os “negócios” realizados pelos quartéis. Tem ainda os “meninos” treinados pelo instituto *Millenium* para produzir *fake News*, ocupar cargos nos entes federados, receber verbas empresariais para realizar suas militâncias, combater tudo que gire em torno do bloco progressista e chamar isso de comunismo.

Todo esse debate, foi oportunisticamente produzido em torno do tema da corrupção, quem é mais ou menos corrupto. As evidências, ainda sertanejas, declaram que todos os partidos estão envolvidos no “propinômetro”, que os interesses pessoais, de grupos, estão casados com os interesses corporativos que parasitam no Estado. As últimas notícias<sup>5</sup> dão conta das investigações da justiça militar sobre o envolvimento de praças e oficiais nos desvios de verbas militares, recanto esse sensível por causa do poderio bélico. Sobra quem no aparato estatal e nas organizações civis que com este tem profunda promiscuidade, quando o tema é corrupção? De novo a tese das reformas administrativas, da suspensão e extinção de direitos sociais ou, como diria um certo presidencial no terreiro de Donald Trump: “O trabalhador vai ter que decidir: menos direito e emprego ou todos os direitos e desemprego”.

## **Conclusão**

Marx indica que, a reforma do Estado é obra de sua consumação. A transformação social com alma política deve ser total, portanto, o objetivo da luta não deve ser a reformar o Estado, mas, a sua eliminação (MARX, 2010). Neste caminho, um controverso marxista nos ensina que um encontro entre o passado e as gerações futuras está marcado no presente, este “agora” está prenhe de um futuro que soube colher do passado, não o seu existir tal como foi, isso não é possível, mas:

O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido (BENJAMIM, 2012, p. 19).

Nesse sentido, o nosso passado de opressão não nos habilita a render-se diante das reformas do Estado. Em um instante histórico, deixaram alguns contentes e até esperançosos. As ventanias de outras reformas misturam as palavras e decresce as esperanças. Ambas em nada abalaram as bases do Estado capitalista e as estruturas de suas classes sociais, pois, o Estado e suas reformas não existem para colocá-lo em risco.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/10/corruptao-de-farda-militares-desviam-dinheiro-publico-como-civis.html> e <https://www.cartacapital.com.br/politica/corruptao-nas-forcas-armadas-procuradoria-denuncia-esquema-com-militares>



Essa tarefa cabe aos trabalhadores, se a opressão continua segue a necessidade de transformar essa condição de forma radical. É no sentido aqui destacado que finalizamos com a poesia Elogio da Dialética de Bertolt Brecht.

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.  
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.  
Só a força os garante.  
Tudo ficará como está.  
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.  
No mercado da exploração se diz em voz alta:  
Agora acaba de começar.  
E entre os oprimidos muitos dizem:  
Não realizará jamais o que queremos!  
O que ainda vive não diga: jamais!  
O seguro não é seguro. Como está não ficará.  
Quando os dominadores falarem  
Quem se atreve a dizer: jamais?  
De quem depende a continuação desse domínio?  
De quem depende a sua destruição?  
Igualmente de nós.  
Os caídos que se levantem!  
Os que estão perdidos que lutem!  
Quem reconhece a situação como pode calar-se?  
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.  
E o “hoje” nascerá do “jamais”.

### Referências bibliográficas

- BENJAMIM, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- COELHO, George Leonardo. *O Martim Cererê em marcha*: os “novos bandeirantes” em defesa das fronteiras espirituais da nação. *Moções-Revista de História UFMS/CPCX*, Coxim, nº 1, jul. 2014. ISSN 2358-6524.
- DOBROUKA, Vicente. *Antônio Conselheiro*: o beato endiabrado de canudos. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 1997.
- GALEANO, Eduardo. *O século do vento*: as dimensões e os segredos da América Latina num mosaico de histórias, fatos, mitos e homens. São Paulo: L&PM, 1998. 2v.
- MARX, Karl. *Glossas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MOTA, Danylo Di Giorgio Martins. *Mr. Slang e o Brasil*: a escrita de Monteiro Lobato como possibilidade de interpretação da história republicana. *Moções-Revista de História UFMS/CPCX*, Coxim, nº 1, jul. 2014. ISSN 2358-6524.
- ORTIZ, Renato. *Universalismo e diversidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- TELLES, Vera da Silva. *Movimentos sociais*: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: KRISCHKE, Paulo J.; WARREN, Ilse Scherer (Org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

**Revista Espaço Livre. V. 12, n. 24, jul. dez./2017.**

TONET, Ivo. A propósito de “Glossas Críticas”. In: MARX, Karl. *Glossas Críticas Marginas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Confira quem foram os presidentes do Brasil desde a proclamação da República. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537268-confira-quem-foram-os-presidentes-do-brasil-desde-a-proclamacao-da-republica.shtml>> Acesso em: 24 out. 2017.

Poemas - 1913-1956 (Bertolt Brecht). Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/148552045/Poemas-1913-1956-Bertolt-Brecht> Acesso em: 24 out. 2017

Relação do piloto anônimo. Disponível em: <http://www.culturatura.com.br/dochist/Rela%C3%A7%C3%A3o%20do%20Piloto%20Animo.pdf>> Acesso em 24 out. 2017.

Temer aplaude “empresário” que pediu “medidas amargas”. Blog da Cidadania, 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://blogdacidadania.com.br/2016/11/temer-aplaude-empresario-que-pediu-medidas-amargas/>> Acesso em: 24 out. 2017.